

MARCHE DAS MARGARIDAS

WANDERLÉIA DA CONSOLAÇÃO PAIVA

**MULHERES
VELHAS/ENVELHECIDAS
EM DISCURSO:**

**da invisibilidade no espaço do
campo rumo à Marcha das
Margaridas na cidade.**



Pedro & João
editores

**MULHERES VELHAS/ENVELHECIDAS
EM DISCURSO:**

DA INVISIBILIDADE NO ESPAÇO DO CAMPO
RUMO À MARCHA DAS MARGARIDAS NA CIDADE

Wanderléia da Consolação Paiva

**MULHERES VELHAS/ENVELHECIDAS
EM DISCURSO:**

DA INVISIBILIDADE NO ESPAÇO DO CAMPO
RUMO À MARCHA DAS MARGARIDAS NA CIDADE

Copyright © Wanderléia da Consolação Paiva

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

Wanderléia da Consolação Paiva

Mulheres velhas/envelhecidas em discurso: da invisibilidade no espaço do campo rumo à Marcha das Margaridas na cidade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 265p.

ISBN 978-58-5869-235-5 [Digital]

1. Mulheres velhas/envelhecidas; 2. Análise do discurso; 3. Espaço do campo; 4. Marcha das Margaridas. I. Título.

CDD – 410

Capa: Petricor Design

Imagens da capa: 1. CONTAG (2007): Fotos de César Ramos. 2. Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015). 3. Plenária de Mulheres III ENA. Tenda Central, UNIVASF, Juazeiro (BA). Fonte: <https://www.flickr.com/search/?text=f%C3%A1bio%20caffé>. 4. Imagem da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. Fonte: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

r 13568-878 - São Carlos – SP

2020

À minha mãe, sempre!

AGRADECIMENTOS

O segredo, querida Alice, é rodear-se de
pessoas que te façam sorrir o coração.
É então, e só então, que você estará no
país das maravilhas.
(Lewis Carroll)

A Deus, por todas as oportunidades que me concede nessa existência.

À minha mãe, Maria das Graças, pelo exemplo de mulher, de mãe, de fortaleza e de perseverança em tempos difíceis. Mais do que nunca, seu coração bateu forte e provou que a fé, a bondade e a generosidade são ingredientes para o mais viver.

À Débora, minha irmã e melhor parceira de vida. Gratidão por tudo e, em especial, pelo apoio incondicional nos momentos difíceis de cirurgias e recuperação de nossa mãe e de encaminhamento dos nossos sobrinhos para os ensinamentos da vida.

Aos meus sobrinhos Bia e Biel, fontes de juventude e de muitas alegrias, para quem me esforço para ser um bom exemplo de pessoa e profissional e fazer valer a crença de que vale a pena viver.

Ao meu pai, Wander (*in memoriam*), que deixou o exemplo do trabalho como algo que dignifica o ser humano e os valores fundamentais de honestidade e luta.

Aos meus irmãos Alex e Júnior (*in memoriam*). Cada um do seu jeito e em planos diferentes constituem parte importante da nossa família.

Ao Wellington, que me proporciona momentos ímpares. Descobrir que nossa amizade de 30 anos poderia se transformar em um amor foi fonte de energia para dias de atividades e angústias intensas. Obrigada pela parceria, pela paciência e pelo amor. Com você ao meu lado, os últimos anos desse percurso se tornaram mais suportáveis.

Aos(Às) meus(minhas) queridos(as) amigos(as) de anos a fio, cada um no seu tempo, na sua distância e ao seu modo que, chegando de mansinho, sussurraram palavras doces e de ânimo: Marcelo, Maurício, Bruno, Mário, Cristiano, Paulinho, Cláudia, Raphael, Mara, Nídia, Nilson e Vânia. Sem vocês a vida se torna vazia.

Ao Rogério Muniz, pela escuta e apoio.

À profa. Dra. Silmara Cristina Dela da Silva, por ter me aceitado como orientanda e me conduzido nesta pesquisa. Sem as suas contribuições e direcionamento não seria possível trilhar os caminhos da Análise do Discurso.

Aos membros das bancas de qualificação e/ou defesa, Silmara Cristina Dela da Silva, Angela Correa Ferreira Baalbaki, Bethania Sampaio Correa Mariani, Dantielli Assumpção Garcia e Helson Flávio da Silva Sobrinho, que se propuseram a ler atentamente esta pesquisa e que muito contribuíram para as ideias nela desenvolvidas.

Aos professores da Universidade Federal Fluminense, que ministraram aulas nesses anos de estudos intensos, especialmente, para nossa turma de Dinter.

Aos colegas do Dinter, pelos momentos de encontros. À Cida (e Paulo) e à Stela, com um cuidado especial, por tantas cumplicidades e apoio.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, na pessoa do Prof. Frederico Souzalima Caldoncelli Franco, que me proporcionou cursar esse doutorado. Ainda, aos servidores do *campus* Barbacena, que de uma forma ou de outra, deram suporte para que eu estivesse “ausente”, garantindo as condições necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Dr. Marcos Vieira Silva, que me conduziu para os caminhos acadêmicos e me orientou, desde o início da graduação, nas (des)construções necessárias para a aprendizagem.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo apoio financeiro.

A impressão que eu tenho é de não ter envelhecido, embora eu esteja instalada na velhice. O tempo é irrealizável. Provisoriamente, o tempo parou para mim. Provisoriamente. Mas eu não ignoro as ameaças que o futuro encerra como também não ignoro que é o meu passado que define a minha abertura para o futuro. O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo. Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje? Não sou escrava dele. O que eu sempre quis foi comunicar da maneira mais direta o sabor da minha vida. Unicamente, o sabor da minha vida. Acho que eu consegui fazê-lo. Vivi num mundo de homens guardando em mim o melhor da minha feminilidade. Não desejei nem desejo nada mais do que viver sem tempos mortos.

Simone de Beauvoir

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	19
2. ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA A PARTIR DA PSICOLOGIA	33
2.1 As Críticas de Pêcheux à Psicologia	35
2.1.1 Sobre o uso dos instrumentos	35
2.1.2 Sobre a noção de sujeito	39
2.2 A Análise do Discurso como perspectiva teórico-metodológica	43
3. MULHER VELHA DO CAMPO E/NO DISCURSO: APONTAMENTOS TEÓRICOS	67
3.1 A velhice na Análise do Discurso	70
3.2 Sentidos em movimento: “fora da casa” no campo e “fora da casa” na cidade	76
3.2.1 A Marcha das Margaridas e o Caderno da Marcha	90
4. DO ARQUIVO AO CORPUS: O PERCURSO CONSTRUÍDO PARA AS ANÁLISES	101
4.1 O percurso no arquivo das revistas Globo Rural e Agriculturas	102
4.1.1 Globo Rural	109
4.1.2 Agriculturas	120

5. PARA ALÉM DAS PALAVRAS: AS DENOMINAÇÕES E SEUS ENUNCIADOS	137
5.1 Os processos de denominação do sujeito	142
5.2 As denominações e seus enunciados	153
5.3 Um destaque para as denominações “mães” e “avós”	169
5.4 Retomando as questões para as análises (I)	171
6. AS IMAGENS DO ENVELHE(S)ER	175
6.1 As imagens na AD e o desafio da seleção de imagens	175
6.2 A capa e a contracapa	180
6.3 As imagens do interior do material	
6.3.1 Do efeito de uniformidade das marchas	
6.3.2 Dos dizeres da Marcha e das mãos como traço do imaginário do corpo	
6.3.2.1 O corpo discursivo	
6.3.2.2 Dos dizeres das faixas, bandeiras e cartazes e das mãos das mulheres	
6.3.2.3 Um corpo de mulher velha e o enunciado da faixa: produção de efeitos de sentidos	
6.4 Retomando as questões para as análises (II)	
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	
SOBRE A AUTORA	267

PREFÁCIO

O convite para prefaciar a obra “Mulheres velhas/envelhecidas em discurso: da invisibilidade no espaço do campo rumo à Marcha das Margaridas na cidade”, de Wanderléia da Consolação Paiva, me fez retornar ao livro *Discurso, velhice e classes sociais*, de Helson Flávio da Silva Sobrinho. É das reflexões de Silva Sobrinho que retiro a seguinte passagem: “As relações sociais constituem o modo como a velhice vai ser vivida, determinando seu estatuto e também seus sentidos. Antes de qualquer análise, é preciso levar em consideração que a velhice não é um fenômeno homogêneo, ao contrário, ela é heterogênea e contraditória.” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 83)ⁱ.

A velhice em sua heterogeneidade e em suas contradições, vivida de muitos modos e, sobretudo, discursivizada em diferentes condições de produção de que nos fala Silva Sobrinho (2007) são o norte das reflexões teórico-analíticas trazidas por Paiva, em seu livro.

Fruto da tese de doutorado da autora, a pesquisa apresentada nesta obra trata do discurso, compreendido por Michel Pêcheux ([1969] 1997ⁱⁱ; [1975] 2014)ⁱⁱⁱ como efeitos de sentidos que se dão para e por sujeitos, determinados ideologicamente. No caso dos discursos sobre as mulheres “velhas/envelhecidas”, no espaço do campo e em marcha na cidade; dizeres que produzem sentidos sobre mulheres, na intersecção de gênero com condições relacionadas à faixa etária e ao espaço geográfico por elas habitado/ocupado.

Wanderléia Paiva desenvolve sua pesquisa traçando seu próprio percurso: da Psicologia Social à Análise de Discurso; das questões de gênero às propostas de se pensar a interseccionalidade em seus efeitos no discurso; do espaço rural às ruas da cidade; dos discursos em seus múltiplos efeitos de sentidos para a velhice da mulher e das mulheres do/no campo; dos já-ditos sobre a mulher em suas diferentes condições em revistas como *Globo Rural* e

Agriculturas, às resistências na Marcha das Margaridas, manifestação de trabalhadoras rurais que ganha as ruas do espaço urbano brasileiro, desde o ano 2000.

Silva Sobrinho (2007, p. 83) já nos advertia que “os sentidos e a própria vivência da velhice não são estáticos, mas sim processos”. Processos são o que nos trazem a pesquisa de Paiva, que o leitor tem em mãos: um processo de constituição da pesquisadora na Análise de Discurso, possibilitado por sua inserção em um Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, no Âmbito de um Doutorado Interinstitucional (DINTER); um processo discursivo que diz das mulheres velhas/envelhecidas em suas especificidades, ao serem discursivizadas no campo e no espaço urbano das marchas. E, para mim, um processo de minha própria constituição como orientadora dessa pesquisa, que se volta à velhice, às mulheres, ao espaço campo/cidade, a tantas especificidades que também me interpelam como pesquisadora e como mulher.

Recomendo a leitura desta obra por seu empreendimento teórico e analítico, mas, também, por sua força ao dizer de mulheres em suas práticas e em seus gestos de resistência – diárias e/ou eventuais – que possibilitam (re)significações no discurso e nas demais práticas sócio-históricas, em nossa formação social.

Silmara Dela Silva

Professora Associada do Instituto de Letras da UFF

Dezembro de 2020

ⁱ SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. **Discurso, velhice e classes sociais**. Maceió: Editora da UFAL, 2007.

ⁱⁱ PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

ⁱⁱⁱ PÊCHEUX, Michel. [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997.

APRESENTAÇÃO

A velhice sempre foi uma fase da vida que me causou incômodo em função de experiências pessoais e de estudos acadêmicos que realizei no período da formação na graduação e pós-graduação em Psicologia.

Durante alguns anos minha família se ocupou do cuidado de velhos(as) parentes doentes que moraram conosco. A vivência de momentos difíceis relativos à saúde frágil, ao abandono por parte de alguns familiares, as variações nos seus estados socioemocionais, a manifestação da espiritualidade, a revisão de vida, a (in)disposição para o trabalho e o viver e a decadência do corpo me levaram a reflexões de ordens diversas.

Tais reflexões me oportunizaram, enquanto psicóloga, professora universitária e membro associada ao Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), iniciar supervisões de estágios para alunos de graduação em abrigos para velhos(as) na cidade de Barbacena. Desses estágios nasceram projetos de pesquisa e extensão que ampliaram minhas reflexões sobre o envelhecer.

Essas experiências sempre foram pensadas na perspectiva da Psicologia Social Marxista, vertente construída na história da Psicologia Social, que também me foi apresentada na graduação pelos meus professores da área, à época, doutorandos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde trabalhava a Profa. Silvia Lane, que muito contribuiu para o desenvolvimento e a transformação dos estudos psicossociais no Brasil.

Todas essas condições me levaram a propor, na minha pesquisa de mestrado, um estudo sobre os sentidos do envelhecer para velhas de um grupo de terceira idade. Desta vez, as pessoas envolvidas na pesquisa foram velhas independentes, ativas, com condições de vida melhores e com corpos em processo de

envelhecimento mais saudáveis e em movimento, em relação àquelas das pessoas velhas do meu passado.

Ouvir os discursos dessas pessoas sobre o envelhe(S)er me fez compreender que não existe um único sentido que se dá para esse processo, e que existem velhos(as) na sua pluralidade, na diversidade, com necessidades e estilos diferentes.

Diante desta trajetória, pude observar, dentre outras questões, o envelhecimento de mulheres e homens em condições diferenciadas perpassadas pelo trabalho, pela gestação de filhos, pelos modos sociais de se vestir e portar em sociedade, pelo capitalismo, pela política, pela fé e outros tantos fatores. O discurso dessas pessoas envelhecidas trazia muito além daquilo que era dito e foi preciso estudar sobre os diferentes modos de interpretar um discurso.

Ainda no mestrado tive contato com a disciplina 'Análise de Discurso', na qual pude perceber a diferença entre realizar análise do conteúdo e do discurso em uma pesquisa. Interessou-me sobremaneira a análise do discurso de Pêcheux, que trazia o materialismo e a psicanálise a partir da reterritorialização de conceitos.

Atentei-me então para a mídia. Como as imagens dos(as) velhos(as) têm sido veiculadas na televisão, internet e revistas das bancas? Surgiram, a partir dessas questões, múltiplos olhares e muitos sentidos. Algumas revistas e sites de internet que colocam imagens de velhas e os tratamentos para rejuvenescimento relacionados à venda de cosméticos; velhas desfilando com produtos de grifes famosas; alguns artistas velhos aclamados pelo sucesso na longa carreira e pessoas velhas voltando ao mercado de trabalho. Vi reportagens de violência com velhos que apresentavam imagens marcantes. Desta forma, fui me dando conta de que estar "em cena" implicava um modo de fazer notícia pela mídia.

As imagens traziam ora a condição de busca pela juventude eterna, pela beleza, pelas vestes, pela carreira, ora pela violência. A maior parte dessas imagens mostrava a velhice urbana com suas questões e necessidades específicas. E fiquei me perguntando pelos

velhos que moram no campo que sofrem violências de ordens diversas e que não estavam representados nessas mídias citadas, mas apareciam em mídias específicas. Foi a partir daí que elegi, como material para o meu estudo, as capas das revistas Globo Rural e Agriculturas: experiências em agroecologia e as imagens e o Caderno de Textos para Estudos e Debates “Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, publicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG, 2015).

Esses materiais tratam da venda de produtos ou serviços para o campo e/ou mostram a luta de trabalhadoras que buscam melhores condições para o trabalho e a vida no campo, pautadas por políticas públicas específicas. Em algumas capas das revistas e no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), podemos observar a figura de velhas em uma perspectiva, a princípio, diferente daquelas apontadas acima.

Lancei um olhar especial para as imagens das velhas no/do campo, protagonistas ou coadjuvantes de homens no trabalho da lavoura e outros afazeres, muitas vezes silenciadas na sua importância e, em outras, agentes de lutas por melhorias de condições diversas. E eu me perguntava a respeito de como essas mulheres são noticiadas pela mídia, quais *discursos sobre* elas são construídos ao longo de anos de dominação e tentativas de independência em relação à figura masculina.

Diante do exposto, para este estudo fiz um recorte de gênero, pensando o feminino e o recorte territorial, lançando meu olhar para o campo. Influenciada pela Psicologia Social Marxista, elegi a agricultura familiar como perspectiva para pensar meu objeto de pesquisa. Especificamente, essa área da Psicologia me proporciona refletir sobre o sujeito em constante movimento de construção de si na/com a sociedade e a sua contribuição para a construção na/da sociedade em uma interação de vários aspectos emocionais, afetivos, sociais, dentre outros. Ajuda-me a analisar o sujeito em uma perspectiva mais ampla que a proposta pela Psicologia

Clínica, uma vez que em sociedade ele está em movimentos, grupos, interações, lutas, organizações, instituições que o determinam e que são determinadas por eles.

Na agricultura familiar, as famílias resistem ao modelo hegemônico do capitalismo que é o agronegócio. Refletir sobre essas resistências e suas conquistas efetivadas (ou não) e participar das discussões que envolvem o marginalizado (à margem) fazem parte da preocupação que persiste nesses longos anos de estudo e que trago, agora, para o doutorado.

Coloquei-me a refletir sobre a imagem dessa mulher velha/envelhecida que aparece nas capas das revistas e no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), fazendo a seguinte indagação: como são produzidos os efeitos de sentidos das imagens de mulheres velhas/envelhecidas do campo, que representam a agricultura familiar, nas materialidades que trazem os discursos dos dois modelos de desenvolvimento econômico que regem o país?

Entendi, a partir de então, que as questões pertinentes aos discursos produzidos sobre as mulheres velhas podem ser compreendidas e interpretadas para além das teorias de cunho empiristas e idealistas, e que a Análise do Discurso de Michel Pêcheux me traz o embasamento teórico- metodológico necessário para realizar a pesquisa que me proponho a desenvolver nesta pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

Na epígrafe escolhida, temos nos dizeres de Simone de Beauvoir – uma senhora branca, de classe econômica alta, moradora da cidade, intelectual, amante, feminista e que morreu aos 78 anos de idade – a sua concepção sobre a vida e a velhice, o paradoxo entre a jovialidade e o envelhecimento; o preço do passado e as poucas expectativas do futuro; os medos e os atrevimentos; a vida da mulher que entre os homens resistia de várias formas aos mandos masculinos. Simone falou por si mesma, desde o tom mais pessoal e informal até sua produção intelectual sobre a velhice.

Na nossa pesquisa temos as mulheres velhas, de raças diferentes, de classe econômica baixa, que moram no campo; algumas analfabetas; mulheres casadas ou solteiras, que vivem o envelhecimento de formas diferentes de Beauvoir, que por muitos anos, afetadas pelo patriarcado, encontraram diferentes formas de resistências para lidar com as suas questões de sexualidade, classe social, raça e territorialidade nos espaços do campo e da cidade.

Simone de Beauvoir pode falar por si, de si e do outro porque se deslocou em diferentes posições para se constituir mulher. Kehl (2008) aborda os deslocamentos necessários para se constituir a posição feminina após a Revolução Francesa, considerando o texto *Madame Bovary* e a condição feminina do homem¹, em Frédéric Moreau, protagonista de *Éducation Sentimentale*, ambos textos de Gustave Flaubert. Os dois personagens constituem um modo bovarista² e a diferença entre eles reside na posição que cada um deles ocupa no discurso do Outro.

¹ Em referência à domesticidade, ao isolamento e à delicadeza de sentimentos e não à orientação sexual (KEHL, 2008).

² O personagem feminino do século XIX tinha como traços: “predomínio da fantasia sobre a realidade, passividade, falta de ousadia e de capacidade

Após uma análise detalhada dos dois textos, Kehl (2008) apresenta os distintos modos de inscrição da “mulher” e do “homem” na cultura oitocentista e garante a posição de sujeito de Frédéric diferente do que ela chamou de posição feminina para Emma Bovary. Conforme entende a autora, as inscrições simbólicas dos personagens se alteram quando os dados da cultura deslocam.

Nessas considerações, a autora contextualiza na Europa, depois de 1789, um novo panorama para as relações entre o homem e a masculinidade abalada pelo modo de vida burguês e, afirma, citando Rousseau, que a feminilidade “é um conjunto de atributos que a mulher precisa oferecer ao homem para sustentar, *nele*, a virilidade” (KEHL, 2008, p. 174). A mulher, então, seria tomada como parceira e não ameaça para a masculinidade dos homens, exercendo, ao mesmo tempo, as funções de domesticar e incentivar a sexualidade masculina (*idem*).

Adiante, no final do século XVIII, na cisão entre as esferas públicas e privadas, os homens ficaram instalados na esfera pública, e, no espaço doméstico, as mulheres exerciam um domínio na esfera do lar, espaço no qual os homens ficavam submetidos. Entretanto, nesse espaço, a mulher exercia seu poder, através da produção de conforto, cuidados, proteção e carinho, mas era escrava do seu próprio reinado. De outro modo, a mulher poderia se desenvolver para fora da domesticidade, “como um homem” e, assim, as personagens femininas ocuparam o lugar dos personagens masculinos nos romances da época.

Ainda segundo Kehl (2008, p. 176), “a feminização do homem é produzida, portanto, pela própria tentativa de isolamento de um território para as mulheres, no qual os homens acabam também por encerrar-se”. Entre os séculos XVIII e XIX, os discursos sobre o poder da mulher eram exaltados e os homens os temiam e, no século XIX, isso resultou no reforço à divisão de papéis, tarefas, espaços e na

empreendedora, leviandade, investimento no amor como objeto privilegiado da existência e como arremedo de uma vida do espírito e propensão à identificação com o objeto amado” (KEHL, 2008, p. 171-172).

segregação sexual. Havia, então, nos discursos erudito e popular, a distinção dos atributos para o domínio da esfera pública daqueles considerados adequados para a esfera privada. Como consequência, a mulher, dotada de ações que remetem ao sentimentalismo e à sensibilidade, domestica o homem burguês que também fica recolhido ao isolamento e ao aconchego do lar (*ibidem*).

Os escritos eruditos franceses sobre a posição da mulher e do homem burgueses e a constituição de ambos na feminilidade e/ou na masculinidade nos elucidam de que forma a mulher tomou o espaço da casa como sendo o *seu* espaço e quais atributos ela desenvolveu para ocupá-lo. Para nossa pesquisa, esse é o início de uma discussão que nos remete a pensar sobre como as mulheres do campo, no Brasil, em condições e contextos diferentes da França, ocuparam o espaço “fora da casa” no campo e o espaço “fora da casa” na cidade e, conseqüentemente, como esses espaços as constituíram.

Assim como as mulheres francesas foram faladas, as mulheres velhas/envelhecidas do campo são faladas e – por que não dizer? – caladas. Diante disso, propusemos o seguinte questionamento: como diferentes materiais produzem e fazem circular na sociedade um discurso sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo da agricultura familiar e da agroecologia?

De Laurentis (1994) mobiliza a teoria de Althusser para defender a ideia de que o gênero³ é uma representação de uma relação social, que representa um indivíduo por meio de uma classe. Para a autora, pensar uma construção diferente para o gênero seria uma tarefa para as feministas, que devem considerá-lo a partir de um “outro lugar” (*space-off*, termo tomado do cinema), ou o outro lugar do discurso aqui e agora, os pontos cegos. Afirma

³ A autora define gênero “como um produto e processo de um certo número de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos” (DE LAURENTIS, 1994, p. 208) e discute quatro proposições, a saber: gênero é (uma) representação; a representação do gênero é a sua construção; a construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo que em tempos passados; e, a construção do gênero também se faz por meio da sua desconstrução.

a autora: “Eu o imagino como espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento” (DE LAURENTIS, 1994, p. 237). Para ela, o gênero como representação ideológica deve ser pensado em um movimento de vai-e-vem entre a representação do gênero e o que ela exclui, ou seja, torna irrepresentável.

Acreditamos, a partir de Laurentis (1994), que podemos refletir como os discursos produzidos sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo são produzidos em diferentes materiais e como eles vão se institucionalizando nas diversas práticas sociais, constituindo, por agora, a impossibilidade de uma nova conceituação e sua apropriação na vida cotidiana. Em função dessa nossa posição, queremos entender o que nos é possível apreender dos materiais analisados.

Sendo assim, esta pesquisa versa sobre os discursos produzidos sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo, a partir das imagens das capas das revistas Globo Rural e Agriculturas: Experiências em Agroecologia⁴ (*corpus* auxiliar) e da capa, contracapa e interior do Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas – Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade (CONTAG, 2015)⁵ (*corpus* principal), bem como das denominações e dos enunciados presentes nesse último material.

Para a análise das capas das revistas, trabalharemos com a noção de *discurso sobre*, que traremos posteriormente, baseadas em Mariani (1996). Em relação ao discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), por se diferenciar da forma como é produzido um jornal e uma revista, no que se refere à assessoria de imprensa, não podemos considerá-lo como sendo um discurso

⁴ Abreviaremos o nome da referida revista como Agriculturas, nas demais seções do texto.

⁵ Abreviaremos o nome do referido material como Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), em diante.

jornalístico, apesar de a noção de *discurso sobre* funcionar também nesse material. Nas seções 4, 5 e 6 trataremos as considerações necessárias para essa discussão.

Em relação à velhice, cedemos à tentação provocada por Campos (2019)⁶ de refleti-la, rememorando o enigma da esfinge no Édipo Rei, na psicanálise freudiana, lançando um olhar sobre o enigma de ser velha. Quem são as mulheres velhas? O que elas sabem? Quais memórias elas guardam? Por que suas memórias são desvalorizadas? O que é apagado nas velhas, que as coloca desvalorizadas na sociedade a todo custo e que nos faz pensar no enigma social?

Se a definição de velhice nos é cara por ser ambígua e metafórica, essa condição se sustenta na noção de velhice que trazemos nesta pesquisa, uma vez que a tentativa de compreender o que é ser velha implica considerar o trabalho do analista que aponta para um furo, pois essa noção ultrapassa os contornos da idade e nos remete às condições de produção que o envelhecimento no campo impõe, como o trabalho braçal, de sol a sol, sem uso de produtos que sustentem uma suposta juventude. Dessa forma, optamos pela formulação velhas/envelhecidas, que, apesar de não dar conta de definir, se abre para a complexidade da questão.

Da mesma forma, não compactuamos com a distinção realizada em textos que circulam na *internet* que diferenciam velhas e idosas, enaltecendo o “ser” idosa e, por isso, não utilizaremos a denominação⁷ “idosa” nesse estudo, assim como o faz os meios de comunicação, os textos das leis, documentos, artigos e o linguajar cotidiano.

⁶ Trata-se do debate da comunicação que apresentamos no X SAPPIL – Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF, intitulada: “O Discurso sobre a Mulher Velha/Envelhecida do Campo: Análise das Denominações do Caderno da Marcha das Margaridas (2015)”, cuja debatedora foi a professora Dra. Luciene Jung de Campos. O resumo encontra-se disponível em: <http://www.seminarioposletras.uff.br/images/stories/SAPPIL/Caderno_de_resumos_2019_-_Linguagem.pdf>.

⁷ Na seção 5 trataremos da noção de “denominações”.

Ao utilizarmos a denominação “velhas” sabemos do estranhamento que podemos causar, pois também fomos tocadas por ele ao observarmos, em materiais distintos produzidos pela mídia, o não uso da denominação “velha” e, muitas vezes, a necessidade de maquiagem as imagens das velhas (e as próprias velhas) na promessa de uma eterna juventude, vendida a partir de propagandas de cosméticos, de pílulas para rejuvenescimento, de modos de viver, de prolongamento da vida, dentre outros. Sendo assim, ao usarmos a denominação “velha” nos aproximamos dos estudos de Silva Sobrinho (2007, 2014, 2016) e Magalhães e Silva Sobrinho (2006), que trazem outros sentidos a serem pensados na perspectiva da Análise do Discurso – doravante AD, tal como formulada por Michel Pêcheux (1969, 1990).

Sabemos, conforme nos atenta Silva Sobrinho (2016), que refletir sobre o discurso a partir das imagens e não imagens da velhice que circulam na imprensa é um desafio teórico e analítico, de possibilidade de análise e compreensão das práticas dos sujeitos históricos em outros gestos de interpretação e atuação no mundo, fato esse que consideramos importante nos diferentes momentos desta pesquisa.

O desafio de selecionarmos e recortarmos as imagens das mulheres velhas/envelhecidas do campo foi se realizando ao mobilizarmos a seguinte questão: como o olhar do analista afeta a constituição do *corpus*? A responsabilidade do gesto de interpretação do analista diante da materialidade nos coloca frente à possibilidade de olharmos literalmente as imagens, mobilizando as nossas próprias memórias e formações imaginárias do que é ser mulher velha do campo para tratar de uma velhice que não se reduz ao critério idade.

Desta forma, nós nos questionamos como os territórios, “cidade” e “campo”, constituem o sujeito “mulheres velhas”, que são tratadas no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) como “mulher idosa”, “mulheres idosas” e suas adjetivações. Ainda, qual é a relação entre a cidade e o campo, ao abordarmos as imagens de mulheres velhas nas capas das revistas,

na constituição dos efeitos de sentidos no espaço “fora da casa” no campo, na sua invisibilidade e as imagens de mulheres no Caderno da Marcha das Margaridas (2015), no espaço “fora da casa” na cidade, na sua (in)visibilidade?

Nossa opção pelo uso da denominação “campo” foi baseada em Orlandi (2012a, p. 188), que, ao discutir a cidade como espaço político-simbólico, traz a seguinte observação: “no dicionário *civitas* (civis) está ligado a *urbs* que significa cidade em oposição a *rus* (campo) e a *arx* (cidadela, cidade alta)”. Ainda, considerando as contribuições trazidas pelos estudos de Silva (2015)⁸, que tem como materialidades documentos específicos sobre a agricultura familiar, que a denominação “rural/agrícola” pode apagar os sentidos de resistência das lutas sociais.

Além disso, destacamos que a denominação “campo” também é utilizada nos discursos da agricultura familiar e da agroecologia numa disputa de espaços políticos e sentidos com o discurso hegemônico do agronegócio, que utiliza a denominação “rural”. A agricultura familiar e a agroecologia constituem discursos a favor da valorização da agricultura, policultura, cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção da sua semente (CALDART *et al.*, 2012). O agronegócio, por sua vez, baseia-se no domínio de técnicas que têm como foco o lucro, a exportação dos produtos, o domínio do mercado, de terras e de políticas de produção. Esses modelos são representados e representam políticas públicas de diferentes ordens, inclusive sobre a participação das mulheres no trabalho do/no campo.

Tais situações suscitaram a reflexão acerca de como a mulher velha do campo, da agricultura familiar e da agroecologia, se constitui como sujeito no espaço do campo e na cidade, nos discursos. Para esse fim, recorreremos às teorias feministas e de gênero que foram colocadas em diálogo em alguns momentos

⁸A referência ao estudo de Silva (2015) diz respeito à proximidade quanto ao tema agricultura familiar e as discussões de denominações que constam em documentos que envolvem os sujeitos do campo à luz da AD.

pontuais, com a AD, e que nos ajudaram a compreender o deslocamento feminino do campo para a cidade, nos movimentos de resistência, como as marchas, que foram legitimados pela sociedade, considerando-os apenas nos espaços urbanos. Nossa pesquisa, mostra uma legitimação de outras resistências dessa mulher velha do campo, no campo, na luta do dia a dia.

Diante da materialidade em análise, consideramos como operador de leitura a noção de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) para analisarmos a relação entre os eixos gênero, sexualidade, classe social, raça e territorialidade que foram analisados nos recortes dos enunciados que trazem as denominações e das imagens a partir do nosso olhar e que se encontram detalhadas ao longo desse texto. Para tratarmos da interseccionalidade, mobilizamos algumas ideias advindas das teorias clássicas de Joan Scott (1990) e Ângela Davis (2016), deslocando o nosso gesto de leitura para refletir sobre as diferentes mulheres e suas condições no patriarcado e na militância.

Nessa empreitada, as considerações acima foram tomadas juntamente com a teoria da AD que nos remete à articulação de três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico, compreendendo a teoria das ideologias; a linguística e a teoria do discurso, sendo essas três regiões atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, 1990⁹).

Essa constituição da AD nos responsabiliza diante da interpretação da materialidade, pois não podemos praticar um ato reducionista que considera ou o materialismo histórico, ou a linguística, ou a psicanálise, haja vista que a AD tematiza o objeto discursivo como sendo um objeto-fronteira, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituída de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica,

⁹ A primeira data refere-se à publicação do autor, à época. A segunda data refere-se à edição do livro relativo à tradução do seu artigo. Essa formatação será mantida em todo o texto.

simultaneamente. “A AD recorta seu objeto teórico (o discurso), distinguindo-se da linguística imanente, que se centra na língua, nela e por ela mesma, e também das demais Ciências Humanas que usam a língua como instrumento para a explicação de textos” (LEANDRO- FERREIRA, 2010, p. 2).

É importante frisarmos que essa condição não a torna uma disciplina interdisciplinar, visto que ela não tem o caráter instrumental, sem especificidade própria, e nem pode ser pensada na ótica reducionista, pois é uma teoria crítica da linguagem (LEANDRO- FERREIRA, 2010). Sobre essa postura da não definição da AD enquanto área interdisciplinar, temos que a AD é considerada uma disciplina de entremeio, que discute seus pressupostos continuamente e que se faz na contradição da relação entre outras disciplinas. Sendo assim, não se constitui como interdisciplinar (ORLANDI, 2012b). Ainda de acordo com a autora:

A AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam (ORLANDI, 2012b, p. 25).

Assim, também consideramos os estudos contemporâneos de vários pesquisadores de AD que se lançaram no mesmo desafio que o nosso e aos quais recorreremos para darem suporte às questões que trazemos para este estudo.

Diante do exposto, cabe-nos apresentar o objetivo geral da nossa pesquisa, que é analisar como são produzidos os efeitos de sentidos das denominações, dos enunciados e das imagens de mulheres velhas/envelhecidas do campo, que representam a agricultura familiar, em diferentes materialidades, no funcionamento dos discursos nos seguintes materiais brutos:

- uma capa e a reportagem da revista Globo Rural nº 192, de outubro de 2001;

- cinco capas da revista *Agriculturas*, nº 0, v. 1, setembro de 2004; edição n. 3, v. 7, de outubro de 2010; Caderno de debates n. 1 de fevereiro de 2014¹⁰; edição n. 2, v. 11, de setembro de 2014; edição n. 2, v. 12, de outubro de 2015;

- capa, contracapa e imagens/textos do interior do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

Como desmembramento/integração do objetivo geral, temos como objetivos específicos: 1. refletir sobre as críticas de Pêcheux ao uso dos instrumentos da Psicologia Social e à noção de sujeito da Psicologia, e apresentar a proposta de deslocamento teórico- metodológico da AD e sua noção de posição sujeito do discurso, analisando a posição-sujeito mulher velha/envelhecida do campo; 2. compreender a velhice e a posição discursiva mulher velha do campo, considerando a AD em diálogo com algumas teorias de gênero, principalmente aquelas que interseccionam os eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade, entendendo que essas questões não se colocavam nos primórdios dos estudos da AD e, por isso, se estabelecem como desafio para a nossa pesquisa; 3. analisar como os espaços “fora da casa” no campo, nas capas das revistas *Globo Rural* e *Agriculturas*, e “fora da casa” na cidade, no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), produzem diferentes efeitos de sentidos para a constituição do sujeito mulher velha/envelhecida do campo.

Diante da proposta descrita, organizamos este texto em seis seções, sendo que, após a introdução, na seção 2, em função da nossa formação em Psicologia e da nossa preferência pela Psicologia Social, trataremos das críticas de Pêcheux a essa área no que se refere ao uso dos seus instrumentos e à noção de sujeito da Psicologia. Quanto à primeira crítica mobilizamos as

¹⁰ O referido Caderno circula entre as edições v. 10, n. 3, de 20/12/13 e v. 11, n. 1, de 12/5/14.

No acesso ao arquivo em 17/8/2019, observamos a inclusão dos Cadernos para Debate nº 2 – Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas, de 01 de fevereiro de 2015.

argumentações do texto de Herbert [Pêcheux] (1966, 2015) e outros textos assinados pelo próprio Pêcheux que propõem o discurso como instrumento de transformação da prática política em relação à forma como a Psicologia Social utilizava seus instrumentos. Essa crítica nos interessa em função do contexto de produção em que surge a AD e sua posterior construção enquanto dispositivo teórico-metodológico, bastante distinto do que propunha a Psicologia em relação ao seu método. Além disso, apresentamos os principais conceitos da AD que deram suporte para a teorização e análise do nosso objeto de pesquisa. Quanto à segunda crítica, a noção de sujeito nos remete à necessidade de entendermos a mudança de paradigma do sujeito empírico e idealista proposto pela Psicologia para a noção de sujeito discursivo da AD e nos favorece sobremaneira, pois ao nos debruçarmos sob a materialidade para realizarmos os recortes de análise, não tomaremos as mulheres velhas/envelhecidas do campo como sujeitos empíricos, mas sim na sua constituição enquanto posição de sujeito discursiva. Ainda nesta seção traremos a noção de *discurso sobre* (MARIANI, 1996), conforme já dissemos anteriormente.

Na seção 3 abordaremos a teoria da AD em diálogo com algumas teorias de gênero para compreendermos a velhice e a posição discursiva mulher velha/envelhecida do campo, considerando os efeitos de sentidos produzidos no “fora da casa”, tanto no campo quanto na cidade, entendendo esses espaços conforme Orlandi (2012c). Em destaque, utilizaremos a noção de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), ao refletir sobre essa mulher no patriarcado e na militância, considerando os eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade. Nessa contextualização, apresentaremos a Marcha das Margaridas, que representa um movimento de protesto das mulheres do campo, das florestas e das águas em defesa por seus direitos pela melhoria das condições de vida no campo e das suas necessidades e direitos como mulher, bem como o Caderno da

Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), que constitui nosso *corpus* principal.

A seção 4, por sua vez, é dividida em dois momentos, sendo que no primeiro mobilizaremos a noção de arquivo e o seu gesto de constituição para refletir sobre o funcionamento dos arquivos das revistas Globo Rural e Agriculturas que constituíram o *corpus* auxiliar desta pesquisa, tomadas na perspectiva do discurso jornalístico (MARIANI, 1996). A partir desse percurso no arquivo, selecionamos uma capa da revista Globo Rural e sua respectiva reportagem, da qual fizemos recortes de sequências discursivas, e cinco capas da revista Agriculturas. As capas das revistas foram escolhidas e pareadas, considerando a interseccionalidade dos eixos gênero, sexualidade, classe social, raça e territorialidade, e a produção dos efeitos de sentidos do “fora da casa” no campo para a constituição do sujeito discursivo mulher velha/envelhecida do campo.

Na seção 5, trataremos da análise da materialidade verbal do discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), que compõe o *corpus* principal desta pesquisa, considerando as sequências discursivas recortadas a partir das denominações mais generalistas sobre o envelhecimento e mais específicas sobre a mulher velha/envelhecida e seus enunciados. Consideraremos as análises dos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade na produção de sentidos do “fora da casa” na cidade para a constituição do sujeito discursivo mulher velha/envelhecida do campo.

Na seção 6, analisaremos as imagens da capa, da contracapa e do interior do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), em que depreendemos as marcas de efeito de uniformidade da Marcha e analisamos os dizeres das faixas, bandeiras e cartazes que nela circulam e que são seguradas pelas mãos das mulheres velhas/envelhecidas. Para o fechamento dessa seção, escolhemos uma fotografia de um corpo de mulher velha entre os dizeres de uma faixa, produzindo efeitos de sentidos de (não) equivalência dos termos “feminismo” e

“agroecologia”, que se relaciona às discussões de gênero e sexualidade que realizamos nesta pesquisa.

Em síntese, a presente pesquisa se justifica por trazer contribuições para a Análise do Discurso e suas relações com os estudos feministas e de gênero, ao propor questões sobre a velhice interseccionando os eixos gênero, sexualidade, classe social e raça a outro critério pouco realçado, principalmente no Brasil, a saber, da territorialidade (campo) e, em extensão, à relação com a natureza (floresta e água), haja vista que o feminismo geralmente enfatiza as questões da/sobre a mulher jovem (ou da sua busca pela eterna juventude) no espaço urbano.

Ainda, efetiva uma crítica aos estudos feministas que, na universidade, produzem poucos estudos sobre as mulheres velhas do campo, das florestas e das águas, pois as pesquisas elaboradas sobre elas trazem o discurso que impera na mídia e na sociedade capitalista, que exalta a beleza e a juventude, apagando o “ser velha” e o seu processo do “envelheSer” – em especial, como já ressaltamos anteriormente, o “ser velha do campo, das florestas e das águas” e o processo de “envelheSer” na sua relação com o território e com a natureza.

Nesse último argumento, concordamos com Spivak (2010) de que o subalterno¹¹ pode falar, mas muitas vezes ele não fala. Cabe então a nós, da universidade, não falarmos por ele, e sim falarmos sobre a subalternidade, sobre a vida dele, criando espaços de articulação e de escuta para darmos visibilidade, em especial, para as mulheres subalternas que, nesta pesquisa, são as mulheres velhas/envelhecidas do campo. Sendo assim, nos propomos a falar sobre a vida dessas mulheres nas seções que seguem.

¹¹ O termo subalterno refere-se às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e, da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (tradução de Sandra Regina Goulart Almeida no prefácio do livro de SPIVAK, 2010).

2. A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA A PARTIR DA PSICOLOGIA

Esta seção apresenta uma discussão teórica que mobiliza duas críticas específicas de Pêcheux à Psicologia que são importantes para o desenvolvimento do nosso estudo, a saber: 1. as críticas ao uso dos instrumentos da Psicologia Social Americana¹² nas suas práticas de pesquisa; 2. a necessidade de questionar a noção de sujeito da Psicologia que, durante algum tempo, ancorava-se substancialmente sobre o empirismo.

Com relação à primeira crítica, analisaremos as reflexões de Pêcheux sobre o uso do instrumento científico pela Psicologia Social (PS) e, posteriormente, trataremos do discurso como instrumento de transformação da prática política, na proposta desse teórico de criar a AD para o que ele entendia como sendo uma contribuição para a ciência e para a transformação social, considerando as condições de produção da Psicologia e do início da AD. Para essa finalidade, utilizaremos o texto assinado por Pêcheux com o pseudônimo de Thomas Herbert (1966, 2015) e outros em que ele assumiu a própria autoria.

Sobre a segunda crítica, situamos as teorias behavioristas e piagetiana, da Psicologia em geral, que propuseram a noção de sujeito da Psicologia que traziam a problemática subjetivista centrada no sujeito. Em seguida, trataremos a proposta da AD sobre o sujeito discursivo, tomando-o em seu funcionamento no discurso, afetado pelo inconsciente e pela ideologia como conceitos reterritorializados em relação às suas áreas originais – a psicanálise

¹² A história da Psicologia Social (PS) é marcada por 4 vertentes diferentes: a Psicologia Social Psicológica (PSP), nos Estados Unidos; Psicologia Social Sociológica (PSS), na Europa; Psicologia Social Marxista (PSM), na América Latina; e a Psicologia Social Crítica (PSC), nos Estados Unidos. Pêcheux refere-se às teorias americanas da Psicologia Social que integram a vertente da PSP, baseada na tradição experimental.

e o marxismo – respectivamente, para entendê-lo como forma-sujeito em relação à formação discursiva (FD). Sendo assim, utilizaremos alguns textos de Pêcheux pouco mobilizados nas pesquisas em AD, que nos auxiliam situar de que noção de sujeito ele se referia ao citar a Psicologia.

Sob a égide da organização didática e da prossecução e encadeamento progressivo das discussões teóricas que empreenderemos, ponderando ainda que desde a entrada de Pêcheux no Laboratório de Psicologia Social – *Centre Nationale de la Recherche Scientifique* (CNRS), em 1966, juntamente com Paul Henry e Michel Plon, algumas críticas à Psicologia e à PS americana tomaram forma¹³, abordaremos, doravante, duas dessas críticas, nas subseções 2.1.1 e 2.1.2. Em seguida, na subseção 2.2, pautaremos a AD e suas propostas diante dessas críticas, tendo como fio condutor o conceito de discurso e sua influência na prática política. Essa ideia põe em xeque, como se verá, os instrumentos e a concepção de sujeito da Psicologia.

Em relação ao nosso objeto de estudo – que são os discursos produzidos sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo nas capas das revistas *Globo Rural* e *Agriculturas* e no *Caderno da Marcha das Margaridas* (CONTAG, 2015) – queremos, a partir do entendimento das duas críticas e das propostas de Pêcheux a ambas, assumir a AD como um dispositivo teórico-metodológico para as reflexões teórico-analíticas que nos propomos ao longo dessa pesquisa, considerando os conceitos basilares para tal finalidade e deslocar a noção de sujeito empírico da Psicologia para tratar sobre o sujeito do discurso mulher velha/envelhecida do campo.

Em acréscimo, considerando nosso objeto, vamos trazer algumas considerações da noção de *discurso sobre* (MARIANI, 1996)

¹³ Machado (2008), ao analisar o texto de Pêcheux: 'Conjuntura teórica da Psicologia Social' (1970), afirma que o autor desenvolveu críticas aos principais escritos da PS tanto na sua vertente psicológica quanto na sociológica. Entretanto, iremos nos ater à discussão sobre o uso dos instrumentos e, desta forma, nos parece que a maior parte das críticas é direcionada aos instrumentos e métodos da Psicologia Social Psicológica.

para tratarmos dos discursos produzidos pelas revistas *Globo Rural e Agriculturas*, que constituem o *corpus auxiliar* e funcionam como contraponto para a análise do *corpus* principal.

2.1 As críticas de Pêcheux à Psicologia

2.1.1 Sobre o uso dos instrumentos

No mesmo ano em que Pêcheux integra o ciclo de profissionais que pertenciam ao CNRS, publica, usando o pseudônimo de Thomas Herbert, o texto *Reflexões sobre a Situação Teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social* (1966, 2015). Tal atitude se configurou como uma estratégia deliberada, segundo Paul Henry (1990), pois era necessária para a sua permanência no laboratório, já que, dessa forma, poderia criticar livremente as teorias da Psicologia.

No referido texto, Herbert [Pêcheux] (1966, 2015) mobiliza uma série de conceitos para compreender como os produtos ideológicos se colocavam na prática técnica e como essa prática se relacionava com a prática política. Ao considerar esses conceitos, referindo-se às condições ideológicas necessárias ao aparecimento das Ciências Sociais, o autor critica a atuação dos ‘técnicos de exploração-transformação da comanda social’, referindo-se aos profissionais que criaram instrumentos para avaliação de alguma condição do indivíduo, por meio da importação de técnicas dos Estados Unidos¹⁴, para responder a uma demanda social. Quando o instrumento da prática técnica era aplicado às Ciências Sociais, a adequação era considerada bem sucedida, pois fornecia dados quantitativos que traziam uma leitura dos fenômenos observados.

¹⁴ Temos, inclusive, no Brasil e na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, a prática de uma PS que seguia os rumos daquela importada dos EUA, que replicava teorias e métodos positivistas sendo que, em 1968, a psicanálise foi retomada na França e trouxe as críticas à psicologia social norte-americana como uma ciência ideológica, reprodutora dos interesses da classe dominante e impossível de ser transposta para outras realidades (LANE, 1989).

Neste panorama, Pêcheux compreende que a PS era considerada uma ciência que estava no prolongamento das ideologias que constituíam a prática política. Ela não poderia ser, portanto, da forma como se apresentava, uma prática científica, como propunha Althusser (1970, 1980).

Para chegar a essa conclusão, Pêcheux (1966, 2015) propôs dois tipos de reflexões (interna e externa) para a avaliação do estatuto de uma prática que pretende tornar-se ciência. Ele avalia, ainda, os dois momentos para o trabalho teórico: o da transformação produtora do objeto, operada na inquietação e na aventura; e o da reprodução metódica do objeto, consumada na calma da ciência estabelecida (HERBERT [Pêcheux], 1966, 2015).

Em função dessa avaliação, o autor nos leva à reflexão sobre como os instrumentos deveriam ser reinventados e apropriados pela teoria. Nesses termos, as Ciências Sociais e a PS precisariam desenvolver o instrumento científico que fornecesse uma abertura do próprio campo (HERBERT [Pêcheux], 1966, 2015, p. 48). Logo, na visão do teórico:

Diremos então que, em seu estado atual, o grupo complexo da psicologia, da sociologia e da psicologia social não produz conhecimento científico (já que, de alguma forma, a 'realização do real' não constitui um equivalente científico da fase de acumulação metódica de conhecimentos) e que, o contrário, este grupo complexo produz atualmente uma ideologia expressiva da prática social global; assim, ele coloca em evidência, sem querer, o núcleo ideológico no todo complexo, sob a forma de discurso em fragmento, com a coerência de uma neurose, e sustentando uma função determinada relativamente ao todo complexo estruturado (HERBERT [Pêcheux], 1966, 2015, p. 51).

Ao ponderar a atuação do que tem chamado de grupo complexo de disciplinas específicas, o autor deixa ver, portanto, que a PS, ao fazer o mau uso dos instrumentos, realizaria apenas a reprodução metódica do objeto, capaz de fornecer o elemento refletor para a sua estabilização. Não haveria nessa reprodução a

praxe de reinvenção dos mesmos objetos. A partir dessa constatação, Pêcheux propõe o conceito de ‘escuta social’, análogo à escuta analítica freudiana, como um novo instrumento possível e hipotetiza que a relação entre o trabalho de transformação produtora do objeto científico e aquele de sua reprodução metódica pode ser expressa pela relação entre Marx e Engels, uma vez que o discurso do primeiro era posto à prova pelo segundo, com o objetivo de levantar questões para o objeto referido (HERBERT [Pêcheux], 1966, 2015).

No referido texto, Pêcheux ainda não faz menção à AD, mas propõe o *discurso* como instrumento da transformação da prática política, e afirma que ela teria a função de transformar as relações sociais, reformulando a demanda social por meio de um discurso (HERBERT [Pêcheux], 1966, 2015).

Três anos depois, a temática sobre a prática teórica e a questão do político foi retomada por Pêcheux (1969, 2015), ao retratar as dificuldades que as Ciências Sociais tinham para se deslocarem em suas práticas teóricas em função do esquecimento do elemento político e do centramento sobre a política. O pesquisador propôs, então, que a “teoria marxista” ajudaria os cientistas a se deslocarem de uma linha organicista-tecnicista que dominava as ciências naquele momento, exercendo dois papéis: 1. como filosofia marxista, para intervir nas filosofias espontâneas e nas ideologias teóricas que desenvolviam as Ciências Humanas, e 2. como materialismo histórico, núcleo científico de uma ciência das formações sociais e de sua transformação histórica.

As críticas de Pêcheux à PS contribuíram para a formulação da sua análise automática do discurso e, ao mesmo tempo, trouxeram contribuições para outras áreas, especialmente para a PS, no sentido de refletir sobre a influência das teorias americanas em seu bojo. Isso significava, entre outras coisas, a percepção dos experimentos em laboratório enquanto “cena fechada, a-histórica, na qual a linguagem (falas, textos ou discursos) é imediatamente identificada em sequências ‘observáveis’ de ações (condutas, comportamentos) de trocas entre protagonistas da interação”

(PÊCHEUX, 1984, 2015, p. 287). A AD se colocaria diante disso como uma perspectiva diferente, que considera o registro da língua, da história e do inconsciente.

Em outro texto, Pêcheux (1975, 1995) discute sobre as relações entre a lógica e a linguística, e reposiciona a questão da simulação dos conhecimentos científicos no desenvolvimento ideológico e a questão-chave para a AD. Ele trata o mito da neutralidade e da indiferença do discurso científico e remete à ideia de descontinuidade ciências/ideologia em que o “duplo funcionamento lógico-linguístico não é neutro em relação à ideologia: podemos dizer que ele realiza espontaneamente o acobertamento ideológico da descontinuidade, simulando-a ideologicamente” (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 124).

Mais adiante, no mesmo texto, o autor denomina a PS de *romance*, a partir do momento em que esta concorda com o idealismo neopositivista. Essa perspectiva propõe a descrição do funcionamento de uma ciência como reserva de hipóteses explicativas, o que vai ao encontro da convivência entre as concepções do empirismo lógico e a ideologia do método experimental da PS. No entanto, ao tratar das ‘ficções demagógicas’ (o povo, as massas ou a classe operária), o idealismo neopositivista manifesta sua indiferença. Face a isso, o empirismo lógico critica o mundo mental por não permitir assegurar uma referência, exceto pela força das ilusões que se apoderam de cada sujeito sob forma do consenso e do conformismo. Essas ideias não estão em conformidade com o que Pêcheux desenvolveria como novo suporte teórico para a ideologia (PÊCHEUX, 1975, 1995).

Observamos, dessa forma, que Pêcheux analisa, em diferentes épocas, a questão do instrumento das Ciências Sociais e faz críticas veementes à PS americana no que se refere ao seu caráter ideológico. Junto à crítica que faz, propõe a consideração do aspecto político recalcado pela PS e considerado na AD.

Salientamos que as provocações de Pêcheux trouxeram contribuições para o desenvolvimento da PS, fato concretizado quando psicólogos sociais da América Latina se viram diante de uma

crise na área¹⁵. É possível creditarmos às críticas de Pêcheux e de outros pesquisadores, sobretudo a que se faz no periódico *Nouvelle Critique*, sob o título de: “Psicologia social: uma utopia em crise”, uma das causas dessa crise, referente ao caráter ideológico da PS.

Não nos cabe esmiuçar as repercussões que todo esse movimento ocasionou para a área. Contudo, de fato, havia ali uma ferida narcísica para os psicólogos sociais, que perceberam a necessidade de pensar a teoria e a prática sob outras perspectivas. O início dessas reflexões estava justamente no conceito de homem da Psicologia. Nesse ponto é que ocorre o nosso direcionamento para a outra crítica de Pêcheux, que questiona o conceito de homem de algumas teorias da Psicologia, conforme demonstraremos na subseção 2.1.2.

2.1.2 Sobre a noção de sujeito

Vários são os momentos em que Pêcheux manifesta claramente o seu incômodo com a noção de sujeito da Psicologia. Orlandi (s/d), em entrevista, situa os primórdios dos questionamentos de Pêcheux no trecho que segue:

Acredito que exista um percurso que Pêcheux faz que é interessante e que eu começaria dizendo que se inicia com a crítica à Psicologia Social. Existem textos, por exemplo, como “A Psicologia Social: uma utopia em crise”, que eu vejo como fundamental. É um texto pouco lido porque circula pouco no Brasil, mas que também está disponível

¹⁵ Essa crise, na década de 1970, teve como uma das consequências o surgimento da vertente Psicologia Social Marxista, fundada a partir do materialismo histórico dialético e, que, segundo Lane (1989), teve como primeiro passo a superação da visão biologicista na concepção sobre o homem. Sendo que: “O homem assim concebido traz em si todo um processo de hominização ao longo da história da civilização, traz em si a história de sua cultura, dos modos de produção que gera as relações, a linguagem, etc. O Homem que é individualidades, nas suas especificidades, mas que também é totalidade histórico-social” (LANE, 1989, p. 2, mantivemos a palavra Homem com ‘H’ maiúsculo conforme o texto original).

no Fundo¹⁶. É por isso que eu acho que há interesse para o Fundo ter textos desse tipo, e esse é um dos que eu acho importantes, porque Pêcheux começou justamente a reflexão dele questionando a noção de sujeito, como ela era tratada na Psicologia e pensando a Psicologia social. Esse é um desses discursos de origem, vamos dizer, da reflexão, se é que se pode dizer da origem da reflexão, é um dos textos originais e que têm muita importância (ORLANDI, s/d.)¹⁷.

Com Orlandi (s/d), observamos uma trajetória de Pêcheux para desenvolver a sua crítica à noção de sujeito de teorias da Psicologia cuja fundamentação estava sobremaneira esteada no idealismo e no estruturalismo. Adiante, em sua teoria, Pêcheux constataria que todo sujeito social só poderia ser agente de uma prática social enquanto sujeito¹⁸ (HENRY, 1969, 1990), logo essas teorias não dariam conta de embasar a noção de sujeito necessária para a proposta da AD.

Em relação à Psicologia, Pêcheux criticava as teorias comportamental e piagetiana, de cunho reducionista e biológico, que pensavam o homem a partir do que ele denominou de 'metáfora biológica', e que colocava como uma continuidade as explicações sobre o 'indivíduo' e o 'sistema social', fundada sobre a palavra 'organismo', forma como a Psicologia e outras áreas de conhecimento tendiam a pensar o seu objeto. Essa metáfora ocupava espaços estratégicos, a partir dos quais alguns problemas se tornaram não formuláveis.

Sobre isso, sabemos o quanto o behaviorismo marcava, nesta época, seu espaço dentre as outras escolas da Psicologia com o objetivo de torná-la ciência aos moldes do positivismo. Todas as suas áreas foram afetadas por esta escola; é isso que Pêcheux critica quando alerta para o seguinte fato:

¹⁶ Trata-se do Fundo Michel Pêcheux inserido no Centro de documentação Urbana do Labeurb – CEDU, na UNICAMP, Campinas – SP, que reúne textos de circulação restrita e mesmo textos 'não-publicados' deste pesquisador, dentre outros.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/cedu/entrevistaEni.php>>.

¹⁸ Trataremos dessa noção adiante, ao desenvolvermos as reflexões sobre o sujeito como efeito ideológico elementar.

Pode-se dizer que, de modo geral, o setor de estudo da força de trabalho domina atualmente aquele do estudo das relações sociais de produção, a tal ponto que certas questões, como aquela do assujeitamento do sujeito ao inconsciente, ou aquela da luta de classes em uma formação social, se encontram literalmente recalçadas e “substituídas” por questões como a da adaptação do indivíduo a seu meio ou aquela da organização social das unidades de produção (PÊCHEUX, 1969, 2015, p. 199).

Essa afirmação mostra que, de um lado, a Psicologia – com a noção de homem entendida de forma reducionista como uma máquina programável e um ser altamente adaptável – se sobrepunha à proposta, por outro lado, do materialismo, de um sujeito constituído na luta de classes. Novamente, Pêcheux indicou o materialismo para pensar as questões das Ciências Sociais sob outro paradigma.

Em 1982, diante de um projeto recusado no CNRS sobre leitura e memória, Pêcheux (1982, 2015) retomou a metáfora do organismo e sociedade para criticar a noção de memória fundada em bases biológicas, na qual o organismo vivo teria a inscrição individual interna de fenômenos exteriores a ele. O autor propôs o estatuto social da memória considerada como *corpo/corpus* de traços inscritos no espaço, sob formas extremamente variáveis, que remetem à memória coletiva.

Essa concepção de memória coloca em evidência a noção de sujeito diante dos universos discursivos logicamente estabilizados e os não estabilizados. Do primeiro grupo fazem parte as teorias psicológicas do sujeito epistêmico que defendem que ele possui um conjunto localizado de operações internas e é “capaz de *construir o sentido adequado* de uma sequência dada, por referência ao universo discursivo logicamente estável de onde se supõe que esta sequência deriva” (PÊCHEUX, 1982, 2015, p. 144, grifos do autor), ou seja, um sujeito estratégico operatório. Especificamente nesse texto, Pêcheux critica a noção de sujeito epistêmico da teoria de Piaget, biólogo que tratou de explicar a construção da inteligência a partir de estágios

evolutivos, que consideram a responsabilidade do sujeito para o sucesso de operações cognitivas.

No segundo grupo, no qual se localiza a AD, têm-se outras formas de pensar a memória (como interdiscurso), a associação das instruções que permitem construir a significação e o processo de interpretação do sentido de uma sequência de leitura, no qual a língua é o “espaço privilegiado de inscrição de traços linguageiros discursivos, que formam uma memória sócio-histórica” (PÊCHEUX, 1982, 2015, p. 146).

Em Pêcheux (1984, 2015), tem-se novamente a crítica ao sujeito epistêmico piagetiano e a tentativa da AD de se colocar diante dos limites biológico e social que constituíam o mito *omni-presente* do sujeito psicológico: de um lado, o seu poder está limitado por coerções biológicas; de outro, por coerções sociológicas. Nesse contexto, a história, a língua e o inconsciente são considerados de forma diferente do que se propõe na AD, pois estão conceituados em função das determinações do psicologismo e do sociologismo.

Há, então, por uma via, a psicologia cognitiva com o conceito de sujeito epistêmico e, por outra, a análise do discurso, com a proposta sobre a noção de sujeito discursivo. Afirma Pêcheux (1984, 2015):

ninguém sabe se um dia, a história, a língua, o inconsciente serão “explicados” pelo sujeito epistêmico-comportamental, ou se, ao contrário, as condições concretas de aprendizagem e de controle dos universos discursivos logicamente estabilizados aparecerão eles próprios como intrinsecamente dependentes das discursividades não-estabilizadas (PÊCHEUX, 1984, 2015, p. 292).

Naquela época, longe de responder a esse questionamento, Pêcheux constatou um conflito entre a Psicologia e a AD, e afirmou que isso se devia à relação contraditória da Psicologia com a psicanálise¹⁹, área da qual ele se aproximou para construir a noção de sujeito da sua teoria.

¹⁹ Especificamente quanto à PS, Alvaro e Garrido (2003) acreditam que a

A aproximação com a psicanálise, especialmente, a lacaniana, veio ao encontro das ideias do materialismo de Althusser na elaboração da noção de sujeito da AD, que reterritorializa os conceitos de inconsciente e de ideologia para pensar o sujeito como efeito ideológico elementar, na sua proposta de defender o discurso como instrumento de transformação da prática política.

Essa concepção contraria as teorias da Psicologia expostas anteriormente, embasadas na concepção do idealismo de Hegel, que considerava o efeito ideológico do sujeito pelo qual a subjetividade aparece como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação (PÊCHEUX, 1975, 1995); e a concepção estruturalista que compreendia o sujeito empírico na mesma perspectiva.

A teoria da AD de base materialista irá então propor um trabalho de articulação destas regiões: descontinuidade das ciências/ideologia, discursividade e subjetividade, que será abordada na subseção 2.2.

2.2 A Análise do Discurso como um dispositivo teórico-metodológico

Diante das duas críticas explanadas na subseção 2.1.1 e 2.1.2, Pêcheux propõe a AD como um instrumento científico que poderia ser utilizado pelas Ciências Sociais na construção da sua teoria. Henry (1990) afirma que a AD não seria de modo algum um instrumento análogo àqueles usados nessas áreas e, nesse ponto, a

marginalização da psicanálise pela mesma se deveu ao fato do biologicismo subjacente à teoria dos instintos de Freud, o caráter clínico da sua Psicologia e suas aplicações na psicopatologia, os postulados sobre a natureza pulsional da personalidade e junto com a sua redução do social a sua função repressora das pulsões. Além disso, fatores externos, como a separação da Psicologia Social e a Psicologia da Personalidade; o predomínio de uma Psicologia Social Experimental e o desinteresse pelos estudos culturais sobre a socialização e personalidade, que aconteceram após a II Guerra Mundial juntamente com o predomínio de outras correntes teóricas mais determinantes na Psicologia Social, também contribuíram para este fato.

crítica de Pêcheux ao modo de servir dos instrumentos das Ciências Sociais se confunde com sua crítica às próprias Ciências Sociais no que se refere à ligação dessas com o político.

Em relação ao político, a AD trabalha com a textualização do político, que é definido diferentemente de política. Corten (1999, p. 37) define a política como “a área funcional especializada, na qual, através das instituições políticas, se realizam as atividades políticas”; e o político, por sua vez, como sendo “a cena das forças políticas construídas pelo discurso”. A definição de político em AD se relaciona à compreensão entre o simbólico e as relações de poder. Orlandi (2005, p. 10) vê nessa compreensão a possibilidade de se trabalhar não somente a textualização do político, “mas a política da língua que se materializa no corpo do texto, ou seja, na formulação, por gestos de interpretação que tomam sua forma na textualização do discurso”.

Desta forma, como estamos tratando de analisar um material produzido para dar sustentação à Marcha das Margaridas, nos debruçamos sobre a análise das sequências discursivas recortadas e dos dizeres das faixas, bandeiras e cartazes na tentativa de compreendermos a disputa de sentidos que se instaura na materialidade, produzindo e fazendo circular um discurso produzido sobre a mulher velha/envelhecida do campo.

Na formulação dos dizeres, o discurso, conceituado como “efeito de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, 1969, 1990, p. 82), é sempre produzido em determinadas condições de produção por sujeitos interpelados pela ideologia e assujeitados pelo inconsciente, e é sustentado pelo imaginário e pelos processos políticos de silenciamento (ORLANDI, 2007).

O estudo desse discurso, tomando a AD enquanto disciplina, somente foi possível graças à reterritorialização de alguns conceitos e o questionamento de algumas áreas já estabelecidas, conforme veremos a seguir.

Na concepção proposta sobre o discurso, Pêcheux colocou-se a questionar a Linguística Europeia, que era a ciência piloto das Ciências Humanas, e estava marcada pelo estruturalismo, em

meados do século XX, rompendo com o corte saussureano língua/fala e deslocando a sua reflexão para o par língua/discurso, assim como o fez com os termos oposição/contradição (LEANDRO-FERREIRA, 2010).

Nunes (2005), em referência ao texto de Haroche, Henry e Pêcheux²⁰, cita que estes autores, ao discutirem o corte saussureano para lançarem bases para a ‘semântica discursiva’, apontam para a confusão entre o conceito de língua e linguagem, constituindo uma ‘exploração ideológica das teorias linguísticas’, sendo essa uma dificuldade da própria linguística, especialmente da semântica, o que configura um retorno ao empirismo. Ainda em referência ao mesmo texto, considerando a discussão estabelecida, os autores introduzem os termos em relação língua/discurso na AD como uma mudança de perspectiva a ser trabalhada, ao considerar a importância dos estudos de Saussure (NUNES, 2005).

Essa mudança implica, para a época, a contraposição à adoção do conceito de língua, conforme o Logicismo e o Sociologismo. Pêcheux e Gadet (1977, 2015) criticam o conceito de língua abordado pelo Logicismo e pelo Sociologismo, perspectivas vigentes à época nesta ciência, que não consideravam o caráter político dos acontecimentos e a sua historicidade, conforme propunha o marxismo. Desta forma, observava-se uma ‘crise da Linguística’, uma vez que nem uma nem outra concepção e nem a síntese de ambas poderiam realizar tal condição.

Ao discutir como essas duas tendências se constituíram como forma de denegação do político, Guimarães e Orlandi (2006) apresentam as propostas de ambas e as situam em referência a uma divisão do trabalho. Afirmam os autores:

De um lado o ideal humanista de uma divisão universal da democracia, das ciências e das técnicas; de outro, a tarefa de remediar as resistências externas e internas que esta difusão

²⁰ O autor refere-se ao texto: *La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*, publicado no número 24 da Revista *Langages*, organizado por Julia Kristeva (1971).

encontra. A chave dessa divisão é de natureza política. Em uma o político é apagado porque não se fala do social e do histórico. No outro ele é apagado falando-se do social e do histórico (GUIMARÃES; ORLANDI, 2006, p. 153).

Assim, ao pensar cada uma dessas tendências, observa-se que “a linguística, para se constituir, precisou colocar para fora o sujeito e a exterioridade e isso implica em não considerar o político, pois ele se constitui ao pensar a relação da língua com o sujeito e a exterioridade” (GUIMARÃES; ORLANDI, 2006, p. 152).

Em relação à historicidade, Pêcheux e Gadet (1977, 2015) também entendem que ela não era tratada nas teorias da linguística, assim como propunha a AD, considerando os conflitos, as tensões e as disputas de sentido determinados pela ideologia e pela materialidade sócio-histórica. Desta forma, ela seria considerada na realização de leituras que remetem o discurso às condições histórico-concretas da sua produção, questionando o seu caráter de transparência, tomando-o na sua opacidade (SILVA SOBRINHO, 2007).

Considerar a linguagem na sua opacidade remete-nos a entender como ela funciona como efeito de ilusão de controle do sujeito que acredita produzir sentidos de evidência em seu dizer. Rumo ao ano de 1975, temos as contribuições de Althusser a respeito dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e a proposta do sujeito da ideologia. Pêcheux, a partir desses dois pontos, constrói a sua teoria relacionando ideologia e discurso, e reflete acerca das evidências do sentido e do sujeito. Nesta fase, o autor retoma o conceito de pré-construído – termo advindo da teoria de Culioli, na sua teoria das léxis – e, juntamente com Paul Henry, trabalha realizando o seu deslocamento para a teoria do discurso, traçando críticas também à teoria de Ducrot. Ainda, questiona o sujeito da enunciação de Benveniste, pois a considerava um retrocesso ao sujeito psicológico anteriormente referenciado (MALDIDIÉ, 2003; GADET; LÉON; MALDIDIÉ; PLON, 1969, 1990).

Em artigo publicado no número 37 da Revista *Langages*, Pêcheux se propõe a esboçar uma teoria não subjetiva da enunciação, contrária às interpretações empiristas, que identificam os traços linguísticos com a figura de um sujeito centro e fonte de sentido (MALDIDIÉ, 2003). No distanciamento dessa corrente, afirmam Pêcheux e Fuchs (1975, 1990):

A dificuldade atual das teorias da enunciação reside no fato de que estas teorias refletem na maioria das vezes a ilusão necessária construtora do sujeito, isto é, que elas se contentam em reproduzir no nível teórico esta ilusão do sujeito, através da ideia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões etc. (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, 1990, p. 175).

Diante do apagamento do sujeito da enunciação, Pêcheux esboça a teoria dos dois esquecimentos inerentes ao discurso, apoiado na oposição da primeira tópica da Teoria de Freud, que consiste na oposição entre o “sistema pré-consciente-consciente” e o “sistema inconsciente”, denominados, posteriormente, de esquecimento número 1 e 2, sendo definidos como:

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.*

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no interior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento número 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que - como vimos - esse exterior determina a formação discursiva em questão (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 173 grifos do autor).

Essa abordagem do esquecimento, que é estruturante e parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos, traz uma aproximação da psicanálise, por meio da qual podemos entender que: o esquecimento número 1 tem o seu funcionamento análogo ao recalque inconsciente freudiano e ao 'outro' da teoria lacaniana; enquanto o esquecimento número 2 tem seu funcionamento análogo ao pré-consciente freudiano e ao Outro (processo de interpelação-assujeitamento do sujeito) (MALDIDIER, 2003).

Para Pêcheux (1975, 1995), compreender como os sujeitos aceitam como evidente o sentido daquilo que ouvem e dizem, leem e escrevem (do que tencionam dizer e do que se tenciona dizer a eles) na condição de 'sujeito falantes' é a única maneira de não tentar repetir, sob análise teórica, o 'efeito *Munchhausen*', ou seja, do sujeito como causa e efeito de si mesmo (PÊCHEUX, 1975, 1995). Pêcheux, ao discutir esse efeito, refere-se, portanto, à ilusão do sujeito de pensar-se como origem do sujeito do discurso. Em outras palavras, trata-se do efeito de ilusão subjetiva a partir do assujeitamento ideológico: ao mesmo tempo em que o sujeito é efeito desse assujeitamento, o sujeito se esquece (trata-se de um esquecimento necessário) deste processo.

Os esquecimentos funcionam ainda ocultando para os sujeitos que os sentidos estão determinados pela filiação a uma ou mais formações discursivas (FDs) que predominam sobre todo o seu dizer, sendo que essas são sustentadas no discurso pelas formações ideológicas (FIs). Ambos os conceitos serão tratados a seguir.

Ao afirmar que o sujeito não é a causa e nem a origem do seu dizer, tem-se uma crítica ao 'eu' como totalmente consciente de si, denominado de 'teatro da consciência' e, a aproximação à psicanálise revela o inconsciente enquanto possibilidade para pensar um sujeito dividido. Desta forma, para propor a noção de sujeito do discurso, Pêcheux recorre à noção do sujeito do inconsciente, o sujeito do desejo, em Lacan, que introduziu a categoria de "falta" na cadeia significante, colocando em questão a definição proposta pelo estruturalismo linguístico de Saussure.

Mariani (2003) afirma que a psicanálise traz para a AD a ideia de que o sujeito não é um *a priori*, porque ele depende do Outro da linguagem e da historicidade. Antes de nascer, ele é interpelado pela ideologia, tornando-se assujeitado; isso permite a sua inscrição no simbólico, a ilusão de autonomia e de ser a origem do seu dizer.

Essa condição do Outro marca a *falta*, a incompletude e a opacidade do discurso e, para compreendê-la, Pêcheux propõe uma discussão sobre as acepções do real – da língua, da história e do sujeito – que o distingue de realidade, tomando este real como o impossível, o não capaz de ser atingido, a falta. Em Freud, a falta é denominada de *a coisa*, que é a hiância, a fenda, o furo, o irrealizável. Para Lacan, o inominável denomina o real, o *objeto a*, objeto do desejo. Por sua via, a realidade é da ordem do efeito, do empírico para falar do mundo e das coisas, da historicidade e das condições de produção (ABRAHÃO E SOUSA, 2016).

O real se entrelaça na psicanálise com outras duas estruturas: o simbólico²¹, que se constitui como linguagem, e o imaginário, que é a captação especular no plano consciente. A figura do nó borromeano é a ilustração que indica o furo do ser-em-falta: furo da língua (equivoco), da ideologia (contradição) e da psicanálise (inconsciente) (LEANDRO-FERREIRA, 2010). Nessa intersecção de conceitos e teorias, o materialismo histórico e a psicanálise contribuem de forma incisiva para a noção de sujeito da AD, conforme já vimos.

Magalhães e Mariani (2010), ao creditarem a importância da psicanálise e do materialismo histórico para a AD, reforçam uma vez mais essa contribuição:

E aqui o entremeio com a Psicanálise e com o Materialismo Histórico se fazem presentes na teoria da Análise do Discurso, posto que o sem-sentido provocado pelo inconsciente e a contradição presente nos rituais da interpelação ideológica sempre fraturam e colocam à

²¹ Sobre o conceito de simbólico na teoria de Piaget e em Lacan, ver: GADET, F.; HAROCHE, CL. HENRY, P.; PÊCHEUX, M. **Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia** (1982, 2015).

mostra o teatro da consciência. Em suma, há um ponto de impossível – marcado na ordem da língua pelo ato falho, pelo chiste e pelas contradições – que torna visível o fato de que não há um assujeitamento total, uma alienação completa do sujeito (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 404).

Dessa discussão, importa o questionamento: se o sujeito do discurso não está na origem do dizer – pois é duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia, o que o desloca da noção de sujeito do empirismo – como se dá o seu funcionamento no discurso? Pêcheux (1975, 1995, p. 161) afirma que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”, conforme já reportamos com mais vagar. Infere-se, portanto, que o sujeito do discurso não se articula diretamente à formação discursiva, mas o faz através da forma-sujeito.

Conforme Orlandi (2012a), a forma-sujeito capitalista é aquela que se apresenta em nossa formação social e se difere da forma-sujeito medieval no seu modo de interpelação pela ideologia, pois, no primeiro caso, temos uma interpelação que faz “intervir o direito, a lógica, a identificação” (ORLANDI, 2012a, p. 104) sem uma separação de exterioridade e interioridade. Já na segunda, “no sujeito medieval, a interpelação se dá de fora para dentro e é religiosa” (*idem*).

Diante disso, na interpelação na forma-sujeito capitalista, temos um sujeito, assim, posto por Orlandi (2012a):

O sujeito moderno-capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade. Não só dos outros mas até de si mesmo. Bastando ter poder... (ORLANDI, 2012a, p. 104).

Essa condição contraditória de liberdade para tudo dizer e de submissão às coerções ao que ele diz, nos leva a pensar que a forma-sujeito capitalista põe em cena uma vontade do sujeito na linguagem, ao mesmo tempo em que a cerceia.

Para avançar neste estudo sobre a forma-sujeito na AD, tomaremos essa noção articulada à 'tomada de posição' (PÊCHEUX, 1975, 1995), em que pode acontecer a identificação do sujeito com a forma-sujeito da FD e os sentidos não serão os mesmos.

Indursky (2008), a partir de uma leitura de Pêcheux, afirma que, além da ideia de homogeneidade, o autor lança na mesma obra (PÊCHEUX, 1975, 1995) as modalidades de tomada de posição. Já não se tem mais um único modo/tomada de posição do sujeito com os saberes e forma-sujeito da FD; isto implica dizer que não há um sujeito dotado de unidade, mas dividido.

Sendo assim, Pêcheux (1975, 1995) identifica duas modalidades da forma-sujeito na sua articulação com o sujeito discursivo: a primeira caracteriza o discurso do 'bom sujeito', que "consiste numa superposição (um recobrimento) entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito universal*, de modo que a 'tomada de posição' do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma de '*livremente consentido*'" (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 215). A segunda caracteriza o discurso do 'mau sujeito', "no qual o *sujeito da enunciação* 'se volta' contra o *sujeito universal* por meio de uma 'tomada de posição' que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o '*sujeito universal*' lhe '*dá a pensar*'" (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 215).

Tal fato permite compreender que não há unicidade na forma-sujeito e que existem diferentes modos de o sujeito se articular com uma determinada FD. Ele tem uma certa liberdade de posicionamento perante os saberes da FD na qual está inscrito, apesar de ser interpelado ideologicamente e perpassado pelo inconsciente. Essa liberdade, na perspectiva de Lukács²², discutida

²²Em referência a: LUKÁCS, G. **O trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. Maceió: 1997. Mimeo.

por Magalhães e Mariani (2010), aponta para a possibilidade de contraidentificação que, por sua vez, indica uma FD que carrega em si o heterogêneo, a alteridade e a influência de outras FDs. Em outras palavras, uma FD não é nem um bloco uniforme e fechado sobre si mesmo, mas, antes, uma unidade dividida. Ela não é uma, mas heterogênea, não de forma acidental, mas constitutiva. Assim, no interior de uma mesma FD, coabitam “vozes” que se entrecruzam, aproximam-se, divergem, existindo, logo, espaço para as diferenças, uma vez que uma FD é “constitutivamente frequentada por seu outro” (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 57).

Além disso, uma FD só adquire sentido no interior do universo de outras FDs (interdiscurso). A coabitação desse “outro” no interior da FD ou no diálogo que ela mantém com outras FDs do mesmo domínio ou de domínio(s) diferente(s), no espaço interdiscursivo, aponta para a possibilidade de interseção e confrontação no interior da FD.

Quanto forma-sujeito, ela pode se dar a partir da posição sujeito discursiva que “deve ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo, na medida em que ela ‘se volta sempre sobre si mesma’ para se atravessar” (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 172). No desdobramento entre o “sujeito da enunciação” e o “sujeito universal” temos então as modalidades da identificação, da contraidentificação e da desidentificação, sendo que, na identificação, temos o discurso do *bom sujeito*, na qual há uma “superposição (um recobrimento) entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito universal*, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido” (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 215, grifos do autor). Na contraidentificação temos o discurso do *mau sujeito*, “no qual o *sujeito da enunciação* ‘se volta’ *contra o sujeito universal* por meio de uma ‘tomada de posição’ que consiste dessa vez em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o ‘*sujeito universal*’ lhe ‘dá a pensar’” (*idem*). E,

na terceira modalidade, na desidentificação, que “constitui um trabalho (transformação-deslocamento) da *forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*” (*ibidem*, p. 217). Nessa condição, o sujeito do discurso desidentifica-se de uma formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito para se identificar-se com outra formação discursiva e sua forma-sujeito. Entretanto, Pêcheux, na mesma obra, afirma que não é possível uma anulação da forma-sujeito em função do trabalho da ideologia enquanto processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos.

Em um outro momento, no texto, “*Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*”, Pêcheux (1978, 1995), admite que há falhas no ritual de interpelação e que não há denominação sem resistências, além da constatação de que “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja” (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 304), ou seja, há possibilidades da desidentificação do sujeito com a FD e sua forma-sujeito.

Indursky (2008) retoma a teoria da noção de sujeito de Pêcheux e propõe a noção de fragmentação do sujeito em AD mobilizando o conceito de FD, fato esse que implica pensar sobre a heterogeneidade das FDs e as diversas possibilidades de assumir uma posição-sujeito do discurso. Desta forma, para a autora, na identificação, Pêcheux nos traz um efeito-sujeito que produz uma ilusão da unidade imaginária do sujeito que é da ordem do imaginário. Na contraidentificação há apenas um pequeno espaço de liberdade, pois há uma identificação do sujeito com outra FD e com posições-sujeitos dominantes daquela conjuntura, produzindo o efeito-sujeito. Já a desidentificação ocorre de duas formas: 1. a desidentificação do sujeito-enunciador para identificar-se com outra FD e sua forma-sujeito já existente; 2. quando ocorre o acontecimento discursivo, no qual há rupturas e antagonismos, fazendo surgir uma nova FD e uma nova forma-sujeito.

Para finalizarmos nossas considerações acerca do sujeito, tomemos a noção de formações imaginárias, que, em Pêcheux (1969, 1990), é formulada a partir de uma crítica ao “esquema informacional” de Jakobson (1969), no que se refere à forma como

este entende a mensagem e os lugares do destinatador e do destinatário. Para Pêcheux (1969, 1990):

nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo (...) em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao *outro*, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, 1969, 1990, p. 82, grifos do autor).

Nesse jogo de formações imaginárias, mobilizaremos a imagem que o discurso das revistas Globo Rural e Agriculturas e do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) constroem sobre o sujeito-leitor, designada por Pêcheux como IA(B), que se refere à “imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A” e que corresponde à seguinte questão implícita: “quem é ele para que eu lhe fale assim?” (PÊCHEUX, 1969, 1990, p. 83).

Além da contribuição da psicanálise, na perspectiva materialista, temos o conceito de Ideologia²³ tratado nos textos de Pêcheux (1975, 1995) e, mais recentemente, por Zoppi-Fontana (2005a) para aludir à sua relação constitutiva com a linguagem e o sujeito.

A Ideologia, tal como proposta por Pêcheux, articula proposições teóricas que descrevem o processo de constituição do sentido e do sujeito do discurso, permitindo a compreensão sobre a interpelação ideológica; inscreve, ainda, a Teoria do Discurso no materialismo histórico; e é o divisor de águas até o presente momento entre as teorias discursivas (ZOPPI-FONTANA, 2005a). A Ideologia, diferente da ideologia dominante, nos leva a pensar o “homem” como “animal ideológico”, em sua especificidade

²³ É interessante destacarmos que o tema Ideologia na perspectiva da AD foi trazido pela Psicologia Social através da resenha do texto de Pêcheux, *Les Vérités de la Palice, Linguistique, Semantique, Philosophie* (1975), por Frederic François, publicada no *Jornal de Psychologie Normale et Pathologique* (1976), que se posicionou positivamente às ideias do texto e ressaltou alguns questionamentos para a Psicologia Social, propostas teóricas e políticas, ignoradas à época (ZOPPI-FONTANA, 2005a).

enquanto *parte da natureza*, no sentido espinosano do termo, conforme afirma Pêcheux:

Eis aí, mais uma vez, a história, ou seja, a história da luta de classes, isto é, a reprodução/transformação da luta de classe, com suas correspondentes características infra-estruturais (econômicas) e superestruturais (jurídico- políticas e ideológicas): e dentro desse processo 'natural-humano' da história que a 'Ideologia é eterna' (oni-histórica) – afirmação que lembra a expressão freudiana 'o inconsciente é eterno' (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 152).

Ao considerar o materialismo histórico, Pêcheux (1975, 1995) afirma que nas condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção, a ideologia não é o único elemento em que se dá a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social, é preciso considerar as determinações econômicas, inclusive dentro da própria produção econômica – referindo-se a Althusser, sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Ainda, em relação à reprodução/transformação, Pêcheux (1975, 1995) entende que a luta de classes perpassa o modo de produção como um todo, o que, no campo da ideologia, significa que a luta de classes 'passa' pelo que Althusser chamou de AIE. Para o autor, a ideologia realizada em um AIE, quer dizer, em um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, garante sua unidade de sistema ancorada em funções materiais.

As condições contraditórias (reprodução/transformação), nesse caso, são constituídas num dado momento histórico e numa dada formação social pelo AIE desta formação social. Não são todos os AIE que contribuem igualmente para a reprodução das relações de produção e para sua transformação, e isso se deve às suas propriedades 'regionais' que condicionam sua importância relativa dentro dos AIE em função da luta de classes nessa dada formação social (PÊCHEUX, 1975, 1995). Por este motivo, Zoppi-Fontana (2005a) considera que a contradição não é uma simples oposição de

sentidos, mas sim que ela é interna à construção de objetos, da posição de sujeito e das classes sociais, e, somente aparece quando articulamos o dizer com suas condições de produção.

O conceito de condições de produção do discurso, de acordo com Courtine (1981, 2009), tem as suas origens na Psicologia Social, na Sociolinguística e no texto de Harris (*Discourse analysis*, 1952), conceito definido como sendo “as *determinações que caracterizam um processo discursivo, seja as características múltiplas de uma ‘situação concreta’*, que conduz à ‘produção’, no sentido linguístico ou psicolinguístico deste termo, da superfície linguística de um discurso empírico concreto” (PÊCHEUX; FUCKS, 1975, 1990, p. 182, grifos dos autores).

Orlandi (2001) nos alerta que devemos considerar o sentido estrito e as circunstâncias da enunciação (contexto imediato) e o contexto sócio-histórico ideológico (contexto amplo). Ou seja, devemos considerar os componentes intradiscursivos e interdiscursivos do discurso que são submetidos aos efeitos ideológicos no interior das FDs.

Para Courtine (1981, 2009), é na relação entre o intradiscurso (formulação) e o interdiscurso (constituição) que se apresenta este efeito discursivo pelo qual a formulação- origem retorna na atualidade de uma conjuntura discursiva, fato este designado como efeito de memória, produzido na atualidade do acontecimento (COURTINE, 1981, 2009).

Por isso, podemos compreender que o sentido das palavras não “está lá”, “já dado” e que é preciso um trabalho do analista para considerar os ‘implícitos’. Courtine (1981, 2009, p.

105) pontua de forma ainda mais contundente que “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”, que existem no longo tempo de uma memória, enquanto as formulações se colocam na enunciação por um tempo curto.

Pêcheux (1984, 1999) define a memória discursiva como sendo:

aquilo que em face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré- construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1984, 1999, p. 52).

Dadas essas definições, podemos afirmar que temos vários interdiscursos que se articulam na constituição do sujeito discursivo mulher velha/envelhecida do campo, como o discurso religioso, o discurso político, o discurso capitalista, o discurso feminista, o discurso sindical e o discurso da mídia. Esses discursos são atualizados graças à memória discursiva, conforme detalharemos nas seções 5 e 6.

É nesse cenário teórico que um dos conceitos principais e fundamentais para a teoria é delineado: trata-se da noção de FD, definida como zonas de regularidades discursivas, em que o sentido está relacionado a um exterior ideológico delimitado pelas formações ideológicas e pelas condições de produção.

Avançaremos, apoiando-nos sobre grande número de observações contidas naquilo que denominamos "os clássicos do marxismo", que as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras "mudam de sentido" ao passar de uma formação discursiva a outra (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p. 102-103).

Para Pêcheux (1975, 1995), a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (FIs) com caráter regional, envolvendo posições de classe. Afirma o autor:

A ligação contraditória entre a reprodução e a formação das relações de produção articula-se no nível ideológico, na medida em que não são objetos ideológicos, tomados um a um, mas a própria divisão em regiões (Deus, Ética, Lei, Justiça, Família, Saber etc) e as relações de *igualdade- subordinação* entre essas regiões que constituem o que está em jogo na *luta ideológica de classes* (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 145, grifos do autor).

Neste sentido, Pêcheux propõe o conceito de formação ideológica (FI) para observar como a ideologia se marca no discurso. Para Pêcheux, a FI é o “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras” (PÊCHEUX; FUNCKS, 1975, 1990, p. 166, grifos dos autores).

Em torno de uma FI existem várias FDs entendidas como:

aquilo que numa determinada formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc). (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 160).

A partir dessa afirmação, Pêcheux (1975, 1995) nos adverte para o fato de que a ideologia da classe dominante “corresponde menos a manter idêntica cada ‘região’ ideológica, isoladamente considerada, do que a reproduzir as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões” (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 145) e que essas relações constituem o pivô da luta ideológica de classes.

Sendo assim, Pêcheux defende que a contradição entre a luta ideológica de classes não é simétrica e que não se pode opor, de forma reducionista, a reprodução à transformação. Citando

Althusser, Pêcheux explica com mais detalhes o que brevemente já reportamos: “A ideologia interpela indivíduos como sujeitos” (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 148). De acordo com Pêcheux:

Na verdade, a tese ‘a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos’ quer dizer, a rigor, que o ‘não-sujeito’ é interpelado-constituído como sujeito pela ideologia. Pois bem, o paradoxo está precisamente em que a interpelação tem, por assim dizer, um *efeito retroativo*, o que resulta em que todo indivíduo é ‘sempre-já-sujeito’ (PECHÊUX, 1975, 1995, p. 150, grifos do autor).

Nesses termos, no momento da interpelação, da relação indivíduo/sujeito, o sujeito é chamado a existir e, conforme Pêcheux (1975, 1995), o vínculo da constituição do sujeito e do sentido se situa na interpelação. Além disso, vê-se que: (A) torna-se palpável o vínculo superestrutural entre o Aparelho Repressivo do Estado e os Aparelhos Ideológicos do Estado, isto é, o sujeito perante a lei e o sujeito ideológico; (B) o teatro da consciência é observado de onde “se pode apreender o fato de que se fala *do* sujeito, e de que se fala *ao* sujeito, antes que ele possa dizer: ‘Eu falo’” (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 149).

O “eu falo” pode acontecer também pelas formas do silêncio (ORLANDI, 2007): a) o silêncio fundador, que existe nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio que se subdivide em: silêncio constitutivo e silêncio local. Há também a política do silêncio, o silenciamento, que pode ser parte da retórica da dominação (a da opressão) ou da contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência) (ORLANDI, 2007).

Com base nessa explanação, percebemos a construção elaborada das críticas de Pêcheux aos instrumentos da Psicologia Social e a sua proposta de conceber o discurso como um instrumento de transformação política, ignorado por essa área. Ainda, foi-nos possível apontar alguns conceitos da AD francesa. Por último, enfatizamos o incômodo de Pêcheux com as teorias

comportamental e piagetiana da Psicologia que tratavam o sujeito como centro e origem do dizer, baseadas no idealismo e no estruturalismo. Somente a partir disso pudemos compreender a noção de sujeito da AD, que reterritorializa os conceitos de inconsciente e ideologia para propor o sujeito discursivo que, ao se identificar com uma determinada FD, se constitui na forma-sujeito.

Além dessas noções, temos interesse em compreender o modo de funcionamento do discurso jornalístico das revistas Globo Rural e Agriculturas, referentes ao *corpus* auxiliar, e o seu papel na constituição do imaginário sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo. Sendo assim, traremos algumas considerações introdutórias acerca da noção de *discurso sobre* para dar prosseguimento às análises na seção 4.

O discurso jornalístico se constitui como uma modalidade de *discurso sobre*, definido por Mariani (1996) como:

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um *discurso de* ('discurso origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, apresentam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (MARIANI, 1996, p. 64, grifos da autora).

Essa condição é compreendida quando entendemos que, no discurso jornalístico, o mundo é colocado como objeto que deve se tornar compreensível para o leitor, uma vez que o jornal dá sentidos aos fatos ao conectá-los interdiscursivamente a um já-lá dos assuntos em pauta. "E essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo" (MARIANI, 1996, p. 64).

Com base nesses fundamentos teórico-metodológicos iremos constituir nosso dispositivo analítico com vistas à análise dos *discursos sobre a mulher velha/envelhecida do campo*. Esse dispositivo deve atravessar o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Ele deve investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito, no efeito metafórico, no trabalho da ideologia (ORLANDI, 2001) e deve trabalhar nos deslocamentos da posição do sujeito/posição do analista, bem como da interpretação metodológica do analista para a movimentação inscrita no próprio sujeito do discurso (ORLANDI, 2012c) que se apresentará adiante nas discussões sobre a mulher velha/envelhecida do campo em discurso.

Dessa forma, ao realizarmos a leitura dos acontecimentos, temos que considerar o modo como o discurso jornalístico produz sentido e memória. A imprensa realiza leituras do *mundo* e cada jornal vai construindo uma visão de mundo específica e diferente, ou seja, não há imparcialidade (MARIANI, 1999).

Por essa razão, é imprescindível realizarmos uma leitura capaz de considerar que a linguagem e a prática jornalística estão sempre em relação com a interpretação, na perspectiva da AD. Portanto, haverá aí um trabalho de desnaturalização para o jornalista da “evidência da anterioridade dos ‘fatos’ em relação ao seu relato na mídia” (DELA-SILVA, 2013, p. 3), pois conforme nos aponta Mariani (1996), mascara-se no discurso jornalístico um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si, trazendo a ilusão de objetividade.

Para Mariani (1996), essa ilusão de objetividade liga-se ao discurso pedagógico em sua forma autoritária e retorna para o leitor a imagem do aluno considerado tábula rasa, aquele que não sabe e precisa da voz de autoridade para saber.

Há, ainda, em comparação com a função do historiador de organizar cronologicamente o passado colocando os sujeitos em uma formação social de modo que não se duvide da sua veracidade, a atuação do discurso jornalístico em “organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que

pode haver mais de uma opinião/explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado” (MARIANI, 1996, p. 66-7), ou seja, “A imprensa deve desambiguar o mundo” (MARIANI, 1996, p. 67), tendo em vista o critério ‘objetividade’ dos fatos, uma vez que o seu gesto interpretativo se dá a partir de um imaginário já constituído. Portanto, ao relatar os acontecimentos, os jornais já exercem a determinação dos sentidos.

Ao desambiguar o mundo, construindo modelos de compreensão da realidade, tem-se o caráter ideológico do discurso jornalístico:

por contribuir na construção de evidências, a imprensa atua no mecanismo de naturalização e institucionalização dos sentidos, apagando alguns processos históricos em detrimento de outros. A imprensa, então, ajuda a construir/desconstruir a memória histórica oficial num processo que para o leitor comum passa despercebido (MARIANI, 1999, p. 112).

Assim, podemos colocar em questão o efeito de imparcialidade da edição de outubro de 2001, da revista *Globo Rural*, que constitui parte do *corpus* auxiliar desta pesquisa. A referida edição representa o discurso do agronegócio ao apresentar a família que representa a agricultura familiar como “parceira do futuro”, tentando apaziguar as diferenças e apagar a história de dois modelos de desenvolvimento econômico distintos.

Estamos falando, então, de relações de poder que se dão entre dois sistemas de desenvolvimento econômico do país e que possuem discursos próprios acerca de questões do campo. Sabemos, por Mariani (1996), que duas propriedades do discurso jornalístico é a submissão ao jogo das relações de poder vigentes e o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade.

Outra possível reflexão que nos cabe diz respeito ao sujeito-leitor. Mariani (1996) cita Pêcheux (1988)²⁴ para explicar que no discurso jornalístico a modalidade do “como se” produz formas de identificação do sujeito-leitor com a reportagem narrada e com o objeto (assunto) da narração. Além disso, o seu alcance se relaciona ao modo como os sentidos são textualizados. O sujeito-leitor é constituído por processos sociais e históricos dos quais nem sempre ele se dá conta, e, ao ler, há uma interação dele com textos já lidos, histórias de leitura e pessoais, momento histórico da sua obra (MARIANI, 1999).

Em relação ao funcionamento da língua, o processo de construção da notícia fica apagado para o sujeito-leitor, uma vez que a produção dos sentidos se dá por uma leitura literal e não por uma leitura interpretativa que se coloca numa perspectiva diferente daquela (MARIANI, 1996). Assim, salientam Pêcheux e Fuchs (1975, 1990):

Isto nos leva a reformular como uma das questões centrais a que se refere à leitura, ao efeito leitor como constitutivo da subjetividade, e caracterizado pelo fato de que, para que ele se realize, é necessário que as condições de existência deste efeito, estejam dissimuladas para o próprio sujeito (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, 1990, p. 164).

É importante salientarmos que as questões da ordem do funcionamento da língua envolvem o sujeito produtor e o receptor da notícia. Neste sentido, entende Mariani (1996) que há uma ilusão de que nós dominamos a língua e, portanto, ao analista do discurso cabe “compreender de que modo se deu a produção [de] enunciados e, também, como eles singularizam os acontecimentos, fixando-lhes uma memória e criando a ilusão de que, literalmente, espelham ‘uma realidade’ exterior ao sujeito” (MARIANI, 1996, p. 69).

Considerando a complexidade que a AD nos coloca a refletir, entendemos como Mariani (1999): cada jornal (e também as

²⁴ Trata-se da obra de PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*, que neste texto se refere à edição de 1995.

revistas) terá a sua forma própria de apresentação de um acontecimento, de um perfil próprio, e o leitor mais atento percebe que o modo de construção textual da notícia influi na produção de sentidos, mas pode não dar conta de que o processo de construção de sentidos não pode ser esgotado apenas em uma análise do tipo gramatical (MARIANI, 1999).

Entendemos, portanto, que para além das marcas gramaticais e textuais específicas do funcionamento discursivo observado é preciso recortar os textos, ou seja, correlacioná-lo com a linguagem-exterioridade e, assim, analisar o processo de produção e circulação de sentidos. O que irá direcionar a leitura e o arquivo da pesquisa são os objetivos e o tipo de texto que foi selecionado para a análise (MARIANI, 1999).

Ainda, cabe ao analista de discurso investigar o “modo da historicidade constituir a textualidade na produção de sentidos” (MARIANI, 1996, p. 70). Assim, devemos considerar a produção/circulação de consensos de sentidos realizados pela imprensa, pois a forma como ela denomina, descreve e narra eventos políticos é regulada historicamente a partir de uma memória institucional vinculada ao dizer jornalístico (MARIANI, 1996). Daí a necessidade de colocarmos em questão os discursos produzidos pela revista *Globo Rural* como ‘imprensa de referência’, e pela revista *Agriculturas*.

Diante do exposto, cabe-nos o questionamento proposto por Mariani (1999): “se o discurso jornalístico produz leituras do mundo, i.e., se temos consciência de que ele interpreta (e, até mesmo, produz) os acontecimentos, qual e como poderá ser o gesto de leitura do pesquisador interessado em analisá-lo?” (MARIANI, 1999, p. 103). Assim, tomando as questões que já mencionamos anteriormente, cabe-nos, então, a análise das denominações e dos seus enunciados, bem como das imagens.

Com base nesses fundamentos teórico-metodológicos, iremos constituir nosso dispositivo analítico com vistas à análise dos discursos produzidos sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo. Esse dispositivo deve atravessar o efeito de transparência

da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Ele deve investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito, no efeito metafórico, no trabalho da ideologia (ORLANDI, 2001), e deve trabalhar nos deslocamentos da posição do sujeito/ posição do analista, bem como da interpretação metodológica do analista para a movimentação inscrita no próprio sujeito (ORLANDI, 2012b) que se apresentará diante das discussões que propomos nesta pesquisa.

3. MULHER VELHA DO CAMPO E/NO DISCURSO: APONTAMENTOS TEÓRICOS

Esta seção se propõe, em um primeiro momento, a trazer as contribuições teóricas da AD para os estudos sobre a velhice, no intuito de deslocar o nosso olhar sobre essa fase da vida – sustentada em algumas teorias pela idade cronológica e pelas marcas biológicas do corpo – para um olhar discursivo do analista.

Em um segundo momento, consideraremos os efeitos de sentidos produzidos dos espaços “fora da casa” no campo e “fora da casa” na cidade na constituição dos sujeitos discursivos mulher velha/envelhecida do campo, estabelecendo diálogos entre a AD e algumas teorias de gênero e feministas, dando ênfase para aquelas que discutem sobre a interseccionalidade, noção que tomamos de Crenshaw (2002) e é entendida como:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação [interseccional de mulheres racialmente marcadas] tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos [gênero, raça, etnia e classe social] da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A interseccionalidade, da forma como foi proposta por Crenshaw (2002), nos interessa no seu funcionamento, para

compreendermos como o patriarcado²⁵ afeta os eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade tomadas e nos movimentos de resistências das mulheres no campo e na cidade. Sendo assim, ela deve ser pensada considerando as condições de produção dos discursos produzidos sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo, para compreender a sua constituição como sujeito do discurso em um gesto de análise que implica tratar as materialidades discursivas que trazem imagens dessas mulheres, da agricultura familiar e da agroecologia no “fora da casa” no campo, nas capas das revistas *Globo Rural* e *Agriculturas*; e no “fora da casa” na cidade, na militância, na busca por seus direitos, no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

A casa e a rua não são vistas apenas como espaços geográficos caracterizados como campo e cidade, respectivamente, mas como espaços de enunciação que envolvem vários discursos: o moral, o ético, o legal, o espiritual, o sexual, dentre outros. Por isso, ao especificarmos sobre a mulher velha/envelhecida, queremos compreender como ela se constitui um sujeito discursivo, considerando os efeitos de sentidos “do fora da casa” no campo para o “fora da casa” na cidade.

Consideramos que, ao longo dos anos, na casa, as mulheres experienciaram condições diversas marcadas pelo machismo, pelas tradições familiares, pelos silêncios diversos, que implicaram a sua anulação como sujeito de direitos (pois não tinham sequer documentos básicos) até a sua anulação como sujeito de desejos

²⁵ O conceito de patriarcado é complexo. A utilização (ou não) desse termo em pesquisas implica em posicionamentos diante de teorias e do campo dos estudos feministas que podem ou não mobilizá-lo para compreender a condição feminina diante do sistema de dominação masculina na sociedade. Na nossa pesquisa, o propósito é compreender como o patriarcado, enquanto formação ideológica, afeta os dizeres produzidos nos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade. Ainda, como ele afeta a constituição do sujeito mulher velha/envelhecida do campo que se constitui na agricultura familiar e agroecologia nas suas relações familiares.

(vítimas de violência de todas as ordens, cujos choros não eram ouvidos e cuja sua voz era silenciada) e que, algumas delas, concomitantemente, vivenciaram experiências na luta por seus direitos condizentes com as propostas da agricultura familiar e da agroecologia.

Orlandi (2012c) afirma que a forma da cidade e a forma do sujeito estão relacionadas, ou seja, o modo como os sujeitos se dispõem no espaço é uma maneira de significá-los e a organização da cidade está ligada ao nosso imaginário projetado sobre este espaço “cidade”, significada pelo “urbano” através dos padrões capitalistas. A esse funcionamento, Orlandi (2012b) chamou de “economia do estereótipo”, ou seja, como já temos uma memória de cidade, nos filiamos a certos sentidos, nos significamos implicitamente como urbanos e funcionamos de modo significativo nesse espaço. A memória urbana funciona como espaço de interpretação.

Acrescentamos, nessa perspectiva, que há implicações também no que se refere a pensar o campo e a sua representação imaginária perpassada pela significação de rural. Assim, a casa na roça e as ruas na cidade, ocupadas por mulheres e, também, por mulheres velhas, trazem a memória de cidade e de campo já significadas implicitamente e, por isso, há um modo de funcionamento dos sujeitos nesses espaços. Isso nos coloca diante da responsabilidade do gesto de interpretação, como analistas urbanas, não só para significar esses lugares, mas também nas análises que faremos sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo na posição sujeito discursiva e, como já dissemos, na subalternidade (SPIVAK, 2010).

Nessa empreitada, concordamos com Orlandi (2012c) que o Estado capitalista, articulador do simbólico com o político, na sua relação com o sujeito, o individualiza e este se identifica com uma FD, constituindo-se em uma posição sujeito com sua existência, que se inscreve com suas práticas na sociedade. Esta relação sujeito-Estado é uma relação político-simbólica (ORLANDI, 2012d). Desta forma, entendemos que: “(...) a maneira como se circula nesses

espaços é completamente diferente. Isso envolve sentidos social e politicamente significados de formas totalmente diferentes entre a casa e a rua, portanto, dos sujeitos que as habitam e [ou] aí circulam” (ORLANDI, 2012c, p. 208).

Diante do exposto, organizamos as subseções que seguem realçando as condições de produção do discurso a partir de alguns estudos que trazem a velhice como temática principal ou secundária e, de outros, que se relacionam com os efeitos de sentidos do “fora da casa” no campo e o “fora da casa” na cidade, a partir de autores que tratam das questões das mulheres do campo. Apresentaremos ainda, a Marcha das Margaridas na sua constituição para posterior compreensão do material Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) e a constituição do *corpus* principal.

3.1 A velhice na Análise do Discurso

A velhice não é uma temática recorrente na AD. O estudo de referência da área é o de Silva Sobrinho (2007), que entrevistou velhos asilados (a maioria, trabalhadores do campo) para a sua pesquisa de doutorado, e observou que as questões do mundo do trabalho acarretam consequências na produção da discursividade e na interpretação da vivência da velhice. No gesto de leitura deste pesquisador, a partir de uma perspectiva marxista, o trabalho tomou uma centralidade no estudo, o que o fez chegar a conclusões diversas, considerando as sequências discursivas que analisou, dentre as quais, que o velho asilado, na contramão do que espera o capitalismo, não é mais produtivo, especialmente o velho pobre, tornando-se coisificado, e neste caso, circundado de outros sentidos como inutilidade, tristeza, doença, dentre outras.

Silva Sobrinho (2007) referencia o estudo de Peixoto (2007) para tratar dos termos relacionados à velhice. Ambos, por prismas diferentes, analisam os termos nas suas construções históricas e no confronto de sentidos, lutas ideológicas e classistas, respectivamente.

Peixoto (2007) demonstra que, na França, os termos “velho” (*vieux*) ou “velhote” (*vieillard*) eram designados para os indivíduos de 60 ou mais anos que não detinham o estatuto social, enquanto os que o possuíam eram designados como idosos (*personne âgée*). No final do século XIX, os velhos que não tinham boas condições econômicas e precisavam de instituições públicas raramente eram chamados de idosos. “Os termos “velho” e “velhote” podem ou não estar carregados de conotações negativas, mas quando isso acontece são empregados para reforçar uma situação de exclusão social” (PEIXOTO, 2007, p. 72). Para a autora, “a noção de velho é, pois, fortemente assimilada à decadência e confundida com a incapacidade para o trabalho: ser velho é pertencer à categorização emblemática dos indivíduos idosos e pobres” (PEIXOTO, 2007, p. 72).

Ainda nesse estudo, afirma Peixoto (2007) que após os anos 1960, a elevação das pensões aumentou o prestígio dos aposentados, fazendo com que as designações e as formas de tratamento das pessoas envelhecidas modificassem. É assim que as designações ‘idoso’ e ‘aposentado’ foram sendo mais usadas, criando, a nosso ver, assim como acontece no Brasil, uma ilusão de que mudanças de termos configuram mudanças nas formas de entender e tratar as pessoas discriminadas.

No Brasil, nos anos 1960, o termo “velho” era utilizado de forma ambígua, pois em função do contexto e entonação podia ser compreendido de forma afetiva ou pejorativa. Por sua vez, os documentos oficiais, antes dos anos 60, usavam esse termo e, no final de 1960, sob influência da Europa, recuperaram a noção de “idoso” devido às mudanças dos documentos da França e as análises sobre a velhice advindas desse país. Ainda assim, a palavra “idoso” marcava um tratamento mais respeitoso às pessoas envelhecidas (PEIXOTO, 2007).

Em função de todo um contexto histórico e de mudanças de documentos oficiais, o termo “velho” foi assumindo outros sentidos negativados construídos historicamente e foi sendo

tomado como decadência e associado à pobreza e à incapacidade (PEIXOTO, 2007).

Pela via da AD, ao estudar sobre o processo histórico discursivo da/sobre a velhice, Silva Sobrinho (2007) analisou em três edições do dicionário Aurélio (1972, 1986, 2000) as denominações: ancião, idoso, velho, velhice e terceira idade, observando que elas são empregadas oscilando entre uma e outra como se fossem sinônimas ou apresentando diferenças sutis, porém, significativas. Desta forma, nas suas análises, o jogo entre paráfrase e polissemia acompanhou os movimentos dos sentidos considerando o caráter político e ideológico do discurso em uma ação contrária à ilusão da transparência da linguagem que possibilita que o sujeito naturalize a relação entre palavra e coisa (SILVA SOBRINHO, 2014).

Quanto à denominação ‘idoso’, afirma o autor:

A definição de idoso, ilusoriamente não permite diferenciação de sujeitos; há uma homogeneização e, assim, são silenciadas as diferenças sociais e, sobretudo, as desigualdades na vivência da velhice da classe-que-vive-do-trabalho. Neste sentido, vemos que a língua serve para comunicar e não comunicar (Pêcheux, 1988a²⁶). Pelo efeito de homogeneidade a palavra idoso silencia as diferentes velhices vivenciadas na sociedade capitalista (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 146-7).

Segundo Silva Sobrinho (2007), em relação à palavra ‘velho’, tem-se o seu uso em algumas circunstâncias, de modo pejorativo e, em outras, de modo camarada (amável). Ainda pode ser usada em um discurso moral e afetivo. Ou, por outra via, compreendido como ‘pessoa inútil’, que pode ser abandonada e substituída, nos remetendo à “reprodução da sociedade capitalista pela reprodução das relações de exploração nas quais os sujeitos e as mercadorias

²⁶ Trata-se da obra: PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988, que utilizamos em nossa pesquisa na edição de 1995.

são usadas, gastas e depois são colocadas em desuso” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 148).

Conforme Silva Sobrinho (2007), a palavra ‘velhice’ também carrega os sentidos negativos da palavra ‘velho’. E, dentre as análises realizadas pelo autor, destacamos o seu tom pejorativo em relação a outros sentidos que ressoam a palavra, “intensificando o movimento que atende às necessidades da forma de ser da sociedade capitalista, que prioriza o novo em detrimento do velho” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 149).

Entretanto, se pensarmos a dialética do discurso, podemos considerar, assim como Silva Sobrinho (2014), que:

é possível compreender que uma forma linguística pode ser a mesma, mas, a depender das condições históricas, produzirá efeitos de sentidos diferentes, ou mesmo completamente antagônicos. Desse modo, é possível dizer a mesma palavra (“velhice”, por exemplo) e produzir sentidos distintos, bem como, inversamente, é possível dizer palavras diferentes (“terceira idade”, “melhor idade”) e produzir sentidos semelhantes. A língua, em sua equivocidade, entra nesse jogo complexo permitindo, sobretudo, a materialização do discurso ao se inscrever nas relações históricas e ideológicas (SILVA SOBRINHO, 2014, p. 1119).

Os sentidos que são produzidos a partir destes termos são considerados, assim, em confrontos de sentidos, lutas ideológicas e classistas, e se apresentam de modo ‘natural’ nos verbetes (SILVA SOBRINHO, 2007). É nessa perspectiva (de não apagamento/silenciamento desses confrontos e de determinações sócio-históricas) que utilizamos a denominação “velha” neste estudo.

Diferentemente de Silva Sobrinho (2007), na nossa pesquisa nos propomos a analisar o *discurso sobre* ou o discurso produzido sobre (e não o *discurso da*) as mulheres velhas/envelhecidas do campo, ao analisarmos as capas das revistas, que estão em posição ativa no campo e nas marchas, considerando juntamente com o

fator velhice, a intersecção dos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade.

Mais adiante, na seção 5, iremos tratar das denominações generalizantes e daquelas que se referem à mulher velha do campo que comparecem no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) discuti-las à luz da teoria da AD e com os estudos de Silva Sobrinho (2007).

Outras produções que podemos citar se relacionam aos estudos de Ferrari (2013, 2016, 2017), nos quais não há uma preocupação da autora com a velhice em si. Mas ao analisar o *corpus* recortado de entrevistas realizadas com algumas velhas de comunidades quilombolas, a autora aborda a relação de Dona Mariana com o seu corpo, considerando o relato sobre um de seus partos no passado e como o feminino se constitui na relação com o corpo, com as dores do parto e com a presença do masculino. A discursividade feminina sendo construída juntamente com a masculina nos abre um leque de considerações para refletir sobre o nosso objeto de pesquisa no qual o *discurso sobre* não é exclusivo sobre/das mulheres.

Em Ferrari (2016), temos o significante “trabalho” nas falas das mulheres quilombolas, especificamente no depoimento de algumas senhoras e, em outros, também de velhas, que constam no Inventário de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (2011), analisado pela pesquisadora. Esse estudo mostra como as mulheres se organizam junto aos homens no trabalho da roça e como discursivamente, ao falar sobre o trabalho, se coloca a divisão sexual/social do trabalho, entendendo a divisão sexual como sendo a “minha parte” um significante naturalizado para os cuidados da casa e das crianças realizados pelas mulheres, entendido como tarefa e não como trabalho. Com relação à divisão social, destacamos o trabalho na roça, realizado pelas mulheres, relacionado à terra como um lugar de subjetivação e não de propriedade, no qual a mulher demonstra seus atributos positivos em relação ao seu desejo. Afirma a autora: “a diferença na nomeação (minha parte vs. trabalho vs. serviço) denota uma

mudança na posição de sujeito da enunciadora. Por outro, o uso da preposição de implica uma posse na sequência. Ela é de roça” (FERRARI, 2016, p. 715). Ou seja, há relação constitutiva da mulher (Ada) e da terra na qual a terra a constitui como sujeita da terra, sujeita agricultora²⁷.

Esse estudo, que faz funcionar o conceito de memória discursiva, marca-se para a nossa pesquisa na perspectiva de mostrar como os papéis naturalizados como sendo do âmbito do feminino ou/e do masculino se encontram ancorados nas falas das mulheres velhas, e como eles podem passar de geração em geração (já dito). Ainda, como essas mulheres precisam se colocar em outras posições como sujeito para romper com esses discursos.

“A roça” como territorialidade e a “cor preta” como fator raça nos abre a perspectiva de refletir sobre a constituição de sujeitos e de posições sujeito no discurso que levam em consideração eixos que se inter-relacionam e que podem ser trazidos em discursos que considerem diferentes espaços ocupados pelas mulheres do campo e por diferentes cores que traduzem questões de raças para elas.

No estudo de Ferrari (2017), a noção de silêncio, baseada em Orlandi (2007), atravessa a teoria e perpassa os silêncios quilombolas e os diferentes momentos/silêncios do sofrimento de Dona Amélia. “Ouvir o silêncio de D. Amélia para observar sua constituição como mulher batuvana, quilombola, nos traz todos esses elementos que funcionam sustentando o dizer do silêncio” (FERRARI, 2017, p. 246). É assim que esse estudo contribui para a nossa pesquisa: ouvir o silêncio das mulheres velhas/envelhecidas para compreender a sua constituição como mulher do campo de diferentes idades, raças, lugares (campo, florestas e águas), que se colocam a falar e a calar no campo e na cidade.

Na subseção 3.2 pensamos as condições de produção do discurso considerando historicamente os movimentos feministas e das mulheres, voltando-nos à interseccionalidade dos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade, e os efeitos de

²⁷ O termo “sujeita” foi proposto por Ferrari (2016).

sentidos produzidos pelo movimento “fora da casa” no campo para o “fora da casa” na cidade, numa continuidade das ideias de Kehl (2008), que apresentamos na introdução.

3.2 Sentidos em movimento: “fora da casa” no campo e “fora da casa” na cidade

As materialidades desta pesquisa trazem discursos que nos permitem pensar nas suas condições de produção ao considerar os efeitos de sentidos produzidos pelo espaço “fora da casa” no campo, que atualiza a memória sustentada pelo imaginário, de como a mulher vive no campo, para lembrar o que já anunciamos a partir de Spivak (2010) nas suas considerações sobre como vive o subalterno, que serão consideradas nas análises do *corpus* recortado das imagens das capas das revistas Globo Rural e Agriculturas para compreendermos a constituição do sujeito discursivo mulher velha/envelhecida do/no campo.

Por outra via, temos a produção de efeitos de sentidos no espaço “fora da casa” na cidade, que atualiza a memória de como a mulher se coloca (ou está) nas marchas na cidade e em movimentos de resistência, cujas imagens serão analisadas no discurso produzido pelo Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

Entendemos essa movência dos sentidos considerando que os discursos do campo e da cidade possuem pontos de divergências e de convergências passíveis de serem analisados nos recortes que traremos nas seções 4, 5 e 6, uma vez que, quando os sujeitos ocupam espaços e produzem e fazem circular determinados discursos, não significa o rompimento com outros que, *a priori*, lhes parecem opostos. Nesse aspecto, questões do patriarcado e dos movimentos de resistências convivem, divergem e constituem o “ser” mulher.

Para compreendermos a discursividade sobre a mulher do campo, precisamos conhecer a agricultura familiar conforme definida em Caldart *et al.* (2012), enquanto categoria analítica, que

diz respeito às formas de gestão das relações de produção e trabalho entre os membros da família, na qual estes são, ao mesmo tempo, proprietários dos meios de produção e executores das atividades produtivas. A agricultura familiar considera a diferenciação de gênero, os ciclos de vida e o sistema de autoridade familiar em diferentes contextos, sendo que os membros trabalham pela constituição e expansão do patrimônio para as gerações futuras. O trabalho da mulher é diluído no trabalho da família, havendo um apagamento da sua participação efetiva para a melhoria de modo geral da sua sobrevivência no campo.

Neste modelo de desenvolvimento econômico, sabemos que existe a divisão sexual do trabalho, sendo constatado que as mulheres ocupam uma posição de subordinação em relação aos homens e o seu trabalho fora do lar constitui-se como 'ajuda', mesmo trabalhando tanto quanto e exercendo as mesmas atividades que os homens (BRUMER, 2004).

Esta condição pode ser observada no exercício das funções realizadas por mulheres nas quais ou as encontramos em condição subordinada nas tarefas de esferas produtivas, em que o homem aparece como principal gestor, ou na condição de autônomas, em tarefas domésticas como são, de modo geral, limpeza e colheita da terra, seleção, processamento embalagem de produtos, cuidado com animais, trabalhos na horta, trabalho doméstico (BRUMER, 2004),

Essa divisão do trabalho é explicada por Brumer (2004) pelos motivos: 1. do núcleo familiar que reúne esforços de todos os seus integrantes para a produção, aproximando unidades de produção e consumo; 2. pelo machismo, que atribui ao homem a responsabilidade de prover a família e às mulheres, o desempenho de funções para as quais supostamente elas possuem qualidades.

Acrescenta-se a esses fatores a possibilidade de o homem investir no aprendizado de novas tecnologias que invadem os meios rurais, sendo o responsável por fazer contatos em âmbitos externos ao lar e a participação nos movimentos sociais, sindicatos e cooperativas (BRUMER, 2004), condições essas que, no passado, foram de domínio exclusivamente masculino e, no presente, são situações/espços de

interesse e participação feminina. Além desses fatores, Ferreira e Matos (2017) observam que a mulher possui 'dupla dependência': uma, relacionada ao fato histórico de que o campesinato está associado ao atraso e que, no contexto moderno, isso significa ser inferior; e outra, que está em relações familiares desiguais e hierárquicas que naturalizam a opressão da mulher.

Fato importante de salientar é que o trabalho feminino se dá de forma diferente em épocas históricas distintas. Davis (2016), baseada em Engels²⁸, afirma que:

a desigualdade sexual, como a conhecemos hoje, não existia antes do advento da sociedade privada. Durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar e não hierárquica (DAVIS, 2016, p. 227).

Por esse fato, percebemos o quanto o capitalismo se apodera das condições socioeconômicas, determinando os espaços de pertencimento dos sujeitos e reforçando a base para a sua continuidade enquanto um forte sistema econômico. Assim, o que se observa na realidade da vida das famílias que vivem no campo vai ao encontro com o que afirma Magalhães (2017), ao considerar o gênero como uma questão social e defender que as suas ideias são reforçadas pela ideologia que implementa o machismo como sendo a preponderância do homem nas relações do trabalho e coloca a mulher em uma posição de inferioridade, no exercício das tarefas referentes ao lar e ao cuidado.

O capitalismo se vale desta condição à medida que a mulher executa uma série de tarefas com amor e dedicação, permitindo a saída do homem de casa para o trabalho sem precisar pagar por elas (como por exemplo, o fato de ter alimentação pronta, roupas limpas,

²⁸ Baseada na obra de ENGELS, F. **Origin of the Family, Private Property and the State**. (org. Eleanor Burke Leacock). Nova York: Internacional Publishers, 1973. Edição brasileira: **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

casa organizada, filhos cuidados, dentre outras). O capitalista teria que pagar muito mais para o trabalhador, caso a mulher não se colocasse nesta condição, encarecendo o custo do trabalho (MAGALHÃES, 2017) e a única preocupação do empregador é com a disponibilidade e capacidade dos conjuntos de trabalhadoras e trabalhadores exploráveis de gerar lucro (DAVIS, 2016).

Além disso, o âmbito privado garante boas condições para os futuros trabalhadores, e as sociedades de classe constituíram uma divisão sexual do trabalho que relegou as mulheres ao âmbito privado, controlando sua força de trabalho e sua sexualidade para garantir filhos legítimos, 'dignos do direito à herança'; ao mesmo tempo, a produção e reprodução da força de trabalho e seres históricos aptos para determinado modo de produção (MAGALHÃES, SILVA, 2012). Assim, entendem Magalhães e Silva Sobrinho (2006) que a preservação das relações de classe é fundamental para a ideologia do capitalismo, pois o trabalho da mulher se coloca como o não pago, o que barateia o custo do trabalho quando ela reproduz biológica e socialmente os novos sujeitos sem custos adicionais para o capital.

As condições apontadas acima tomam uma proporção maior ao pensarmos sobre a mulher velha, haja vista que temos nos dias atuais o cuidado dos netos sendo exercido pelas avós para que seus filhos possam trabalhar, trazendo a memória do dizer: "Vó é mãe duas vezes", enfatizando o exercício redobrado da maternidade e as condições afetuosas nas relações que naturalizamos para as mulheres e que interessa sobremaneira ao discurso capitalista. As avós então são constituídas como sujeito interpeladas pela ideologia e afetadas pelo inconsciente para praticarem o cuidado aos netos com amor e sem remuneração, com vistas a ajudar as gerações seguintes, abstendo-se de viver a própria velhice da forma como lhes convier.

Para Magalhães e Silva (2010), o discurso capitalista naturaliza a função da maternidade para as mulheres a partir de uma *práxis* ideológica que, desde a infância, diferencia o lugar social de homens e mulheres e, apesar da ideologia feminista agregar novas

funções para as mulheres, ainda não foi possível diminuir o impacto do processo de naturalização da maternidade determinando a divisão sexual do trabalho.

Acreditamos que há também outra dimensão que se apresenta na constituição do sujeito mulher velha/envelhecida do campo que se refere à condição de manter-se ativa, sendo capaz de realizar tarefas de tamanha importância e contribuir para a geração de lucros para a sociedade, colocando em detrimento as necessidades da velhice, reforçando a ideia da “melhor idade”, na qual um dos preceitos é a condição de manter-se no exercício de atividades (remuneradas ou não).

Em relação à luta de classes e à questão do trabalho e não trabalho na velhice, é interessante notar que, no imaginário social, a mulher velha do campo está associada a uma mulher trabalhadora. O trabalho na roça exige o seu desempenho máximo, pois o cuidado com o lar, filhos e netos se parecia ao trabalho na lavoura, no plantio, no trato de animais e em outras atividades. Entretanto, o trabalho da mulher fora do lar é reconhecido no sistema capitalista como ‘ajuda’ aos maridos e filhos e, geralmente, a mulher não consegue comprovar pela via do direito trabalhista o tempo necessário para uma aposentadoria digna²⁹. Além disso,

²⁹ Os idosos do campo podem ser segurados especiais do INSS quando enquadram em uma das categorias estabelecidas na Constituição Federal de 1988, ou seja, se pertencerem à agricultura familiar, as mulheres aposentam com 55 anos e os homens com 60 anos desde que comprovem o tempo mínimo de trabalho rural. Souza, Staduto e Kreter (2017) fizeram um levantamento com dados do PNAD/IBGE dos anos de 2001 a 2009, do Brasil, com exceção da região norte, para analisar as aposentadorias por idade rural dos segurados especiais da previdência social brasileira. Os autores demonstraram que a desigualdade persiste entre homens e mulheres, porém, havia uma diminuição da mesma.

Segundo o IBGE (2017), na apresentação preliminar dos resultados do Censo Agropecuário de 2017, na Tabela 9

- Sexo, alfabetização, idade e cor ou raça do produtor, segundo as Unidades da Federação – 2017, vide anexo, ao cruzarmos as variáveis sexo e idade, é possível inferir que o número de homens que aposentam ainda é maior que de mulheres.

muitas mulheres não reconhecem suas atividades como um trabalho, reforçando ainda mais a ideologia do capital.

Por isso, na constituição dos sujeitos e dos sentidos atribuídos à velhice, há a imbricação das relações de classes sociais e de gênero, pois, como afirmam Magalhães e Silva Sobrinho (2006):

É precisamente na tensão entre o já-dado/já dito (produção histórica, pré- construído e memória discursiva) e aquilo a ser realizado (produção do novo e atualização dos sentidos) que cada sujeito se constrói e é constituído nas determinações de classe e no condicionamento do inconsciente. Todas as outras relações como etnia, gênero, idade, nacionalidade, religiosidade, profissão, etc., construções históricas determinadas pelas relações de classe, têm eficácia na constituição de subjetividades, com as consequentes formas de pensamento e formulação do discurso (MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO, 2006, p. 238).

Nesta tensão da constituição dos sujeitos, especificamente, das mulheres velhas/envelhecidas do campo, vamos percorrendo os seus processos de transformação ao longo da história, trazendo para a discussão as condições de produção do discurso que interferem nos efeitos de sentidos produzidos pelo “fora da casa” no campo para o “fora da casa” na cidade.

É preciso que as mulheres, na sua constituição enquanto sujeitos, interpeladas pela ideologia e afetadas pelo inconsciente, compreendam sobre as contradições sociais, não sejam afastadas de espaços como o da política, uma vez que isso coloca em risco a reprodução do capital uma vez que, além de garantir um lucro adicional, o espaço da casa proporciona a alienação necessária em relação ao mundo da rua (MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO, 2006).

Diante da colocação acima, vamos também deslocando nossa leitura para compreendermos as condições de produção de alguns movimentos de mulheres que estão na luta por condições melhores para viver no campo. Se há uma série de silenciamentos sobre tantas questões da mulher do campo, há um silenciamento ainda

maior da mulher velha/envelhecida do campo no espaço do campo e da cidade, como demonstraremos na seção 6.

Em nível internacional, que envolve um processo histórico relacionado às condições de produção das teorias de gênero, temos desde a década de 1960 até o momento atual vários movimentos de protestos, textos científicos, revistas especializadas e nomes de autoras que discutiram e discutem as questões do gênero e da sexualidade.

Os estudos de gênero estão associados com os movimentos feministas associados aos estudos de gênero. Esses movimentos originaram-se de alguns acontecimentos: 1. na revolução norte-americana, com John Stuart Mill, que reivindicava para as mulheres as promessas da Declaração de Independência; 2. na Revolução Francesa, com a declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, redigida por Olímpia de Gouges, em 1791 e “A Reivindicação dos Direitos da Mulher”, de Mary Wollstonecraft, de 1792. No século XIX, o feminismo levou à aparição de mudanças conceituais importantes e a presença das mulheres na cena política. Neste momento, produziram ainda reformulações e conquistas femininas que foram se plasmando nas condutas individuais e nas coletivas, na legislação, na arte e no pensamento (STREY, 1998).

Segundo Pitanguy e Barsted (2011), as décadas de 1980, 1990 e 2000 foram importantes para a história da mulher no Brasil em função das suas lutas por direitos humanos e garantias individuais e sociais³⁰. Com uma participação política ativa, as mulheres conseguiram vez e voz a partir da Constituição Federal, em 1988, e a sua representatividade no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 1990, a presença de mulheres foi marcada no ciclo das conferências internacionais das Nações Unidas, fato que fortaleceu

³⁰ Não podemos deixar de mencionar a conquista das mulheres acerca dos direitos incluídos na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, lei “Maria da Penha”, que, em relação à violência contra a mulher, criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar e ações para prevenir, punir e erradicar tal situação, realizando inclusive a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e alterando o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal (BRASIL, 2006).

muito os movimentos sociais e, especialmente, os das mulheres, no que se refere ao avanço da legislação e aos seus direitos humanos.

Para Aguiar (2016), na década de 1980, houve um movimento intenso de lutas para as conquistas das mulheres do campo organizado pela igreja católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais, a emergência do ‘novo sindicalismo’ e das oposições sindicais e a atuação feminista.

Na década de 2000 houve mais avanços e conquistas promovidos pelas associações feministas e para o movimento de mulheres a partir, principalmente, da Primeira Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que resultou em documentos e planos governamentais que orientaram políticas públicas de transversalidade de gênero e de raça e etnia, além de programas de redução da pobreza. Entretanto, muitos obstáculos surgiram, dentre eles, a religião, que impedia o avanço de discussões e políticas na área da sexualidade e da reprodução e outros, como “as desigualdades de gênero no exercício de direitos sexuais e reprodutivos no acesso ao trabalho, à ascensão profissional e aos recursos produtivos; na persistência da violência de gênero, entre outras questões, agravadas quando se introduz a dimensão étnica/racial” (PITANGUY; BARSTED, 2011, p. 16).

Cinirão e Siliprandi (2011) fizeram um levantamento das condições de vida das mulheres do campo, no período de 2003 a 2009, e questionaram a consolidação de políticas públicas e o aparecimento de questões que surgiram dos movimentos dessas mulheres no Brasil. As autoras observaram a dificuldade da mulher perante a sua pobreza e invisibilidade, condições essas que são provenientes do seu (não) acesso ao dinheiro do seu trabalho, visto como ‘ajuda’, e dos dados estatísticos que não consideram as atividades domésticas como trabalho, marcando ainda mais a sua desigualdade com os homens no quesito rendimentos.

O acesso à terra sempre foi uma reivindicação da maioria dos movimentos das mulheres do campo. Silva (2015) nos alerta para o fato de que a mulher, independentemente do seu estado civil, teve o direito a terra garantido pela primeira vez pela Constituição de

1988 e que, para além de ser uma conquista de lutas dos movimentos das mulheres trabalhadoras do campo, ele precisa ser considerado pela perspectiva do capitalismo, na qual era necessário absorver a força de trabalho assalariada feminina no campo sob uma nova lógica produtiva e criar condições para que a mulher também se tornasse proprietária, ainda que de pequenas extensões de terra, sob a concessão do patriarcado.

Essas condições que marcam os discursos de inferioridade da mulher aparecem problematizadas nas teorias mais contemporâneas que deslocam a discussão de gênero baseada nas diferenças sexuais marcadas pelo biológico para a articulação de outros fatores que tratam de diferenças e desigualdades. Temos assim, segundo Henning (2015), a ampliação das discussões que consideram a tríade raça, classe e gênero³¹ que tomou forma nas obras de Angela Davis (1981) e Bell Hooks (1981). Ambas problematizaram a homogeneidade da categoria 'mulher' e a necessidade de se atentar às formas combinadas de diferenças e desigualdades, como raça e classe social, nas experiências de mulheres. A essas autoras seguiram os trabalhos de Audrey Lorde (1984) e Patricia Hill Collins (2000). Adiante, outras autoras de diversos campos também publicaram seus trabalhos sobre gênero, como Joan Scott (1988), Marilyn Strathern (1988), Donna Haraway (1991) e Judith Butler (2003).

Diante dessa gama de autoras, nos referimos ao fato de que as propostas de Joan Scott (1990), ao relacionar gênero e poder, e de Angela Davis (2016), ao defender a não hierarquização das opressões (raça, classe e gênero), nos favorecem um diálogo com vistas à perspectiva de compreender discursivamente sobre a mulher velha do campo.

Em um dos seus textos considerados clássicos, Scott (1990) apresenta-nos as três posições teóricas das análises de gênero das

³¹ Henning (2015) chama a atenção para o fato de que os estudos de gênero surgiram das preocupações de movimentos coletivos de ativistas feministas, negras e lésbicas e dos *Black Feminisms* que proporcionaram as reflexões acerca da interseccionalidade nos anos 1970.

historiadoras feministas, que são: 1. a tentativa feminista de explicar as origens do patriarcado; 2. o marxismo e o compromisso com as críticas feministas; 3. as teorias que estão entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, inspiradas na psicanálise. Em seguida, a autora desenvolve a sua própria teoria sobre gênero, considerando que esta categoria constitui as relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, composta de quatro elementos, e é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Diante disso, ao pensar sobre o sujeito mulher velha/envelhecida do campo, temos que considerar a relação mulher/homem na agricultura familiar na casa e na rua, entendendo que as relações de poder se instauram em um processo histórico e político de aceitação e resistência, provocando agitações na FD para as identificações de posições-sujeito.

Garcia e Lunkes (2017) acrescentaram a noção de político, de acordo com Orlandi (2001), para se referirem ao gênero como uma construção social e cultural, na qual os sujeitos são constituídos em uma condição de disputa de sentidos, de lutas histórico-ideológicas, de confrontamentos com diversas formações ideológicas no discurso.

Essa condição se dá, por exemplo, quando nos propomos a analisar as relações de gênero no patriarcado. Na perspectiva da Análise do Discurso, temos uma representação notória das marcas do patriarcado, da naturalização da maternidade e do cumprimento do trabalho doméstico pelas mulheres em diferentes materialidades discursivas, a partir dos estudos de Magalhães e outros (2006, 2009, 2010, 2011, 2012, 2017) que buscam discutir a articulação das categorias gênero e classe social com base nos trabalhos de Marx, Engels e Lukács.

Interessante notar que Magalhães (2006, 2009, 2010, 2011, 2012, 2017), ao propor a *articulação* entre as categorias gênero e classe social, avança em relação aos estudos, apresentados por Scott (1990) que, ao demonstrar a definição de gênero, na sua constituição histórica e para uma nova história, observa a *condição de não paridade*

entre os termos classe social, gênero e raça, entendendo que o primeiro termo é definido pelos marxistas e seus desenvolvimentos posteriores em função da determinação econômica e da transformação histórica, enquanto os dois outros termos não possuem essa associação. A autora afirma que se tomarmos o termo 'classe' do marxismo, temos uma ideia de causalidade econômica e uma visão do quanto a história avançou, o que não podemos afirmar em relação aos outros termos (SCOTT, 1990).

Desta forma, seguindo os preceitos de Magalhães, ao abordarmos sobre a mulher velha/envelhecida no campo, vamos compreendendo sobre a forma como ela se encontra na condição de subordinação em relação ao patriarcado, configurando uma posição inferiorizada em relação ao homem na agricultura familiar e como esse fato contribui para a sua tomada de posição no discurso.

Para Magalhães (2017), o patriarcado promove as relações de assimetria entre homens e mulheres, e o discurso dúbio referente à mulher que, de um lado, a apoia nas suas possibilidades de conquista, de saída do lar para o mundo do trabalho e, de outro, reforça a ideia de que o lugar da mulher é em casa, no lar, exercendo a maternidade e o cuidado com a família. Em acréscimo, Davis (2016), acentua o teor das tarefas domésticas realizadas pelas mulheres, que são praticamente invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas. Segundo essa autora, “no fim das contas, a dona de casa, de acordo com a ideologia burguesa, é simplesmente a serva de seu marido para a vida toda” (DAVIS, 2016, p. 228) e defende ainda que o capitalismo lucra com o sexismo. Em seus termos:

à medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separadas do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com

mais força do que nunca. Na propaganda vigente “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e de “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade (DAVIS, 2016, p. 24-5).

É interessante notarmos que os espaços públicos e privados definiram e foram definidos por diferenciações de gênero marcadas no cotidiano e na língua, conforme nos mostra Garcia (2017), a partir do estudo de quatro dicionários do século XVIII ao XX, que ocupam um lugar significativo na história da lexicografia portuguesa e brasileira. Ao realizar uma leitura discursiva desse material, a autora observou as definições dadas aos sujeitos “homem” e “mulher” em diferentes momentos, relacionando-as à ocupação dos sujeitos em espaços públicos e privados, concluindo que o espaço da mulher é o lar (e, se ela ocupa o espaço da rua, ela é considerada meretriz) e a ela cabe o cuidado com os filhos e o marido; ao homem, contrariamente, cabe-lhe o espaço público como profissional (não referenciado ao sexo).

Dessa forma, podemos observar que:

Apesar da passagem dos séculos (do XVIII ao XX), os dicionários não atualizaram suas definições, apagando diversas lutas e conquistas das mulheres. Assim, silenciando sentidos sobre a mulher, os dicionários a encarceraram no espaço privado do lar, do matrimônio. Todavia, os movimentos de mulheres atuais como a Marcha das Vadias, fazem resistências e intentam reatualizar esses sentidos e ressignificar as posições que a mulher pode ocupar na sociedade do século XXI para além das paredes do lar (GARCIA, 2017, p. 85-6).

Dessa mesma forma, consideramos a Marcha das Margaridas que se constitui como um movimento predominantemente *de* mulheres, *sobre* mulheres e *para* mulheres, mas que, no seu processo de contradição, não implica necessariamente uma ruptura com papéis sociais, apesar das lutas por direitos e das conquistas de espaços se efetivarem nesse evento. Sabemos que as mudanças de paradigmas são construídas ao longo de décadas e as mudanças se dão de forma gradual e lenta. Entendemos que a

elaboração dos materiais que circulam promovendo a referida marcha pode fazer funcionar um discurso que silencia e/ou que mostra as resistências e conquistas alcançadas.

Essas mulheres velhas/envelhecidas, tomadas em um grupo maior de mulheres do campo, das quais tratamos neste estudo, não se constitui uma minoria, pois, conforme Orlandi (2014), não se trata de pensar a minoria relacionando-a a oposições estabilizadas do quantitativo/qualitativo cultural e da questão socioeconômica/questão sociocultural, mas sim, da luta e da transformação, da inclusão da história, do político, da ideologia e do sujeito que ocupam o lugar da ação humana em um *movimento na sociedade*, definido pela autora como:

Força viva dos corpos que se deslocam. Espaços em ruptura na formação social. Irrupção do irrealizado, passagem do sem-sentido para o sentido outro. Portanto, as minorias assim nomeadas, no momento mesmo em que são nomeadas, saem da força de deslocamento, e se estabilizam, na ordem jurídico-social instituída (ORLANDI, 2014, p. 32).

Se podemos pensar nos espaços de ruptura construídos pela minoria, conforme nos propõe Orlandi (2014), pensamos também nas possibilidades de resistência na formação social tomada em sua história e na contradição, possibilitando diferentes tomadas de posição do sujeito do discurso. Contradição essa que, segundo Modesto (2016), se dá no cruzamento de discursividades no discurso dos movimentos sociais, ou, como preferimos denominar, nos movimentos na sociedade, e não na necessidade ilusória de absoluto consenso.

Para Modesto (2016), a resistência na AD é um trabalho com o real da língua (equivoco) e “a possibilidade do sentido ser sempre outro, e a contradição como real da história e a possibilidade da abertura e do acontecimento nas falhas do ritual” (MODESTO, 2016, p. 1086), considerando a assimetria da luta de classes e o sujeito que se constitui pelo inconsciente e pela ideologia, e também

“o movimento dos sujeitos e dos sentidos (movimentos dos sujeitos *com* os sentidos) na história” (MODESTO, 2016, p. 1085). Como já definimos na seção 2, a realidade é distinta do real conforme tratado na AD e, resguardadas as diferenças, não podemos deixar de considerar, no movimento das Marchas, as mulheres velhas que resistem às (divers)idades; às consequências da velhice; que resistem *no* campo (e não na cidade); que resistem aos anos de violência de várias ordens, inclusive ao machismo; que resistem às políticas do agronegócio e à luta pela terra e pelos seus direitos, inspiradas em Margarida Alves, morta a tiros por militares pelo fato de lutar pelos sujeitos do campo.

Outras questões se colocam para as análises das materialidades que nos remetem a compreender que nem toda resistência produz transformações e implica uma nova tomada de posição do sujeito; e, se a resistência produz transformações, não necessariamente ela produz rupturas. Só há transformação quando se cria um nó, um ponto de resistência em sua reprodução, o que podemos chamar de efeitos de resistência. Esse conceito, proposto por Modesto (2016), refere-se a:

Pensar em como a resistência só é possível funcionando em um espaço contraditório, embora seja encarada e constituída como resultado de oposições. Há a intenção de resistir, mas tal intenção, em si mesma, não garante a efetivação da resistência, já que ela se efetiva nas relações de desidentificação do sujeito. Relações estas atravessadas por diferentes e variadas determinações, que não deixam coincidir as causas (tal como elas se apresentam para o sujeito) e os sentidos (tal como constituem o sujeito e o significam no cruzamento das discursividades) (MODESTO, 2016, p. 1091).

Na AD, causas e demandas não coincidem necessariamente com os sentidos. Por isso, é preciso desconstruir a homogeneização (*idem*), trabalhar a opacidade que se dá em uma via diferente de uma interpretação evidente. Tratamos aqui de pensar as necessidades apresentadas pelas mulheres na Marcha das Margaridas que solicitaram a inclusão de termos que as

caracterizem, a saber, “mulheres [idosas] do campo, das florestas e das águas”³².

É, então, na linguagem que a resistência pode vir a ser, e “é preciso que o sujeito fale sobre para que a irrupção da resistência, tal como uma palavra que desembaraça o espaço duma pergunta, possa acontecer” (MODESTO, 2016, p. 1091).

Nesse aspecto, destacamos os estudos de Garcia e Abrahão e Sousa (2014a, 2014b), que mobilizam diversos conceitos de teorias de gênero e da AD para analisar campanhas publicitárias, textos, *posts* e *zine* divulgadas e/ou produzidas na rede social *Facebook* da Marcha das Vadias. Para as autoras, os materiais produzidos pela Marcha das Vadias colocam outros sentidos dos acontecimentos em circulação, em contrapartida aos discursos que são produzidos e circulam pela sociedade, e que são reforçados por diferentes AIEs, nos quais temos uma posição-sujeito mulher que traz condições de machismo e submissão de ordens diversas, fragilidade e objeto (GARCIA; ABRAHÃO E SOUSA, 2014a, b).

Neste ponto da nossa pesquisa, apresentamos na subseção 3.2.1 a Marcha das Margaridas, suas condições de produção, suas filiações e suas finalidades, para compreendermos o discurso que ela produz e faz circular no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

3.2.1 A Marcha das Margaridas e o Caderno da Marcha

A Marcha das Margaridas, realizada no ano de 2015³³, iniciou a mobilização das mulheres em novembro de 2014 e foi incluída na pauta das atividades da Conferência sobre Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, no Ano Internacional da Agricultura Familiar, sendo realizada nas datas de 11 e 12 de agosto do referido

³² Utilizamos a denominação “idosas” conforme consta nas materialidades.

³³ Vide vídeo produzido pela CONTAG com momentos da Marcha das Margaridas (2105). Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=256&nw=1>>.

ano. Trata-se de um evento nacional que constitui uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta³⁴, que marcham até Brasília para lutar por condições melhores de (sobre)vivência no campo. Desse movimento participam, além das mulheres do campo, da floresta e das águas, as mulheres da cidade que se identificam com as causas, tanto definidas para a Marcha das Margaridas quanto pela Marcha Mundial das Mulheres, e os homens do campo e dos sindicatos.

A denominação “mulheres do campo, das florestas e das águas” surgiu para especificar os grupos de mulheres que organizam e participam da marcha, colocando-as em relação ao território ou a sua relação com a natureza.

Na categoria mulheres do campo temos as camponesas, sejam elas da agricultura familiar, trabalhadoras assentadas ou acampadas; assalariadas e em serviços temporários que residam ou não no campo. As mulheres das florestas são representadas pelas ribeirinhas e as quilombolas que habitam e/ou usam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas e também as que fazem parte das populações atingidas por barragem. Por sua vez, as mulheres das águas são aquelas que usam matérias-primas para fazer apetrechos para a pesca, gerando a reprodução do pescado e do modo de vida da comunidade pesqueira e mantém a conservação dos manguezais, arrecifes, igapós, lagoas, lagos, igarapés, entre outros (BRASIL, 2015).

Para cada região do Brasil, tantas outras especificidades em torno dessas denominações que interseccionam gênero, sexualidade, raça e territorialidade, vão trazendo a possibilidade de analisarmos como a mulher velha/envelhecida é afetada pela Marcha. Entretanto, no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), temos o aparecimento da

³⁴ No site oficial das Margaridas, <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139>, não temos a menção de “mulheres das águas” que aparece no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) e em outros documentos do site e que foi incluído às “mulheres do campo e das florestas”, conforme traremos na seção 5.

denominação apenas uma vez, o que nos mostra um apagamento das diferentes possibilidades de envelhecer mulher.

Para que o evento acontecesse em 2015, ações de mobilizações das mulheres para as reflexões em torno de temas prioritários foram realizadas no ano de 2014, quando elas participaram de marchas municipais, estaduais e diálogos com as comunidades e com os Governos dos Estados para darem voz às suas principais reivindicações. Para a Marcha de 2015, um dos temas prioritários foi o enfrentamento à violência a partir da intensificação da discussão sobre a política de gênero.

O nome “Marcha das Margaridas” consiste em uma homenagem à Margarida Maria Alves³⁵, que ocupou o cargo de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), durante 12 anos, lutando por justiça e garantia de direitos para os povos do campo, condições essas que ameaçavam os latifundiários da região. Em 12 de agosto de 1983, Margarida foi assassinada por um pistoleiro de aluguel, a mando de usineiros, na porta de sua residência, sendo o crime presenciado pelo seu marido e filho. Essa data ficou então conhecida como o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária e, por isso, as Marchas acontecem no mês de agosto, no período de 4 em 4 anos.

Os principais objetivos da Marcha são:

- Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais;
- Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente;
- Apresentar, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista;

³⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens/>>.

- Contribuir para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos, visando, assim, com a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais;

- Protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentados para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar;

- Denunciar e protestar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação, e avançar na construção da igualdade para as mulheres;

- Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas para as mulheres do campo, da floresta e das águas, considerando as suas especificidades;

- Lutar pelo aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres do campo, da floresta e das águas³⁶.

É interessante observarmos que nos objetivos 1 e 3 temos os marcadores: “mobilização e formação sindical e **feminista**” e “perspectiva **feminista**” que, a nosso ver, está relacionado à interlocução de vários discursos produzidos por movimentos mais amplos como a Marcha Mundial das Mulheres e por várias entidades como sindicatos, ONGs, posicionamentos religiosos (teologia da libertação), representação da mulher em algumas instâncias políticas; e, por movimentos locais que têm como base a luta e a conquista por direitos das mulheres. Todos esses movimentos e entidades trazem uma perspectiva feminista que funciona no discurso da Marcha, especificando os direitos e as necessidades das mulheres dos campos, das florestas e das águas.

Também é necessário atentarmos para o fato de que temos, nos objetivos, as denominações “mulheres trabalhadoras rurais” (objetivo 1) e “mulheres do campo, da floresta e das águas” (objetivos 2, 7 e 8), marcando a diversidade de mulheres (plural) e

³⁶ Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139>.

apagando as especificidades “do campo” e “da floresta” que envolvem uma série de especificidades enquanto território e relação com a natureza, respectivamente. Ainda, destacamos que essas denominações demonstram uma disputa por sentidos que ficará mais bem compreendida na seção 5, na análise das denominações específicas sobre o envelhecimento.

A mobilização das mulheres para a participação nas Marchas envolve um conjunto de ações organizadas pelas entidades e comunidades do campo que integram as suas plataformas políticas. Podemos observar que em cada edição da Marcha temos uma série de materiais produzidos para serem utilizados em momentos distintos – antes, durante e após a Marcha –, como: cartas políticas, cartazes com a plataforma política com a pauta de reivindicações organizada por eixos de luta, cadernos de textos e debates, CDs, fotos, vídeos, faixas, cartazes, bonés, chapéus, dentre outros.

A primeira Marcha aconteceu no ano de 2000 e teve como lema: “2000 Razões para Marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista”; ela foi planejada desde o segundo semestre de 1999, quando a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), da CONTAG, vinha construindo a proposta de uma grande mobilização de massas que incorporassem as questões específicas das mulheres e da categoria com um corte de gênero e classe.

A CNMTR/CONTAG, enquanto entidade, promoveu e coordenou todo o processo e, desde o início, buscou construir uma ação conjunta com outros movimentos e organizações que, por sua vez, estiveram envolvidos em todos os processos: a definição dos quatro eixos estruturantes, a construção da pauta e o monitoramento das negociações com vários Ministérios do Governo Federal.

Neste período, acontecia um outro evento – a “Marcha Mundial das Mulheres” – e, como havia representantes da CONTAG em sua composição, ela também foi considerada o ponto de partida para a Marcha das Margaridas que, principalmente nas três primeiras marchas, estava em um processo de identificação bastante acentuado com aquela primeira. Ainda, conforme alguns

recortes para a análise de imagens do Caderno, veremos o quanto a Marcha Mundial das Mulheres aparece atrelada à Marcha das Margaridas (2015).

A Marcha Mundial das Mulheres³⁷ foi um movimento que se consolidou internacionalmente e é realizada em vários países do mundo no período de cinco em cinco anos. No *site* organizado pela própria Marcha, resgatamos a sua história:

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) partiu de uma manifestação em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. No final desta ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária.

As mulheres do Quebec buscaram contatos com organizações em vários países, para compartilhar essa experiência e apresentar a proposta de criar uma campanha global de mulheres. O primeiro contato no Brasil foi com as mulheres da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT). Foram elas que marcaram as reuniões para discutir a proposta e definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional da MMM, que aconteceu em 1998, em Quebec, e teve a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios. Nesse encontro foi elaborada uma plataforma com 17 reivindicações para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres. E ali foi convocada a Marcha Mundial das Mulheres como uma grande campanha a ser desenvolvida ao longo do ano 2000³⁸.

Segundo Aguiar (2015), foi a partir da articulação entre a Secretaria de Mulheres da CUT (na época, Comissão de Mulheres) e da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), que a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag (CNMTR)

³⁷ Em 1998, ao ser realizado o primeiro encontro internacional para a organização da Marcha Mundial das Mulheres, dois temas configuraram a sua realização: pobreza no mundo e violência contra as mulheres.

³⁸ Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>.

aderiu à Marcha Mundial das Mulheres, a convite da organização dessa marcha, contribuindo para a construção da plataforma nacional, o processo de mobilização das mulheres e a construção da *Carta das Mulheres Brasileiras*, bem como no recolhimento das assinaturas.

Retomando a Marcha das Margaridas, em seguida à sua primeira edição, outras foram acontecendo no intervalo de quatro em quatro anos, configurando as seguintes temáticas³⁹:

- 2003 – 2003 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista⁴⁰;

- 2007 – 2007 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista.

As Marchas de 2000, 2003 e 2007 trouxeram a mesma consigna da Marcha Mundial das Mulheres – 2000 razões para marchar – em função da estreita relação entre ambas, marcada também nas logomarcas e outros materiais. Na marcha de 2007, um processo de independência da Marcha das Margaridas começou a se traçar. Percebe-se, então, que a Marcha Mundial das Mulheres foi, aos poucos, se tornando parceira daquela.

- 2011 – 2011 Razões Para Marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade – interlocução com a presidente, à época, Dilma Rousseff;

- 2015 – Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade.

- 2019 – Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência.

Quanto à realização da Marcha de 2015⁴¹, especificamente, temos como promotoras a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

³⁹ Disponível em: <<http://www.contag.org.br/>>. Interessante notar que o tema da Marcha das Margaridas 2000, 2003 e 2007 reportam ao tema da Marcha Mundial das Mulheres (2000).

⁴⁰ Realizada um ano antes do previsto em função das eleições em 2004.

⁴¹ Conforme consta na página 88 do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

(CONTAG)⁴², Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), com funções diferentes e autonomia para a tomada de decisões que, de acordo com Aguiar (2015), demonstram ideias, ações e interesses múltiplos e, muitas vezes, divergentes, tendo consequências diretas sobre a organização da Marcha. Temos ainda a filiação da CONTAG à organização não governamental *Uniting Food, Farm and Hotel Workers World-Wide* (IUF-UITA-IUL) e à Confederação de Produtores Familiares Campesinos e Indígenas do Mercosul Ampliado.

Como parceiras são consideradas a Marcha Mundial das Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileiras, União Brasileira de Mulheres (UBM), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), GT Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Central Única dos Trabalhadores (CUT); e como apoiadoras as redes de movimentos sociais e diversas organizações do movimento de mulheres.

Aguiar (2015) nos chama a atenção para o fato de que em cada Marcha há mudanças quanto às entidades promotoras e de apoio, vejamos:

Grosso modo, é possível observar que às entidades promotoras cabe a função de mobilização, tanto do ponto de vista da mobilização dos recursos que viabilizem a ida das mulheres à Brasília, quanto à articulação e mobilização política dessas mulheres. O apoio pode se dar e ser entendido de diversas formas (...). Entretanto, de um modo geral, ele consiste tanto na colaboração em relação à elaboração de

⁴² Ao final da página do site: <<http://www.contag.org.br/index.php>> consta: CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.

materiais (cartilhas, texto-base para o debate político, pauta de reivindicações etc.), quanto no auxílio à formação política, principalmente de mulheres dirigentes e lideranças, subsidiando e introduzindo reflexões importantes, visando qualificar essas mulheres para o debate político nos seus mais diferentes níveis de atuação. Ou ainda, na assessoria à reflexão política que envolve a discussão dos eixos, objetivos, caráter, estratégias e propostas para a pauta de reivindicações. O apoio inclui também a captação de recursos financeiros para viabilizar a construção e a efetivação da ação (AGUIAR, 2015, p. 134).

Nossa proposta, ao identificar quais são as entidades reconhecidas em cada uma dessas três funções para a confecção dos materiais para a Marcha de 2015, diz respeito à reflexão de quais discursos feministas circulam nesse evento a partir do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

O Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) é um material resultante de discussões coletivas promovidas pela CONTAG em parceria com diversas outras entidades, e é entregue aos representantes do Governo para ser analisado e se constituir como pauta de discussões, esperando-se que, ao final de cada Marcha, as mulheres tenham um posicionamento do(a) Presidente(a) à época.

Esse material é uma publicação da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, constituída por uma secretária nacional, uma assessora e uma assistente técnica, e foi entregue pela Coordenação Nacional da Marcha, formada por mulheres do campo, da floresta e das águas, em Brasília, no mês de julho de 2015, para a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), aos ministros Miguel Rossetto, da Secretaria Geral da Presidência da República, e Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário Maria Fernanda Coelho e representantes de diversos órgãos governamentais. Trata-se de um material produzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na

Agricultura (CONTAG), uma instituição consolidada, que conta com a participação de várias outras, conforme consta a seguir:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) completou 50 anos de fundação em 22 de dezembro de 2013. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos (CONTAG).

O Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) é estruturado em seções que são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Seções e divisão dos eixos no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) Fonte: Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015, p. 6)

Seções do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015)	
Conhecendo a Marcha das Margaridas	Páginas 8 - 12
Somos margaridas de todas as idades	Páginas 13 - 15
Eixo 1: Soberania alimentar	Páginas 16 - 21
Eixo 2: Terra, água e agroecologia	Páginas 22 - 31
Eixo 3: Sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns	Páginas 32 - 39
Eixo 4: Autonomia econômica: trabalho e renda	Páginas 40 - 51
Eixo 5: Educação não sexista, educação sexual e sexualidade	Páginas 52 - 59
Eixo 6: Violência sexista	Páginas 60 - 69
Eixo 7: Direito à saúde e direitos reprodutivos	Páginas 70 - 75
Eixo 8: Democracia, poder e participação	Páginas 76 - 81
Registrando nossos estudos e debates	Páginas 82 - 83
Lista de presença	Página 84
Anexo	Página 85
Bibliografia	Páginas 86 - 87

A organização desses eixos, demonstrados no Quadro 1, refere-se ao modo como foram organizadas, nesse material, as diferentes temáticas que envolvem os direitos das mulheres do campo, das florestas e das águas, estruturadas a partir da realização das Marchas das Margaridas e de discussões pautadas pelos sindicatos e outros movimentos sociais. Cada eixo traz uma discussão em torno dos objetivos da Marcha, citados nesta subseção.

Gostaríamos de enfatizar que duas entradas – “Conhecendo a Marcha das Margaridas” e “Somos margaridas de todas as idades” – ganham um destaque em relação às demais seções que se referem aos eixos e formulários de registros de atividades, lista de presença, anexo e bibliografia. Na primeira entrada, temos a apresentação da Marcha resgatando a história, os objetivos, a memória de Margarida Alves e a luta por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Já na segunda temos as marcas no discurso que produzem efeitos de sentidos de inclusão: “somos margaridas de todas as idades”, pois o verbo na terceira pessoa do plural, que afirma uma identificação, uma condição de unidade das mulheres na Marcha, e o pronome (todas) seguido do artigo (as) “todas as idades”, produz efeitos de sentidos de inteireza, de completude em relação às mulheres de idades diversas.

Essa breve apresentação do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) foi realizada para fins de uma apresentação do material que constitui o *corpus* principal. Antes, porém, de iniciarmos a sua análise, faremos na seção 4 a análise do *corpus* auxiliar, composto das capas das revistas, conforme já especificamos.

4. DO ARQUIVO AO CORPUS: O PERCURSO CONSTRUÍDO PARA AS ANÁLISES

Nesta seção detalharemos o nosso percurso rumo à constituição do *corpus* principal desta pesquisa, composto a partir das imagens⁴³ das mulheres que constam na capa, na contracapa e no interior do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), apresentando nossas reflexões a partir de um *corpus* auxiliar.

Estabelecemos, como *corpus* auxiliar, a capa da revista Globo Rural nº 192, de outubro de 2001, e analisaremos a denominação “sexagenários” utilizada na reportagem referente à capa dessa revista. Além dessa materialidade, selecionamos cinco capas da revista Agriculturas: experiências em agroecologia que estão disponíveis no arquivo da mesma – a saber, as capas da edição de nº 0, v. 1, de setembro de 2004; edição n. 3, v. 7, de outubro de 2010; Caderno de debates n. 1 de fevereiro de 2014⁴⁴; edição n. 2, v. 11, de setembro de 2014; edição n. 2, v. 12, de outubro de 2015.

Diante do nosso objetivo – que é compreender como são produzidos os efeitos de sentidos das imagens e denominações das mulheres velhas/envelhecidas do campo, da agricultura familiar, em materialidades relacionadas aos modelos de desenvolvimento econômico, o agronegócio e a agricultura familiar –, dividiremos nosso percurso em dois momentos distintos e complementares, a saber:

1-Mobilizaremos a noção de arquivo e o seu gesto de constituição a partir da AD para refletir acerca do funcionamento dos arquivos digitais das revistas Globo Rural e Agriculturas;

2-Em seguida, faremos a seleção das capas em cada arquivo, que constituirão o *corpus* auxiliar da nossa pesquisa. Nessas materialidades, a análise não será aprofundada, uma vez que ela

⁴³ Na seção 6, traremos a discussão teórica sobre as imagens na AD.

⁴⁴ O Caderno de Debates encontra-se no arquivo entre as revistas e, por isso, também foi considerado na nossa pesquisa.

visa demonstrar o caminho traçado para compreendermos o *corpus* principal. Sendo assim, apresentaremos a imagem da mulher envelhecida/velha nas capas de ambas as revistas e analisaremos as sequências discursivas da reportagem de capa da Globo Rural. Entendemos, tal como Lagazzi (2011), que as capas de revista são o lugar de entrada do leitor e se constituem no espaço de imbricação entre imagens e enunciados verbais e na imbricação dessas diferentes materialidades significantes que compõem os funcionamentos discursivos significativos de cada revista.

4.1 O percurso no arquivo das revistas Globo Rural e Agriculturas

Antes de adentrarmos especificamente a apresentação do *corpus* auxiliar desta pesquisa, mobilizaremos a noção de arquivo em AD, questionando a sua organização e funcionamento, a sua ordem e as evidências que ele se propõe para a constituição de sentidos, que no caso em questão, refere-se à mulher velha/envelhecida do campo nos discursos das revistas e do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

Em um breve percurso histórico, Pêcheux (1981, 2015; 1982, 1994) demonstra que a informática, na sua missão de constituir grandes bancos de dados, formando arquivos imensos com eles na perspectiva de matematizar, estava longe de olhar para o texto enquanto materialidade linguística, inscrita na história.

Diante disso, no seu texto *Análise de Discurso e Informática*, Pêcheux (1981, 2015) retoma o termo *discourse analysis* e os equívocos que ele provocava no espaço anglofone e na tradição francófona. O autor nos coloca sobre a evidência lógico-empírica da leitura e propõe outro lugar para a AD, em que se poderia pensar o arquivo discursivamente, a partir de algumas questões formuladas junto ao grupo de pesquisa ADELA (Análise do Discurso e Leituras de Arquivo). Deste lugar, questiona a informática em alguns pontos específicos e traça para a AD condições como considerar que “um *corpus* de arquivo textual não

é um banco de dados” (PÊCHEUX, 1981, 2015, p. 281), ou seja, há a necessidade de pensar a incompletude do arquivo, uma vez que a AD não trabalha com o ‘já dado’.

Ainda, no jogo entre o mesmo e o outro do arquivo e, na reconstrução das identidades parafrásticas, a AAD 69⁴⁵ se aproxima às evidências empírico-lógicas da leitura (PÊCHEUX, 1981, 2015) e, quanto à recusa histórica de toda linguagem lógica de representação *a priori*, a AAD 69 deveria cuidar de não “realizar uma auto-leitura da estrutura do *corpus* pelo *corpus* ele mesmo” (PÊCHEUX, 1981, 2015, p. 281). Isso significa que a sua proposta não deveria ser um procedimento automático que fizesse leituras como um aparelho de raio X, conforme o autor defende.

Esse texto nos traz a dimensão do incômodo de Pêcheux com a informática e sua forma de lidar com o arquivo, bem como traça rumos para a AAD69 diante da questão. Um ano depois, em 1982, em outro texto, *Ler o arquivo hoje*, Pêcheux afirma que “o discursivo informaticamente marcado sob a forma dos ‘dados textuais’ não tem, efetivamente, a mesma relação nos procedimentos lógico-matemáticos que este outro tipo de dados, de natureza quantitativa (...)” (PÊCHEUX, 1982, 1994, p. 55-6). A esse domínio, o autor denominou como sendo o discurso textual que poderia ser tomado pelos profissionais da leitura de arquivo, os literatos, ou os cientistas.

A partir da vertente defendida pelos literatos, era possível “ler o arquivo (entendido no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão)” (PÊCHEUX, 1982, 1994, p. 57) sob uma perspectiva de leitura interpretativa. De outro lado, a partir da vertente científica, “trata-se deste enorme trabalho anônimo, fastidioso, mas necessário, através do qual os aparelhos de poder de nossas sociedades gerem memória coletiva” (...)” (PÊCHEUX, 1982, 1994, p. 57). Nesse movimento, a leitura impunha ao sujeito-leitor um apagamento atrás da instituição que o emprega. Ao

⁴⁵ Utilizamos a sigla AAD 69 assim como no texto traduzido.

recapitular sobre essas duas vertentes de leitura de arquivo, Pêcheux (1982, 1994) entende a sua diferenciação como uma divisão social do trabalho de leitura, que se inscreve numa relação de dominação política, em um nível institucional. O arquivo é visto, por Pêcheux, onde se inscreve o político e o ideológico. Portanto, para lermos o arquivo, devemos considerar o institucional e o político.

Para as autoras Romão, Leandro-Ferreira e Dela-Silva (2012, p. 11), a condição de que a “inscrição do político fervilha no e pelo arquivo” está em relação à ideologia da seguinte forma:

pelo efeito ideológico, fica parecendo óbvio que alguns dados sejam expostos e outros fiquem à margem ou silenciados, que certos documentos recebam prestígio e outros sejam descartados, que áreas do arquivo sejam reservadas apenas para alguns e fiquem impedidas de acesso para tantos outros (ROMÃO; LEANDRO-FERREIRA; DELA-SILVA, 2012, p. 11).

Percebe-se, portanto, que o institucional se torna constitutivo do arquivo e tende a estabilizar determinados efeitos e a cristalizar sentidos, sendo, por isso, que devemos considerar os gestos de interpretação sobre o estabilizado, para observarmos o trabalho da memória e da história que afetam o arquivo.

Dela-Silva (2015) mobiliza a noção de arquivo em AD, percorrendo a partir de Guilhaumou, a sua trajetória nas décadas de 1970, 1980 e 1990, em que “o arquivo, que tradicionalmente vinha sendo pensado somente em sua estabilidade, enquanto um conjunto de materiais dados passa a ser tomado em sua opacidade, como um discurso, cujo funcionamento não pode ser dissociado de seus modos de constituição” (DELA-SILVA, 2015, p. 2).

Essa situação foi proposta por Pêcheux, ao afirmar que as duas vertentes de leitura de arquivo ignoraram a questão da língua e, para o trabalho com a leitura de arquivo é preciso considerar “a relação entre a *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos

linguísticos materiais na história” (...)”(PÊCHEUX, 1982, 1994, p. 63, *itálicos do autor*).

Para Mariani (2010), nesta perspectiva, o arquivo deve ser pensado na discursividade e na relação consigo mesmo, e deve colocar em dúvida o efeito de evidência e completude. Assim como para essa autora, temos em Nunes (2008) que a AD toma textos, documentos e arquivos na sua opacidade e especificidade, e propõe duas formas de percursos para trabalhar um arquivo, a saber: o percurso temático de arquivo e o percurso temático no arquivo. Esse último é visto “como um percurso temático que se realiza em um ou mais arquivos para a composição de um *corpus* de análise” (NUNES, 2008, p. 91). Entende o autor que, dessa forma, com o *corpora* aberto, não se detém a uma análise do funcionamento de um ou outro arquivo. Sendo assim, ao tomarmos os arquivos das duas revistas em questão e propor o tema mulher velha/envelhecida do campo, estamos diante de um percurso temático no arquivo, ainda que as capas das revistas não sejam consideradas como materialidade que constitui o *corpus* principal.

De outra forma, ao considerar o percurso temático de arquivo, “aquele construído em um arquivo, frequentemente ligado a uma instituição” (...) analisa-se (...) “como o arquivo se constitui por temas, como ele ordena, classifica e constrói por meio das práticas documentais um discurso da história” (NUNES, 2008, p. 91). Enquadramos nesse tipo, o arquivo do Caderno das Marchas das Margaridas (2015), que representa as instituições que referenciam a agricultura familiar e a agroecologia, e que foi composto de fotos *escolhidas* nos Acervos da CONTAG, da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Articulação Nacional de Agroecologia, da Marcha Mundial das Mulheres, do Projeto Dom Helder Câmara, da ESPLAR⁴⁶, distribuídas nos eixos temáticos que constituem o Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

⁴⁶ ESPLAR: ONG do Ceará que desenvolve atividades em agroecologia e agricultura familiar. A informação sobre os acervos das fotos se encontra no Caderno da Marcha das Margaridas (2015, p. 5).

Nunes (2007) ressalta a importância da noção de historicidade e de compreensão, muitas vezes sem um estatuto conceitual dentre tantas outras noções necessárias para a leitura de arquivo. Sobre a primeira, o autor a compreende como um processo de constituição de sentidos e desconstruções de clareza e certitude, como propunha a história e os estudos de conteúdo. Na leitura de arquivo, ela funciona de forma “a realizar percursos inusitados seguindo-se as pistas Linguísticas, traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas” (NUNES, 2007, p. 374). Sendo assim, segundo o mesmo autor, o arquivo é pensado diferentemente de um conjunto de dados objetivos e, por isso, está sujeito a gestos de interpretação, pois o espaço simbólico é marcado pela incompletude e pelo silêncio.

Em relação à noção de compreensão, essa se relaciona, por sua vez, a uma noção histórico-política e considera conflitos de interpretação, para vários “direcionamentos de sentidos que funcionam em um mesmo espaço discursivo” (NUNES, 2007, p. 375). Nesse sentido, temos diversas formas de interpretação e o arquivo passa a ser considerado “como espaço de polêmica, em que se confrontam as posições interpretativas” (NUNES, 2007, p. 375). Portanto, para o autor, a compreensão tem a ver com a teoria e com a posição do analista diante do arquivo a ser analisado.

Outro conceito trazido pelo autor é o de temporalidade: “compreender a temporalidade significa atentar para as diferentes temporalidades inscritas no discurso, mostrando as relações entre elas e os efeitos de sentido que aí se produzem” (NUNES, 2007, p. 376).

Nunes (2007) contribui também para pensarmos sobre a posição do analista e a sua responsabilidade diante da leitura do arquivo. Segundo ele, “operacionalizar os conceitos [descrição, interpretação e compreensão] na leitura de arquivo, construindo um dispositivo de análise, é construir a posição do analista em seu movimento pelo(s) arquivo(s)” (NUNES, 2007, p. 378).

Após conhecermos o funcionamento e a organização do arquivo, podemos estabelecer o segundo momento: o da constituição do *corpus* analítico, entendido como “um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou de justaposição de homogeneidades contrastadas” (PÊCHEUX; LÉON, 1982, 2015, p. 165).

Segundo Dela-Silva (2015, p. 3), o arquivo “possibilita a apreciação das materialidades – um olhar para as suas regularidades – permitindo ao analista estabelecer critérios para a constituição de seu *corpus* discursivo”. Este trabalho de percurso de arquivo e a constituição do *corpus* nesta pesquisa serão demonstrados a seguir.

A partir do arquivo, há então, o trabalho constante de construção do *corpus* que, segundo Zoppi-Fontana (2005b) a partir da análise do mesmo é que “possibilita descrever os regimes de enunciabilidade na sua dispersão, tanto nas regularidades de funcionamento quanto nas rupturas provocadas pelo acontecimento” (ZOPPI-FONTANA, 2005b, p. 95). Para a autora, o fechamento do *corpus* é provisório e se dá no momento da finalização das análises.

Zoppi-Fontana (2005b) defende ainda que o *corpus* deve tratar de responder a uma questão e aos objetivos da pesquisa, e que deve estar disposto à descrição e à interpretação que se dão em uma alternância e não em uma sucessão. Dessa forma, construímos as seguintes questões, que se encontram imbricadas, para o *corpus* da nossa pesquisa:

- Como as diferentes denominações e imagens das mulheres velhas/envelhecidas do campo constituem diferentes posições-sujeito no discurso?
- Como a interseccionalidade dos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade é marcada no discurso do Caderno (CONTAG, 2015), no que se refere a essas mulheres?

- Como os espaços “fora da casa” no campo e na cidade produzem diferentes efeitos de sentidos para a constituição do sujeito discursivo mulheres velhas/envelhecidas do campo?

Tais questões e demais análises feitas nesta pesquisa consideram a proposta de Pêcheux de realizar o batimento entre teoria e análise. Essa concepção foi muito bem explorada por Petri (2013), ao tomar o movimento pendular, em sua complexidade metafórica, deslocado do ponto de vista da física para o da AD, considerando que na sua historicidade, a constituição do “dispositivo teórico-metodológico da AD se constrói num movimento pendular entre teoria e análise” (PETRI, 2013, p. 40) e isso significa que o analista, ao construir o seu dispositivo, que não é qualquer um, deve mobilizar as noções da teoria para a análise do discurso que se propõe realizar. Ainda assim, ao tomar como objeto o discurso, o analista deve considerar o seu trabalho com a incompletude e a contradição.

A autora afirma que o movimento pendular tem o seu ponto de partida, “a inércia, que funciona como um ponto de referência lugar de significados estabilizados na forma do já- dito, enquanto noções básicas que sustentam uma teoria” (PETRI, 2013, p. 42). E que o efeito transitório de inércia é o ponto de encontro entre o analista, o arquivo e a teoria, produzindo um ir-e-vir da teoria para a análise e/ou vice-versa e, conseqüentemente, agitando os processos de produção de sentidos sobre o *corpus*.

Como o movimento pendular em AD é imperfeito, ele contribui para o avanço da teoria e para a implementação de novas metodologias de análise, pois convoca o analista a lidar com as resistências do material, com a capacidade de lidar com os desafios que ele propõe em nossa compreensão, conforme Petri (2013), parafraseando Orlandi (2010).

Na suspensão do pêndulo, temos então a constituição do *corpus* que vai se dando no constante ir-e-vir. Há o ponto de partida, mas é preciso construir o trajeto para o analista lidar com o efeito de fim, haja vista que em algum momento deve colocar um

ponto final nas inúmeras possibilidades de análise do *corpus* que ainda surgirão (PETRI, 2013).

Assim como Petri (2013), retomamos a proposta que discutimos na seção 2, subseção 2.1.1, sobre a questão do instrumento e a crítica de Pêcheux aos instrumentos da Psicologia Social: o uso de instrumento não garante a realização da prática científica. Por isso, trabalhamos para a constituição do movimento pendular do arquivo ao *corpus*, sob a perspectiva da AD. Optamos por detalhar esse movimento do percurso do arquivo ao *corpus* auxiliar discursivo apresentando separadamente as materialidades, conforme já estabelecemos no início desta seção.

4.1.1 Globo Rural

A revista Globo Rural nos interessa como *corpus* auxiliar nesta pesquisa, pois ela traz o funcionamento do discurso do agronegócio, que legitima o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, que ocupa um lugar de destaque na mídia e nos oferece um contraponto para analisarmos nosso *corpus* principal, constituído no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

Entendemos também que a análise que trazemos da imagem e dos recortes das sequências discursivas funcionam como ponto de inércia ao retomarmos o movimento do pêndulo, conforme Petri (2013).

A revista Globo Rural foi lançada pela Rio Gráfica Editora, em outubro de 1985, possui circulação mensal e, segundo o *site* da própria revista, conquistou a liderança do segmento e se tornou referência no agronegócio brasileiro. De acordo com o discurso da revista sobre si mesma, divulgado no *site*:

A revista traz informações valiosas e antecipa tendências aos grandes, médios e pequenos produtores agropecuários, além de atender aos executivos das empresas de insumos, máquinas e implementos agrícolas, dos grandes supermercados e do setor

financeiro. Em seus primeiros 17 anos, Globo Rural recebeu 16 prêmios (EDITORA GLOBO)⁴⁷.

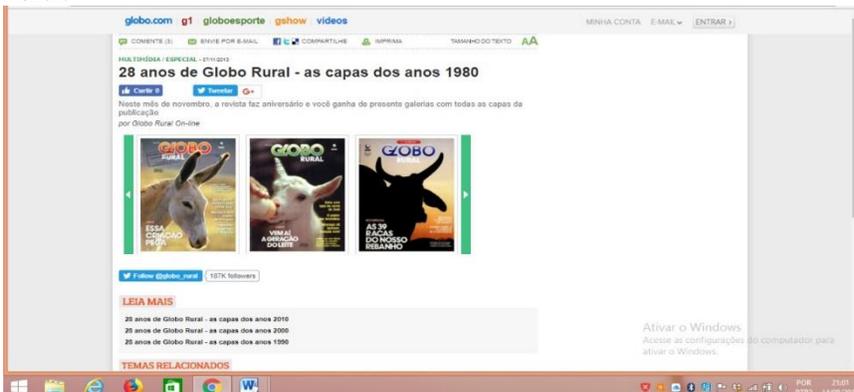
Segundo a Editora Globo, trata-se de uma revista de ampla tiragem nas bancas e de referência para o público do meio rural. Neste sentido, fazemos menção ao conceito de formação imaginária presente em todo processo discursivo que acontece da seguinte forma: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1969, 1990, p. 82).

Ou seja, temos um discurso que a própria revista projeta de si mesma (IA(A)) para o sujeito-leitor (IB(A)) lidando com o jogo imaginário que remete aos interesses do agronegócio, marcados nos termos: valiosas, grandes, executivos, financeiro, prêmios, ampla tiragem (que nos remete ao efeito de sentido do trabalho reconhecido). Essa é a estratégia do discurso: “todo processo discursivo [supõe], por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor” (PÊCHEUX, 1969, 1990, p. 84).

Com relação ao arquivo da revista Globo Rural, observamos que o mesmo se constitui de modo interativo, uma vez que, ao acessá-lo, clicamos na seta ao lado das revistas (faixa verde com as setas indicativas) para que as capas, que são organizadas e divididas por décadas, passem em tempo hábil para a apreciação do leitor, conforme mostra a Figura 1.

⁴⁷ Disponível em: <<http://corp.editoraglobo.globo.com/historia/>>.

Figura 1 – Imagens da tela do computador com as capas no *site* da Revista Globo Rural.



Fonte:Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI344727-18096,00-ANOS+DE+GLOBO+RURAL+AS+CAPAS+DOS+ANOS.html>>.

Conforme já tratamos no item 4.1, na AD precisamos duvidar dos efeitos de evidência e completude do arquivo, como propõe Mariani (2010), e compreender como o institucional constitui os sentidos cristalizados. Assim, ao tratarmos das capas da Globo Rural marcadas pelo discurso do agronegócio, não podemos deixar de lado a reflexão sobre a forma como esse modelo de desenvolvimento afeta os dizeres sobre a mulher velha do/no campo na agricultura familiar, e é disso que tratamos nas análises que seguirão.

No arquivo da revista Globo Rural, não encontramos o mecanismo de ‘busca’ para a seleção do *corpus*. Desta forma, fizemos a busca de capa por capa para selecionar aquelas que atendessem ao nosso objetivo e à questão: como a referida revista produz sentidos sobre a mulher velha/envelhecida da agricultura familiar?

Pelo arquivo não há como acessar as reportagens das revistas, sendo assim, para a consulta à reportagem da capa selecionada, manuseamos o material impresso. Observamos que, nas quatro décadas de publicação da revista, temos poucas capas que trazem a imagem de mulheres velhas/envelhecidas, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Relação do número de capas da revista Globo Rural que trazem a imagem de mulheres Fonte: dados da pesquisa.

	Capas com mulheres de todas as idades	Capas com mulheres envelhecidas e ou velhas	Capas com mulheres velhas representantes da agricultura familiar
Capas da década de 1980	3	1	0
Capas da década de 1990	18	7	0
Capas da década de 2000	8	2	1
Capas da década de 2010 (2010 a 2014)	1	0	0

Por esse Quadro 2, podemos notar que, mesmo com o envelhecimento da população, a mulher velha/envelhecida não é valorizada pela revista em questão, pois o desaparecimento da sua imagem vai diminuindo à medida que as décadas se tornam mais recentes. Quando nos dedicamos às análises da revista Globo Rural, produzida pela Editora Globo, temos toda uma prática discursiva construída em torno do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento do país que trabalha com uma perspectiva política diferente da agricultura familiar e da agroecologia. E, ao nos depararmos com a única edição da revista que traz como capa uma família representante da agricultura familiar, nós nos dedicamos a compreender sobre como o seu discurso funciona para constituir o imaginário sobre a mulher velha/envelhecida da agricultura familiar, ainda que esse não seja o foco desse material, que prioriza tratar de assuntos de ordem técnica sobre o plantio, o tratamento de animais e o sucesso de colheitas para a exportação.

No discurso do agronegócio, temos apenas uma capa em que aparece a mulher velha e, para nós, é importante compreender como é o seu funcionamento na constituição do imaginário sobre essa mulher.

Essa capa e a denominação “sexagenários”, que aparece na reportagem correspondente à capa, nos permitiram alguns recortes

que foram analisados posteriormente na busca por compreender os discursos sobre as mulheres velhas do campo, em circulação nessa revista. Após compreendermos sobre o funcionamento do arquivo da referida revista, selecionamos a capa da revista Globo Rural nº 192, de outubro de 2001, Figura 2, para algumas considerações.

Figura 2 – Capa da edição da revista Globo Rural nº 192, outubro de 2001



Fonte: Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EM1344727-18096,00-ANOS+DE+GLOBO+RURAL+AS+CAPAS+DOS+ANOS.html>>.

Ao analisarmos essa capa, temos o enunciado principal, grafado em letras destacadas, que traz uma aposta da revista:

“PARCEIROS DO FUTURO” que está em relação com a imagem da capa. O enunciado, que traz uma formulação em aberto entre parceiros e futuro, convida o leitor à busca de uma formulação que responda quais são os parceiros do futuro, que se contextualiza no enunciado que anuncia o fato novo: “prefeitos descobrem na força da agricultura familiar a base da aliança com o campo para renovar as cidades”.

As marcas textuais “descobrem”, “força” e “renovar” relacionam-se com a denominação “futuro”, que nos coloca o investimento lançado nos mais jovens e nas crianças, que configuram o centro da imagem da capa. Nessa perspectiva, o casal de velhos, separado pelas crianças, perde sua força ao serem apresentados na fotografia de forma individualizada.

Na imagem da capa, temos as três gerações da família Otto, que configura uma família heteronormativa, de cor branca, pois se tratam de moradores de Santa Catarina, descendentes de alemães. Notamos que os seus membros estão dispostos na representação de uma pirâmide em que a primeira (início do processo: renovação) e a terceira geração (continuidade do processo: tradição e conhecimento) se encontram na base da figura, e a segunda geração (responsável ativamente), no topo. Chamamos a atenção para o fato de o sujeito do discurso estar afetado pelo inconsciente e pela ideologia, como já discutimos anteriormente. Sendo assim, relembramos a teoria freudiana na qual a representação da sexualidade na teoria psicanalítica diz respeito à triangulação a que se referem as relações pai- mãe-filho(a), e a identificação desse último com uma ou outra figura parental para a definição da hetero ou homossexualidade.

Nessa capa, essa condição fica marcada na triangulação, os sexagenários (denominação utilizada na p. 59 da reportagem) que estão sentados em lados opostos, sendo a figura central, os filhos e os netos, representando a tradição da agricultura familiar. A segunda geração está em pé, na parte central da foto, o que pode encaminhar para sentidos de quem, atualmente, é que tem

participação mais ativa no processo, neste modo de desenvolvimento econômico.

Na parte inferior do canto esquerdo, temos a informação sobre o patriarca da família, próximo a sua imagem, que o indica o homem como o gerenciador da agricultura familiar, apagando o sentido dessa prática como sendo aquela na qual a família tem uma participação na produção. Temos nesse discurso a filiação a uma FI patriarcal, que destaca o homem no gerenciamento das questões do campo e promove o apagamento da mulher velha.

A foto tem como pano de fundo provavelmente a residência da família e chama a atenção para a importância da agricultura familiar. Podemos dizer que a imagem da capa *espacializa* (Cf. LAGAZZI, 2011), esse modelo de desenvolvimento econômico na constituição da família. Trata-se, nesse aspecto, da questão territorial: a família diante da casa, ocupando o espaço externo a ela, no campo. A frente da casa é simples, porém, passa a impressão de limpeza e organização. Sabemos que “casa”, limpeza e organização são marcas que remetem, via memória discursiva, à mulher “do lar”, assim como cabe destacar a presença de animais, especialmente, o bezerro, que aparece acariciado pela senhora, como ligados à maternidade e às funções da mulher no/do campo, na perspectiva do discurso patriarcal.

A capa é colorida, predominantemente com as cores azul e verde (sendo essa a cor que representa a agricultura familiar), com luminosidade. A mulher velha apresenta-se com um olhar desfocado da câmera, um sorriso esboçado e vestes de trabalhadora. O efeito de luz faz com que seus cabelos se apresentem mais pretos, entretanto, as marcas do tempo no rosto, no pescoço e nas mãos nos mostram indícios do envelhecimento. Essa condição de mostrar-se velha traz uma outra perspectiva, diferente da encontrada na maior parte das pesquisas que tratam das velhas urbanas, cujas marcas da velhice encontram-se escondidas nos procedimentos estéticos diversos, conforme analisou Silva Sobrinho (2007) nas capas da Revista Veja, em sua tese de doutorado.

Ao retomarmos a questão que orienta nossa busca ao arquivo, esclarecemos que a revista não tem como proposta editorial trabalhar com a questão dos sujeitos do campo indicando-os como um tema central. O seu foco está em mostrar técnicas e resultados de trabalhos produzidos no campo. Entretanto, perguntamos: quem produz e utiliza técnicas e garante resultados? Diante desse questionamento, chegamos ao recorte que nos possibilita pensar nos sujeitos do campo: homens e mulheres, e observamos que a figura masculina aparece em mais capas que a figura feminina.

Especialmente em relação à pessoa velha/envelhecida, temos uma memória da importância da experiência para o plantio e a colheita, bem como para o reconhecimento das variações de clima, solo, tempo de plantar, dentre outros⁴⁸. Assim, o foco da revista vai aos poucos trazendo as experiências do agronegócio. A maioria dessas capas traz imagens de mulheres no/do campo bem-sucedidas nos seus negócios, conforme o funcionamento do discurso que circula no agronegócio. Em contrapartida, nos indagamos: como a revista produz e faz circular o discurso imagético e verbal sobre a mulher velha da agricultura familiar?

Após a análise da capa, debruçamo-nos sob a análise da sua reportagem que consta no interior da revista e dela recortamos as seguintes sequências discursivas, doravante, SDs, para a análise:

SD1: A VOZ DA NORA

⁴⁸ Chama-nos a atenção, apesar de não ser nosso foco nesta pesquisa, o fato de que a primeira edição da revista Globo Rural trouxe a imagem de um homem velho (anexo 2). Essa edição atualiza a memória da importância da experiência de vida para o sucesso no campo, materializada na imagem da capa do senhor Davi, de 85 anos de idade, que, à época, trabalhava como peão em Uberaba, Minas Gerais. Essa capa não faz parte do nosso *corpus*, porém, vale ressaltar o fato de ser um homem velho e empregado (O PEÃO DAVI NA CORTE DO REI ZEBU), que marca a capa de número 1 da referida revista. Nas edições posteriores, no trabalho de percurso de arquivo, observamos outras capas que trazem a imagem de homens velhos, entretanto, consta as suas histórias enquanto empresários do agronegócio.

SD2: A família Otto resume a faixa etária do lugar de 6 hectares e sete membros: **os sexagenários Willibald e Edeltraud**; seu filho Rubens de 35 anos; a esposa Tânia, de 33; e os netos Joyce, 14, Jonata, 12, e Jefferson, 5. (...)

SD3: O **patriarca** Willibald reclama o achatamento dos preços, por conta da política de importações de leite do governo. Mas a **voz da nora ensina** que **esperança, não por acaso, é a palavra feminina**: “Quem permaneceu na terra tem que se unir. Assim que a cooperativa estiver consolidada, as coisas vão melhorar”, aposta Tânia, **ouvida com olhos bem abertos por Joyce, Jefferson e Jonata**. Os três querem protagonizar o roteiro anunciado pela mãe (...)

SD4: Mas, a julgar pelo olhar confiante dos **netos de dona Edeltraud**, talvez seja um aceno do **futuro**. (Globo Rural, 2001, p. 59).

Na SD1, temos a voz da nora como sendo a pessoa que detém um determinado conhecimento e respeito por parte dos demais e é ela quem pode falar de algo; é uma mulher jovem e não mais um homem velho e nem uma mulher velha (a sogra). Entretanto, na SD3, temos as marcas no discurso “esperança”, “palavra feminina” que produz sentidos para a mulher do campo como sendo sonhadora, ingênua e esperançosa, colocando-a na condição de passividade.

Na SD2, a denominação “sexagenários” nos remete a um interdiscurso que traz na luta de classes um possível sentido ao reatualizar a memória da Lei dos Sexagenários⁴⁹, de 1885, que previa a matrícula aos escravos com mais de 60 anos de idade e estabelecia normas para a liberação gradual dos cativos, mediante indenização. Interessante notar que a mulher velha escrava tinha um abatimento no valor de sua matrícula, caso o seu valor declarado pelo seu senhor fosse acima do estipulado. O escravo, a partir dos sessenta anos, não era considerado como mercadoria produtiva.

Nesse funcionamento do já-dito nesse discurso, temos que acima dos sessenta anos não se tem mais voz ativa, ou seja, o poder

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-dos-sexagenarios.html>>.

se concentra nos mais jovens. Essa realidade fica nítida quando a observação do patriarca foi tolhida pela palavra de ânimo e esperança da nora e a aquiescência dos demais. Como tratamos de uma materialidade em que o agronegócio está em condições de assimetria à agricultura familiar, são acionados na memória discursiva os sentidos constituídos na materialidade para o “lugar” dos velhos na/da agricultura familiar, de invisibilidade e de um espaço cerceado.

Na SD3 observamos essa condição quando a palavra da nora se opõe, “mas” a do patriarca traz um ensinamento. E evidencia o silenciamento da sogra, entendendo que os filhos escutam e se direcionam no sentido colocado pela mãe.

A mulher velha da capa (des)aparece, quando, na SD4, temos o chamamento “netos de dona Edeltraud”, trazendo a ideia de que ela é passiva nessa condição, da mesma forma que a nora, porém, a partir do seu silêncio e não de um discurso verbal marcado por termos que direcionam os sentidos para a passividade como na SD3. O que teria a dizer a senhora que “nada diz” na reportagem?

Temos que considerar que apenas a nora teve a oportunidade de falar, sendo seu discurso marcado pelo uso das aspas, na reportagem. O patriarca foi referenciado (O patriarca Willibald reclama do achatamento dos preços por conta da política de importações de leite do governo) e o seu filho e a sua esposa (sogra) “nada disseram”.

Entendemos que a revista traz a agricultura familiar como um acontecimento jornalístico, contemplando, em suas práticas, esse outro modelo de desenvolvimento econômico. Para Dela-Silva (2008), o acontecimento jornalístico é diferente do acontecimento histórico e do acontecimento discursivo. Define a autora:

O acontecimento jornalístico, de forma semelhante [ao acontecimento histórico], também é compreendido como um fato, uma ocorrência no mundo; mas um fato que gera uma notícia, que por sua relevância perante a avaliação dos jornalistas do que se constitui como interesse público, merece estar presente nas edições

diárias dos noticiários impressos ou eletrônicos. Trata-se de um acontecimento enquanto referente, com uma existência material no mundo; um acontecimento enquanto um fato que se inscreve na história do dia-a-dia, que o jornal e os jornalistas se propõem a escrever (DELA-SILVA, 2008, p. 15).

No contexto econômico, um dos fatos que marcavam a agricultura familiar no Brasil, em 2001, ano de publicação da edição de nº 192 da Globo Rural, era o período de ampliação e ajustes no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi implantado em 1996, e foi um o resultado de conquistas sociais e sindicais para o trabalhador do campo.

O PRONAF é um programa do Governo Federal que visa fortalecer as atividades do agricultor familiar, quais sejam: os próprios agricultores familiares (que, segundo o Projeto de Cooperação entre a FAO e o INCRA, dividiu os agricultores familiares em quatro tipologias de acordo com a renda, assim representados: tipo A – agricultores familiares capitalizados; tipo B – agricultores familiares em processo de capitalização; tipo C – agricultores familiares em níveis de reprodução mínima; tipo D – agricultores familiares abaixo da linha de pobreza); pescadores artesanais (desde que autônomos); aquicultores que exploravam área de até 2 hectares de lâmina d’água ou, então, um tanque-rede de até 500 metros cúbicos; maricultores; silvicultores que promovam o manejo sustentável de florestas nativas ou exóticas; extrativistas (exceto garimpeiros e fiscoadores); quilombolas; indígenas; assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário⁵⁰.

A partir do ano de 2000, o PRONAF sofria avaliações e ampliava seu contrato para agricultores familiares, aumentando a produção da sua safra. No contexto político, um dos fatos importantes era a sucessão presidencial de 2002⁵¹, em que crescia

⁵⁰ Informação disponível em: < <https://www.bndes.gov.br/>>.

⁵¹ Informação disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u28046.shtml>>.

uma força política de ideias de um governo de esquerda, e, dentre elas, o de incentivo à agricultura familiar e ao sujeito no/do campo.

Dela-Silva (2008), baseada no Manual da Redação Folha de S. Paulo (MANUAL, 2001), coloca os critérios para a escolha dos acontecimentos que irão tornar-se notícias: “ineditismo”, “improbabilidade”, “interesse”, “apelo”, “empatia” e “proximidade”. Na notícia anunciada pela revista Globo Rural “Parceiros do Futuro”, pesa-se o critério “interesse”, que possibilita aos políticos e aos empresários do agronegócio novas formas de negociação com os agricultores familiares.

O efeito de proximidade marcado no enunciado da revista, “parceiros”, e toda a proposta de mostrar a aliança possível entre esses dois modelos econômicos, remete-nos ao efeito de imparcialidade do jornalismo que recobre a interpretação e aponta para a agricultura familiar como o “outro modelo” de desenvolvimento econômico e não como “o modelo”, que seria o agronegócio, baseadas em Mariani (1996).

4.1.2 Agriculturas

Outra materialidade, que constitui um contraponto para sustentar o *corpus* e que representa um efeito de aproximação do material a ser analisado no *corpus* principal, é a revista Agriculturas: experiências em agroecologia, produzida pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agriculturas Alternativas (AS-PTA) – que se dedica a produzir um conhecimento sobre formas de viver do campo, considerando o plantio, a lida com os animais e as principais dificuldades do ecossistema, na perspectiva política da agricultura familiar e agroecologia, modelos que se contrapõem ao agronegócio. Nessa revista temos algumas capas que trazem um outro discurso que constitui o imaginário sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo e que se relaciona de forma mais convergente com o discurso produzido no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG,

2015), produzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), tendo à frente a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, no que se refere aos modelos de desenvolvimento econômico do país.

A revista *Agriculturas* abre um espaço para tratar de assuntos do campo e aborda os diferentes sujeitos do campo e suas experiências, enfatizando a produção e o enfrentamento de dificuldade no campo pela família. O *Caderno da Marcha das Margaridas* (CONTAG, 2015) é um material destinado às pessoas que participam de sindicatos, movimentos, ONGs e que baseia o seu texto em uma plataforma política que visa à luta pelos direitos do campo.

Desta revista nos interessam apenas as imagens das capas nas quais a mulher velha/envelhecida do campo se encontra próxima à casa ou nos seus arredores no espaço do campo, que podem enunciar outras posições-sujeito a partir da sua relação com o espaço “fora da casa” no campo. Como as imagens das suas capas não nos remetem a alguma reportagem específica, nem são (re)apresentadas no interior da revista (não há nos artigos uma menção à imagem da capa e não há identificações de fotos nos artigos que remetam à capa), não nos foi possível recortar SDs associadas a denominações específicas sobre o envelhecimento, apesar de haver o seu comparecimento nas diferentes matérias das revistas.

A revista, de publicação trimestral⁵², é de responsabilidade da AS-PTA. Em relação ao funcionamento do seu arquivo, temos as capas e as diversas reportagens disponibilizadas na íntegra, conforme demonstrado nas Figuras 3 e 4.

⁵² No arquivo não encontramos 4 capas para todos os anos de 2004 a 2016, uma vez que ela se propõe às publicações trimestrais.

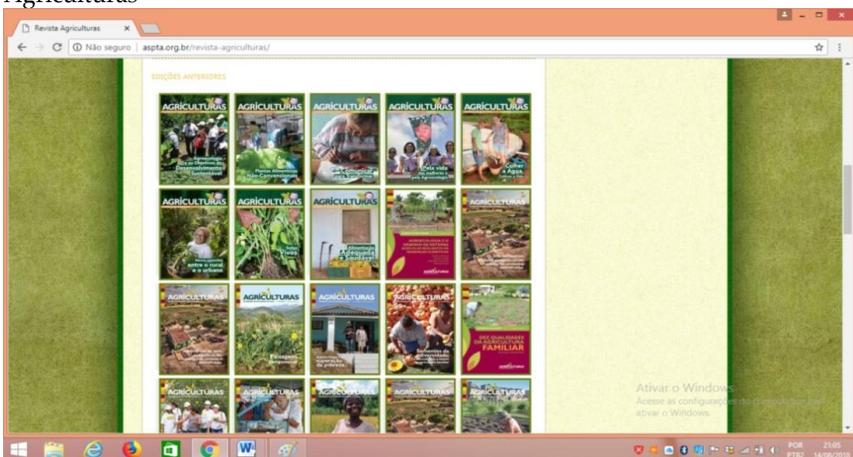
Figura 3 – Imagens da tela do computador no *site* com a última edição da revista *Agriculturas*



Fonte: Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>>.

A partir desta figura vemos que a última edição vem sucedida do enunciado “edições anteriores” que, por sua vez, traz o arquivo com as capas das edições que a antecederam, conforme demonstrado com mais detalhes na Figura 4.

Figura 4 – Imagens da tela do computador com as capas no *site* da revista *Agriculturas*



Fonte: Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>>.

Observa-se que o arquivo apresenta-se confuso, pois temos, em algumas vezes, um desencontro entre as datas de postagem e de edição, capa relativa a um determinado ano de publicação e aparecimento no arquivo na sequência de capas de outro ano; e apresenta-se também desatualizado, pois a capa que consta no arquivo como sendo a última edição é de 2016, e, ao acessarmos outro *link*, a última capa que aparece é datada de 11 de abril de 2018⁵³. Entretanto, vamos nos ater à imagem da Figura 4, que aparece para o interessado no acesso ao arquivo das revistas.

Diferentemente da revista Globo Rural, a revista Agriculturas traz mais imagens de mulheres velhas/envelhecidas na/da agricultura familiar nas suas capas, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Relação do número de capas da revista Agriculturas que trazem a imagem de mulheres

	Capas com imagens de mulheres de todas as idades	Capas com imagens de mulheres velhas/envelhecidas
2004	2	2
2005	3	1
2006	4	2
2007	2	1
2008	2	2
2009	2	2
2010	3	1
2011	1	1
Número especial	1	1
2012	0	0
2013	2	1
Cadernos para debate n. 1	1	1
2014	2	2
Cadernos para debate n. 2	0	0
2015	3	1
2016	4	2

Fonte: dados da pesquisa.

⁵³ Informação de maio de 2019. Na data de 17/8/19, nosso último acesso, consta que a edição de 14 de fevereiro de 2019 que foi também acrescentada ao arquivo.

O Quadro 3 nos mostra que na relação capas de imagens com mulheres de todas as idades e capas de mulheres velhas/envelhecidas, temos um maior comparecimento da figura feminina nas capas, ainda que isso não signifique que há um discurso que não seja constituído a partir da FI patriarcal, conforme ocorre na capa da revista Globo Rural. A mulher velha/envelhecida comparece mais vezes, porém nos coloca a indagar a respeito de quais os efeitos de sentidos que essa revista constitui sobre essa mulher.

A revista representa o discurso da agricultura familiar e da agroecologia, e pode ser encontrada na sua versão *online*, no *site*⁵⁴, ou na sua versão física, sendo que, com o valor igual ou superior a R\$ 60,00 (sessenta reais), o interessado adquire quatro edições impressas. A revista é uma forma de divulgação das ideias da AS-PTA, que assim se apresenta em seu *site* de divulgação:

A AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A experiência acumulada pela entidade ao longo desses anos permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras. A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo em que constituem espaços de aprendizado coletivo, essas redes proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas (AS-PTA)⁵⁵.

Retomando o conceito de formações imaginárias, o jogo entre sujeito em A e sujeito em B, imagens projetadas, observamos que a associação (posição A) projeta a si mesma

⁵⁴ Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>>.

⁵⁵ <http://aspta.org.br/quem-somos/>

(IA(A)) com o discurso da agricultura familiar e agroecologia marcadas nos termos: fortalecimento, promoção de desenvolvimento, experiência acumulada, enfrentamento de desafios, espaços de aprendizado, ações articuladas, organizações e movimentos da sociedade, políticas públicas. A associação se coloca, assim, como um órgão com experiência ampla para afirmar o que se propõe para a agricultura familiar e a agroecologia, projetando sua imagem para o sujeito-leitor (posição IB(A)), no discurso.

Após a busca realizada no arquivo, nos deparamos com a dificuldade de selecionar as capas que nos interessavam e, por isso, precisamos eleger critérios para fazê-lo. Sendo assim, consideramos os seguintes critérios de exclusão:

- capas que apresentam mulheres velhas ou envelhecidas que não estavam dispostas como figura principal na imagem da capa;
- capas que mostram mulheres velhas/envelhecidas em alguma marcha.

Como critérios de inclusão, consideramos:

- as capas disponibilizadas no arquivo da revista, denominado de “edições anteriores” até o trabalho do percurso de arquivo, ou seja, novembro de 2018;
- capas com mulheres velhas, envelhecidas em um local caracterizado como sendo sua casa e arredores (como horta, varanda, por exemplo).

Diante desses critérios, em um primeiro momento, selecionamos 5 capas dentre aquelas 20 listadas na terceira coluna do Quadro 3, quais sejam: edição de nº 0, v. 1, de setembro de 2004; edição n. 3, v. 7, de outubro de 2010; Caderno de debates n. 1 de fevereiro de 2014⁵⁶; edição n. 2, v. 11, de setembro de 2014; edição n. 2, v. 12, de outubro de 2015, conforme as Figuras 5, 6, 7, 8 e 9.

⁵⁶ O referido Caderno circula entre as edições v. 10, n. 3, de 20/12/13 e v. 11, n. 1, de 12/5/14. No acesso ao arquivo em 17/8/2019, observamos a inclusão dos Cadernos para Debate nº2 – Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas, de 01 de fevereiro de 2015.

Figura 5 – Capa da edição da revista Agriculturas. Edição n. 0, v. 1, setembro de 2004



Fonte: Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>>.

A leitura do enunciado “Segurança alimentar”, da Figura 5, traz à memória as condições básicas de existência do ser humano: sentir-se seguro e estar alimentado⁵⁷, e ainda remete preocupação dos povos do campo com a insegurança alimentar e nutricional que

⁵⁷ Tais condições são apresentadas na Pirâmide das Necessidades Básicas de Maslow.

determina parte da sua luta pela alimentação adequada e pela soberania alimentar.

O outro enunciado: “a agricultura familiar aponta o caminho”, produz um efeito de anunciar que esse modelo possui *a* solução (e não uma das soluções). Ainda assim, garante essas condições no âmbito familiar, que coloca em evidência a imagem da família diante de uma mesa farta e seus membros se servindo, em uma composição na qual não se questiona a segurança familiar na agricultura familiar, no “fora da casa” no campo, já que “a agricultura familiar aponta o caminho”.

Nessa Figura 5, temos a imagem de uma mulher velha, de cor branca, quase ao centro da mesa, ladeada por quatro homens, duas mulheres, uma criança e alguns animais domésticos. A mesa farta que, a princípio, seria uma mobília do interior da casa, se apresenta fora dela e as pessoas se colocam de forma rotineira para a hora do almoço, trazendo à tona um dos lemas da agricultura familiar no enunciado: “Segurança familiar: a agricultura familiar aponta o caminho”.

A senhora aparece sentada e utiliza vestes que incluem o vestido e lenço na cabeça, seus cabelos brancos estão cobertos quase que em sua totalidade pelo lenço também branco. A senhora, bem como os demais ao seu redor, olha para os alimentos à mesa. Seu corpo aparece quase que completamente escondido atrás da mesa, diferentemente dos demais que compõem a imagem. Essa condição nos dá a impressão de uma inércia da senhora, uma vez que a figura dela se contrapõe com os demais ao seu redor, que parecem expressar movimento (cuidar da criança, servir o alimento, apontar o dedo).

Vale notarmos que essa revista é a primeira edição da *Agriculturas* e nela temos a matriarca em uma posição horizontal se considerarmos os demais membros da família; entretanto, ela e as crianças estão sentadas e os adultos, em pé, semelhante à capa da revista *Globo Rural*, sendo que os adultos parecem estar em ação (servindo-se de alimentos) diferentemente da postura corporal da mulher velha.

A seguir, temos as demais edições selecionadas, apresentadas de forma pareada, de acordo com o nosso gesto de interpretação e uma breve análise, conforme nos propusemos.

Figura 6: (à esquerda) Capa da edição da revista Agriculturas. Edição n. 3, v. 7, outubro de 2010. **Figura 7:** (à direita) Capa da edição da revista Agriculturas. Edição n. 2, v. 11, julho de 2014



Fonte (figura 6): Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>>. Fonte (figura 7): Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>>.

Na Figura 6, o enunciado “Água nos agroecossistemas” anuncia a existência de água em territórios onde a agroecologia e a agricultura familiar se fazem acontecer, reforçado também pela presença da cor verde, que representa esses modelos econômicos. Esse enunciado está ancorado na formulação: “aproveitando todas as gotas”, que favorece uma dupla interpretação para o leitor: “aproveitando” produzindo efeitos de sentido de reutilização da água ou “aproveitando” como condição de oportunidade. E o que o olhar do leitor encontra é a imagem de uma mulher e um homem velhos/envelhecidos agachados diante de um canteiro de hortaliças que remete o leitor à relação ter “água = ter alimento”. A imagem em evidência das hortaliças *espacializa* sua presença, uma

composição que torna incontestável a primazia da agroecologia como fonte de alimentação.

Nessa capa a imagem mostra a mulher à frente do homem, sendo que uma de suas mãos apoia um dos joelhos e outra está entre os pés de hortaliças, produzindo um efeito de protagonismo de ambos na produção do canteiro. A senhora esboça um sorriso discreto para as câmeras e demonstra um semblante seguro e sereno.

Na Figura 7, temos o enunciado “Agroecologia e a superação da pobreza” que não se ancora em formulação alguma, entretanto, propõe uma relação entre agroecologia e pobreza produzindo efeitos de poder desse modelo de desenvolvimento econômico, quando o propõe como modelo de superação. Compondo com esse enunciado, a imagem da capa *espacializa* uma mulher velha/envelhecida ao lado de um homem velho/envelhecido com vestes simples, típicas de moradores do campo, e com aspecto de pessoas saudáveis, à frente de uma casa que é diferente daquela apresentada na capa da revista Globo Rural (Figura 2), visto que, nessa Figura 7, a casa exibe em uma das suas pilastras, uma espécie de cartaz, produzindo um efeito de dúvida se é uma propriedade que sedia algo, como um sindicato, por exemplo; ou se é uma moradia. Além disso, temos na imagem, em cor marrom, uma espécie de folhagem morta, produzindo efeitos diferentes daquele das hortaliças da Figura 6.

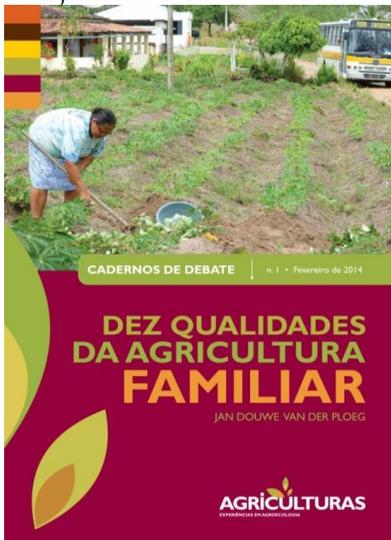
Chama-nos atenção que a mulher e o homem velhos/envelhecidos encontram-se de pé, um ao lado do outro, com o corpo e o rosto voltados para a câmera, sendo que, mesmo sob o efeito de luz e sombra, podemos perceber o sorriso no semblante da senhora.

A nosso ver, de acordo com o que observou Lagazzi (2011, p. 510), “na relação entre o enunciado verbal e a imagem há momentos em que a falha irrompe na produção da veracidade”. Tal condição podemos observar na capa da Figura 7, pois podemos nos perguntar: o que é a pobreza no campo? Como podemos compreender a extensão significativa entre a pobreza e a senhora e o senhor da imagem da capa? Essa espacialização se abre em

muitas brechas e traz a memória discursiva do que é ser pobre no campo, e também nos remete ao imaginário do que é ser um velho pobre no campo. Concordamos com Lagazzi (2011, p. 511): “nesse movimento de espacialização de sentidos, a imagem e o enunciado se escapam” e, diante disso, os corpos velhos na imagem nos possibilitam efeitos de sentidos diferentes daquele do enunciado.

Nas Figuras 8 e 9, temos outros efeitos de sentidos das imagens das mulheres “fora da casa” no campo que aparecem sozinhas, conforme podemos observar a seguir:

Figura 8: Capa do Cadernos de Debate PLOEG, J. D. V. D. **Cadernos de Debate— dez qualidades da agricultura familiar.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014, n. 1 (número extra). **Figura 9:** Capa da edição da revista Agriculturas. Edição de n. 2, v. 12 junho de 2015.



Fonte (figura 8): Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>>.

Fonte (figura 9): Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>>.

Na Figura 8, temos a imagem da capa do Cadernos de Debates intitulado “Dez qualidades da agricultura familiar”, de autoria de Jan Douwe van der Ploeg, professor de Sociologia Rural, da Universidade de Wageningen, Holanda e Universidade Agrícola da China. Nessa materialidade não consta se há o nome do tradutor, e chama-nos a atenção ser um professor de nacionalidade

diferente da brasileira a escrever sobre a agricultura familiar no Brasil. Desta forma, perguntamos: o que teriam a dizer os brasileiros que vivem e estudam a/sobre a agricultura familiar?

Na capa dos Cadernos, o enunciado “Dez qualidades da agricultura familiar” formula uma relação positiva entre as qualidades (em número de dez) e a agricultura familiar e, na falta de outro enunciado para contextualizar o fato, é postulado que o leitor busque, nas onze páginas que o compõem, a resposta para essa relação.

Na imagem que compõe com o enunciado verbal, temos a *espacialização* de uma mulher velha/envelhecida, de cor parda, sozinha, no ato de capinar uma horta, que ocupa metade da capa. Ela encontra-se recurvada, com o olhar fixado na terra e uma das mãos apoiada na enxada, enquanto a outra se estende em direção à plantação. Na outra metade da capa temos a prevalência das cores verde (que nos remete à agricultura)⁵⁸ e lilás (que representa a marca feminista no movimento)⁵⁹. O termo “familiar” encontra-se na cor marrom, que nos remete à cor da terra. Essa capa nos fornece uma imagem que retrata o trabalho da senhora no campo, diferentemente da imagem da capa do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), que é estilizada, como demonstraremos adiante.

O enunciado e a figura dessa capa fazem comparecer a produção do equívoco, que desestabiliza os universos logicamente estabilizados, pois podemos nos perguntar: como é possível pensar em “qualidades” diante de uma imagem na qual a mulher

⁵⁸ A cor verde também faz alusão à CONTAG.

⁵⁹ A cor lilás, considerada síntese entre o rosa e o azul, começou a ser utilizada pelos movimentos feministas de 1960, diferenciando-se do vermelho usado por Partidos Comunistas do Bloco Soviético que não tinham interesse nas questões postas nas lutas das mulheres. Nos anos de 1960 e 1970, o feminismo se organizou de forma mais independente e adotou a cor lilás para representá-lo, conforme algumas fontes não formais da *internet*, por exemplo em: <<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/8-de-marco-por-que-usa-se-o-lilas-no-dia-internacional-das-mulheres>>

velha/envelhecida no campo demonstra dificuldades para o trabalho na horta, expressos na sua postura corporal? Sabemos que envelhecer ativamente é uma dádiva, entretanto, sabemos também que o trabalho no campo é árduo para todos e, em especial, para os mais velhos, ao exigir do seu corpo uma condição física que ele já não mais suporta.

Lagazzi (2009) nos apresenta a noção de composição na qual diferentes materialidades se relacionam pela contradição, cada uma trabalhando a incompletude na outra e nos colocando a proposta de trabalhar a imagem em “relação a” devido à incompletude do discurso verbal.

A próxima capa, da Figura 9, traz o enunciado “novas conexões entre o rural e o urbano”, sendo que “entre o rural e o urbano” estão destacados em relação a “novas conexões”. Essa formulação nos remete novamente à formulação da capa da revista Globo Rural (Figura 2) que, à esquerda, propõe a formulação: “prefeitos descobrem na força da agricultura familiar a base da aliança com o campo para renovar as cidades”. Os efeitos de sentidos são divergentes, haja vista que as propostas das revistas são diferentes, porém, observamos um efeito utilitarista do campo pela cidade na formulação da revista Globo Rural e, em contrapartida, a formulação da revista Agriculturas mostra-se com o sentido de *anunciar* quais conexões seriam essas e *especializa-se* na imagem de uma mulher velha/envelhecida, de cor parda, sorridente, que está em um cenário que parece a varanda ou horta de uma casa, e traz às mãos uma cesta com vasos de folhagens. Essa senhora está sozinha e traja uma camisa de um movimento: “Agricultura ecológica nas cidades”.

A predominância da cor verde na capa, em contraste com o branco da camisa e das letras que chamam a atenção para o título da capa “Novas conexões entre o rural e o urbano”, nos remete à discussão da territorialidade, produzindo efeitos de sentidos de uma predominância do rural em relação ao urbano. E, apenas a partir da formulação que se encontra na camisa da senhora na

imagem é que podemos inferir que as novas conexões entre o rural e o urbano se dão pela agricultura ecológica.

Até o presente momento, em relação às capas das revistas *Globo Rural* e *Agriculturas*, nos inspiramos na pesquisa de Lagazzi (2011) que se propôs, a partir do referencial da AD, compreender a equivocidade na circulação do conhecimento científico na composição do verbal e da imagem nas capas da Revista FAPESP, para compreender o atravessamento da ciência pela informação. O texto da autora nos orientou na análise que leva em conta o enunciado das capas e sua relação com outras materialidades significantes, como as imagens que nelas aparecem, e, especialmente, em relação às revistas selecionadas do arquivo da *Agriculturas*.

Consideramos algumas noções sobre gênero, na perspectiva discursiva, que nos proporcionam a compreensão sobre a posição sujeito mulher velha/envelhecida do campo que observamos nas diferentes materialidades apresentadas até o momento. As capas das revistas trazem imagens que se relacionam com os efeitos de sentidos da mulher invisibilizada em um cenário no qual a casa, a alimentação, o cuidado/afeto, a presença de homens e jovens, marcam, nas imagens discursivas, o efeito de reproduzir para além da lógica do capital, uma outra relação com o “fora”, constituído pelo espaço “fora da casa” no campo, observada nas diferentes vestimentas, protagonismos, regionalidades, que trazem uma historicidade.

É interessante destacarmos o funcionamento da memória discursiva de “familiar” que vai sendo sustentada nessa representação, nas capas das mulheres que comparecem com suas famílias ou sós. O familiar retoma a noção da família tradicional, da dependência da mulher em sua constituição, assim como no espaço familiar, o da casa e seus arredores, que constitui efeitos de sentidos de um “lugar” próprio para essa mulher.

Observamos que nas Figuras 2, 5, 6 e 7 temos a imagem da mulher velha/envelhecida ladeada pela figura masculina, produzindo efeitos de sentidos de parceria juntamente com a figura masculina, uma vez que a imagem da família ou do casal remete-nos à ideia de

desenvolvimento do trabalho no campo como sendo de ordem familiar, conforme prega os princípios da agricultura familiar.

Já na Figura 8, temos o efeito de sentido de protagonismo da mulher velha/envelhecida, que se apresenta de cor parda, sozinha, em seu espaço de trabalho, executando uma ação. Essa imagem retrata a mulher no “fora da casa” no campo. Por sua vez, a imagem da mulher velha/envelhecida da Figura 9 comparece também no mesmo efeito, entretanto, diferentemente da Figura 8, temos uma imagem que foi produzida para a fotografia, na qual a senhora de sorriso largo representa um movimento expresso na camisa ao posar para a câmera.

É importante ressaltarmos que das revistas que estão no arquivo, a edição da capa da Figura 9 é a única que retoma a imagem da mulher velha/envelhecida na página “Sumário”, como mostra a Figura 10, mas, ainda assim, não a localiza em reportagem alguma:

Figura 10: Imagem do sumário da edição da revista Agriculturas. Edição de n. 2, v. 12, junho de 2015.



SUMÁRIO	
04	EDITOR CONVIDADO + Bruno Prado
ARTIGOS	
08	COMPRAS COLETIVAS E A FORMAÇÃO DE CONSUMIDORES-CIDADÃOS: A EXPERIÊNCIA DA REDE ECOLÓGICA DO RIO DE JANEIRO Bibi Cristina, Denise Gonçalves, Miriam Langanbach e Mônica Chiffolleau
15	RURAL E URBANO, CRIANÇAS E AGRICULTORES: OS ENCONTROS NO SÍTIO DE SALUZINHO Eduardo Magalhães Ribeiro, Flávia Maria Galtoni, Ana Paula Gomes de Melo, Paulo Sérgio Lopes, Emane Martins e Dalton Pereira
23	AGROECOLOGIA URBANA – UMA FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL Entrevista com Antonio Lattuca (por Teresa Gianella-Estrems e Teobaldo Pinzas)
27	CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Morgana Mara Vaz da Silva Massili
33	AGRICULTURA SUSTENTADA PELA COMUNIDADE: UM MODELO QUE PROSPERA NA CHINA Judith Hitzman
39	PRODUTORES E CONSUMIDORES CONSTRUINDO NOVAS PRÁTICAS ALIMENTARES Greet Goverde-Lips, Janneke Bruil e Henk Renting

Fonte: Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>>.

Como já dissemos, as revistas apresentadas – Globo Rural e Agriculturas – que constituem o *corpus* auxiliar desta pesquisa, nos chamaram a atenção, uma vez que o nosso gesto de análise, ao considerarmos o movimento “fora da casa” no campo para a cidade, produz efeitos de sentidos diferentes para as mulheres velhas/envelhecidas.

Assim, nos perguntamos: como o território compõe os efeitos de sentido na constituição da posição sujeito mulher velha/envelhecida do campo? Analisar as capas nos permite observar, em primeiro lugar, a imagem da velhice do campo diferentemente da velhice urbana, a começar pela expressão de uma face (mal)tratada pelo tempo, marcada pelas rugas, pelo sol, pelas lutas e não por cremes, *botox*, cirurgias plásticas, dentre outros procedimentos estéticos para prolongar a juventude. Os trajés das velhas nas imagens retomam a memória da simplicidade, do adequado e necessário para a vida e o trabalho no campo.

As capas das Figuras 2, 5, 6 e 7 produzem efeitos de sentidos que reafirmam a discurso do patriarcado e se fazem circular nos discursos do agronegócio e da agricultura familiar e agroecologia, colocando a mulher velha/envelhecida do campo como coadjuvante junto ao homem, e não como protagonista de suas lutas e histórias.

A Figura 8, ao apresentar a imagem de uma senhora na lida do dia a dia, trabalhando na horta, exposta ao sol, com a enxada nas mãos, diante da dura batalha para o plantio, rompe com os efeitos de sentidos do discurso da FI patriarcal, já expostos anteriormente. Entretanto, ainda assim a silencia se tomarmos a sua posição corporal e seu olhar para baixo.

A Figura 9, da mesma forma que a Figura 8, produz outros efeitos de sentidos diferentes do discurso pautado pela FI patriarcal, trazendo uma mulher velha/envelhecida vestindo a camisa de um movimento com uma postura corporal que transmite uma atitude de autoconfiança e de adesão a ele.

Essas imagens do nosso *corpus* auxiliar nos permitiram refletir sobre a produção de efeitos de sentidos do “fora da casa” no campo

para a constituição do sujeito discursivo mulher velha/envelhecida do campo. Nas seções 5 e 6, que tratam das denominações e seus enunciados e das imagens dessas mulheres no Caderno da Marcha das Margaridas, respectivamente, analisaremos os efeitos de sentidos produzidos pelo “fora da casa” na cidade.

5. PARA ALÉM DAS PALAVRAS: AS DENOMINAÇÕES E SEUS ENUNCIADOS

Esta seção tem como objetivo analisar o funcionamento das denominações generalistas sobre o envelhecimento e outras mais específicas sobre as mulheres idosas⁶⁰, bem como os seus enunciados, tais como foram constituídas no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

Lunkes, Marcilese e Dela-Silva (2015) demonstram os diferentes modos de significar a velhice na nossa sociedade a partir do quadro “Mulher jovem e mulher velha”, de A. Durer (1520), que produz um efeito de sentido negativo (fase indesejável), de um fragmento de uma matéria jornalística do *site* UOL Notícias Saúde (2011) e do fragmento de texto da crônica “Quarto de badulaques (XVIII), de Rubem Alves (2003), que produzem efeitos de sentido positivo (beleza ímpar) sobre a velhice.

Ainda que haja uma discursividade com uma circulação muito ampla que associa o envelhecimento à perda da juventude e da beleza, as autoras (*idem*) nos atentam para o fato de que existem outros modos de significar essa fase da vida que circulam na sociedade, e isso marca também as expressões usadas no cotidiano para referi-la, tais como as que já temos tratado neste estudo, na seção 3.1, a partir de Silva Sobrinho (2007) e Ferrari (2016), ao considerar o significante “trabalho” na constituição dos discursos dos(as) velhos(as) asilados(as) e de comunidades quilombolas, e de Silva Sobrinho (2007) e Peixoto (2007), ao analisar os verbetes dos dicionários relativos à velhice, bem como a sua constituição histórica na França e no Brasil.

⁶⁰ O termo “idosa” é utilizado em todo o texto do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015). Em momento algum aparece o termo “velha” que, como já explicamos, na introdução, preferimos manter quando tratar de nossa autoria.

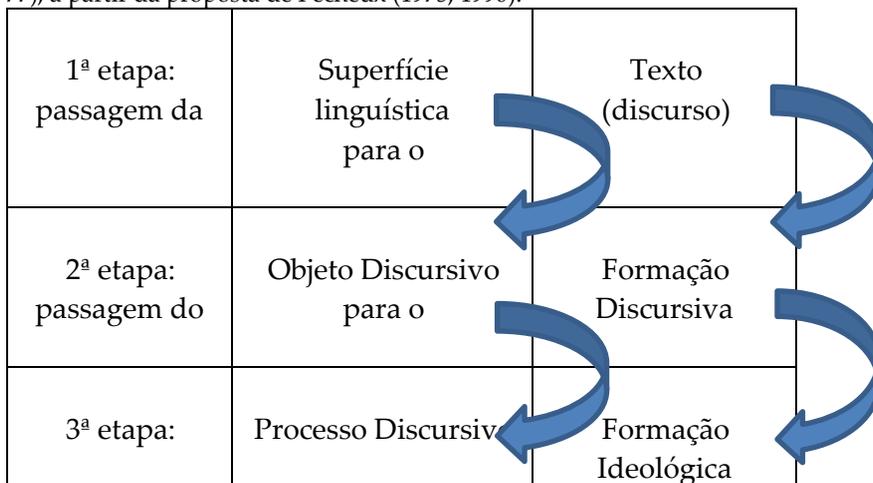
Nesse mesmo raciocínio, trabalhamos com a hipótese de que encontraríamos, no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), a sua inscrição em uma formação discursiva do campo, produzindo diferentes efeitos de sentidos para as mulheres velhas/envelhecidas do campo. Entretanto, nossa hipótese foi parcialmente refutada, conforme demonstraram as análises.

Nossa entrada para a análise da materialidade verbal consiste em dois pontos de apoio que se originam das questões iniciais desta pesquisa: 1) a compreensão da constituição da posição sujeito do discurso das mulheres velhas/envelhecidas do campo no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015); 2) a análise da intersecção dos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade posta nesse discurso.

Na nossa compreensão, ambas as questões se encontram imbricadas e as nossas análises caminham nessa direção. Ainda, ressaltamos que o nosso gesto de análise nos leva a debruçarmos nas materialidades considerando a territorialidade como uma categoria de partida para as considerações que teceremos a seguir. Por fim, lembramos sobre a discussão do movimento pendular, recuperando Petri (2013), que considera a construção do dispositivo teórico-metodológico no vai-e-vem da teoria e da prática para realizarmos essa empreitada.

Dessa forma, para a análise das denominações e dos enunciados, consideramos a teorização de Orlandi (2001) sobre os dispositivos e os procedimentos para a realização das análises, demonstrando três etapas de passagem do texto ao discurso, no contato com o *corpus*, conforme sintetizado no Quadro 4:

Quadro 4 - Etapas de passagem do texto ao discurso, segundo Orlandi (2001, p. 77), a partir da proposta de Pêcheux (1975, 1990).



Considerando as etapas esquematizadas no Quadro 4, no primeiro momento, tomamos o texto do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), na sua superfície linguística para construir o objeto discursivo, desnaturalizando a relação palavra-coisa. Para isso, trabalhamos com paráfrases, sinonímia, relação dizer e não dizer etc. Daí chegamos às formações discursivas e as relacionamos às formações ideológicas. “Aí é que ele [o analista] atinge a constituição de sentidos produzidos naquele material simbólico, de cuja formulação o analista partiu” (ORLANDI, 2001, p. 78).

Em Orlandi (2012b) temos a importância do trabalho do analista com a organização do texto para atingir o que constitui a ordem significativa considerando o real da língua e da história. Dessa forma, ele “atravessará a instância do imaginário para apreender, no funcionamento discursivo, o modo de constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2012b, p. 50). Nessa perspectiva, a passagem da organização para a ordem remete-nos a dois princípios, já discutidos na seção 2, que é a dispersão do sujeito e a não evidência dos sentidos; por isso, a necessidade de trabalhar com os gestos de interpretação, que já evidenciamos anteriormente.

Orlandi (2012b) nos direciona para os gestos de interpretação, que podem constituir um percurso para a análise, considerando a passagem da organização da língua para a ordem do discurso: “que relações de sentidos estão determinando a necessidade desses gestos de interpretação? Que formações discursivas estão aí em jogo? Mesmo sem o saber, por que o sujeito imprime esta e não aquela direção à argumentação? De que natureza são seus argumentos? (ORLANDI, 2012b, p. 51).

Ao trabalharmos o texto na perspectiva da AD, entendemo-lo na sua heterogeneidade quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos, da natureza das linguagens, das posições sujeito discursivo para, assim, trabalharmos essas diferenças em termos de FDs. E, nesse caso, buscamos entender que um texto não corresponde a apenas uma FD e que as FDs também são heterogêneas em relação a si mesmas (ORLANDI, 2012b). “Portanto, na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as FD em suas diferenças é elemento fundamental que constitui o que estamos chamando de historicidade do texto” (ORLANDI, 2012b).

Conforme Orlandi (2012b), são vários os procedimentos de análise – paráfrases, observação de diferentes enunciados de ocorrência, relação com diferentes discursos etc. – mas qualquer um deve considerar como ponto de partida a relação entre unidade e dispersão: o sentido sempre pode ser outro e o sujeito não tem o controle daquilo que está dizendo.

Dessa forma, tratamos da materialidade que selecionamos, considerando os seus processos de produção de sentidos: paráfrase e polissemia. Segundo Orlandi (2001), “essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente”. Paráfrase é aquilo que se mantém nos dizeres e polissemia é a ruptura dos sentidos. Logo, temos que tanto as constantes quanto as contradições existentes nos dizeres nos ajudam a identificar muito da situação e da posição ideológica dos sujeitos, uma vez que sem essas

transformações não haveria o movimento dos sentidos, nem a particularidade dos sujeitos (ORLANDI, 2001).

Orlandi (2001) nos diz ainda que nem os sujeitos, nem os sentidos, nem os discursos já estão prontos e acabados, estão sempre se fazendo, estão sempre em movimento na tensão entre paráfrase e polissemia. E essa incompletude é que condiciona a linguagem e cria os diferentes sentidos de um discurso. Ao afirmarmos que a presença da ideologia se dá através da interpretação dos sentidos, para a autora, tanto os sentidos quanto os sujeitos de um discurso dependem da sua posição ideológica, e ao mesmo tempo são constantemente influenciados pela linguagem e pela história em que se inserem.

Na terceira etapa da análise, de acordo com o proposto por Orlandi (2001, p. 77) a partir da proposta de Pêcheux (1975, 1990), ilustrado no Quadro 6, temos que:

feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é o que faz o texto significar, o texto ou os textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles - e outros que nem mesmo conhecemos - são parte. Sem esquecer que todo dizer, discursivamente, é o deslocamento nas redes de filiações (históricas) de sentidos (Pêcheux, 1983) (ORLANDI, 2012b, p. 61).

Diante do processo exposto, para chegarmos ao processo discursivo, selecionamos do texto do Caderno Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) algumas sequências discursivas (SDs) definidas por Mariani (1996), baseada em Courtine (1981, 2009), como “sequências lingüísticas nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso).” (MARIANI, 1998, p. 53).

Assim, em um primeiro momento, na subseção 5.2, apresentaremos a noção de denominações (MARIANI, 1996) e

demonstraremos a ocorrência das denominações mais generalistas sobre a velhice e sobre a mulher idosa, e analisaremos as SDs que foram recortadas, considerando as suas ocorrências. As SDs estão organizadas no Anexo 2⁶¹, em forma de quadro para melhor visualização, na sequência em que elas aparecem no texto.

5.1 Os processos de denominação do sujeito

Mariani (1996) trata da noção de denominação a partir de Frege e Ducrot, apontando nas teorias de ambos uma reflexão sobre a referência e a produção de sentidos. A autora, ao estudar as denominações utilizadas no *discurso sobre* o comunismo, questiona algumas ideias desses autores e nos coloca de que forma a AD define as “denominações” a partir de uma nova perspectiva para o referente, que toca a língua e a história.

Para Mariani (1996, p. 133), “De acordo com a AD, trata-se de pensar a referência em termos de uma teoria materialista dos processos de significação ‘linguajeiros’, daí a necessidade de discutir a natureza da relação entre linguagem e exterioridade”. Essa exterioridade é tratada pela história que se refere à relação de forças, produção de memória de sentidos produzidos em uma FD, enquanto interdiscurso (MARIANI, 1996).

Desta forma, para as análises do nosso *corpus*, as sequências discursivas (SD) foram descritas e analisadas considerando as nominalizações (efeito do pré-construído, conforme Pêcheux, 1988) e a sua articulação com os enunciados (com o emprego das orações apositivas e relativas). O efeito de pré-construído (e o efeito de sustentação, nas orações adjetivas) permite-nos falar da ocorrência anterior da constituição de um enunciado, estabilizando a significação coletiva no presente, reorganizando um domínio de memória do passado e projetando o que poderá vir (MARIANI, 1998).

⁶¹ Nesta seção, as SDs seguirão a mesma enumeração que consta no Quadro do anexo 2.

Mariani (1996, p.137-38) ressalta que “em AD busca-se analisar o processo de ‘construção discursiva dos referentes’ (ORLANDI, 1994), ou seja, o modo como discursos em relação pode produzir a ilusão de ‘objetividade’ e ‘evidência’ para uma realidade, como se um dado sentido já estivesse lá”.

Além do efeito de exterioridade, a referencialidade envolve mecanismos de substituição, construção de sinônimos e paráfrases determinados pelo interdiscurso. Tem a “capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões os pontos de estabilização de processos resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo tempo (MARIANI, 1998, p. 138).

Sendo assim, no Quadro 5, demonstramos a ocorrência das denominações mais generalistas sobre o envelhecimento que se referem às pessoas de modo geral (e apenas uma denominação relacionada ao sexo masculino), que traz o substantivo ou um conjunto parafrástico de sintagmas nominais, nos Textos Base (2000, 2003)⁶² e nos Cadernos das Marchas das Margaridas (2007, 2011, 2015), a saber: “envelhecer”, “envelhecimento”, “velhice”, “terceira idade”, “pessoas de terceira idade”, “população idosa”, “pessoas idosas”, “idosos(as)”, “dos(das) avós”.

⁶² Disponíveis em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/>>, links: “Marcha das Margaridas” – “Pauta das Marchas”.

Quadro 5- Ocorrência das denominações de cunho mais generalista nos diferentes Textos e/ou Cadernos das Marchas das Margaridas⁶³.

Ano das Marchas \ Denominações	Envelhecer	Envelhecimento	Velhice	Terceira idade	Pessoas da terceira idade	População idosa	Pessoas idosas	Idosos(as)	Dos(as) avós
2000 ⁶⁴	0	0	0	1	0	0	0	0	0
2003 ⁶⁵	0	0	1	0	0	0	1	0	0
2007 ⁶⁶	0	0	1	0	0	0	0	0	0
2011 ⁶⁷	0	0	0	2	0	0	0	0	0
2015 ⁶⁸	2	3	1	5	1	4	4	3	1

Fonte: Material empírico desta pesquisa.

Atentemo-nos mais especificamente para a ocorrência das denominações que se referem especificamente à mulher velha/envelhecida, condensadas em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, quais sejam: “mulheres que já envelheceram e seguem envelhecendo”, “idosas”, “mulher idosa”, “mulheres idosas”, “mulher idosa do

⁶³ Neste quadro não incluímos as denominações “homens idosos” que aparece uma vez na página 57 e avós (masc.), que aparece uma vez na página 62, do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

⁶⁴ Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406227923wpdm_Texto-Base-Marcha-2000.pdf>

⁶⁵ Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/TEXTO-BASE.pdf>>

⁶⁶ Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/CADERNO-de-Textos-CNMTR.pdf>>.

⁶⁷ Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Caderno-Marcha.pdf>>.

⁶⁸ Disponível em: <www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>.

campo, da floresta e das águas”, “mulheres rurais idosas”, “avós (fem.)”, apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6- Ocorrência das denominações de cunho mais específico sobre a mulher velha nos diferentes Textos e/ou Cadernos das Marchas das Margaridas.

Ano das Marchas \ Denominações	Mulheres que já envelheceram e seguem	Idosas	Mulher idosa	Mulheres idosas	Mulher idosa do campo, das florestas e das águas	Mulheres rurais idosas	Avós (fem.)
2000	0	0	0	0	0	0	0
2003	0	1	0	0	0	0	0
2007	1	1	0	0	0	0	0
2011	0	2	0	0	0	0	0
2015	0	6	3	4	1	1	1

Fonte: Material empírico desta pesquisa.

Os Quadros 5 e 6 demonstram a ocorrência, nos textos de apoio, ao longo dos 15 anos de realização da Marcha das Margaridas, das denominações sobre o envelhecimento e as mulheres velhas que vão se estabilizando, se significando e apagando possíveis outros sentidos, e “tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos, etc., existentes entre a formação discursiva dominante e as demais” (MARIANI, 1998, p. 138); e “materializam esse cruzamento de discursos no qual atuam os domínios da memória, da atualidade e da antecipação” (*idem*).

Sendo assim, concordamos com Mariani (1996) que para compreendermos os sentidos produzidos pelas denominações é preciso um empreendimento na compreensão do funcionamento das palavras e expressões que atuam como tal, desconstruindo as superfícies linguísticas e entendendo todo o movimento da história que produz sentidos nas FDs. É dessa forma que pretendemos

conduzir a análise das denominações e das SDs que aparecem no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015). Queremos também aludir à análise dos eixos da interseccionalidade nas SDs, que vão tomando forma nos efeitos de sentidos sobre a mulher/velha envelhecida do campo.

Assim, se temos a denominação “idososa”, por exemplo, precisamos compreender como ela vai ganhando sentido na história em função do seu emprego nas enunciações, que entra em concorrência com outras denominações, como aquelas trazidas no Quadro 6, entendendo o seu sentido móvel que se dá no acontecimento da enunciação. Ao mesmo tempo, vamos tomando a possibilidade da fuga de sentidos em denominações como “avós (fem.)”, que mostram outras regiões discursivas de sentidos.

Para compreender as denominações que constam nos Quadros 6 e 7, precisamos investigá-las considerando a sua historicidade na produção dos sentidos, conforme propõe Mariani (1996), e, por isso, precisamos entender as condições de produção nas quais se deram as mudanças dos termos que nomeavam as mulheres das Marchas das Margaridas.

Segundo Aguiar (2015), desde a década de 1980 havia a organização das *mulheres trabalhadoras rurais* que se associavam a outros movimentos, organizações e sindicatos para lutar pelos direitos das mulheres e também pela sua representação no movimento sindical. Como a Marcha das Margaridas sempre esteve associada à CONTAG, até a marcha de 2003, esse termo foi usado, ainda que não legitimado pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (que representa a CONTAG).

A partir da Marcha de 2003, a expressão “mulheres do campo e da floresta” reivindicada pelas mulheres extrativistas⁶⁹, que não se sentiam representadas pela denominação anterior,

⁶⁹ As mulheres da floresta são as trabalhadoras extrativistas que se referem às seringueiras, coletoras de castanha, açaí, cupuaçu, quebradeiras de coco babaçu, balateiras, piaçabeiras, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleo e plantas medicinais, entre outros. O berço do trabalho extrativista é o Estado do Acre, e depois algumas dessas atividades se expandiram para outros estados do país.

representadas pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), as seringueiras – através do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) – e o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), que compunham a Coordenação Ampliada da Marcha (AGUIAR, 2015) passou a ser utilizado na Marcha das Margaridas.

Na Marcha das Margaridas que aconteceu no ano de 2015, a expressão “mulheres do campo e das florestas” foi substituída por “mulheres do campo, das florestas e das águas”, que incluiu os grupos das mulheres que vivem das atividades dos rios e mares. Sabemos que os grupos que se incluem nessas categorias que representam as mulheres do campo, as mulheres da floresta e as mulheres das águas, travaram uma discussão política e acirrada para se fazerem incluir e para constituir essa mudança. Sendo assim, podemos compreender a “luta” intramovimento e a luta para o reconhecimento dos direitos básicos pelo Estado como um objeto paradoxal, conforme definido por Zoppi-Fontana (2005a), tomado na seção 2.2.

Percebemos também o ideal de completude como se em um único movimento social fosse possível abarcar “todas” as mulheres que são representadas e que constituem a Marcha.

Na constituição dos termos que nomeiam esses grupos de mulheres, entendemos que há um funcionamento da contradição no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015). Sendo que, no discurso, o objeto da AD, a língua, é abordada na sua relação com a história e, na concepção de Orlandi (1996)⁷⁰, o discurso é um objeto linguístico e histórico (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 45). Além disso, temos que considerar que toda interpretação tem origem nas lutas sociais, nas atividades materiais dos sujeitos, e isso faz do discurso um processo dinâmico e

⁷⁰ Referente à obra de: ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996, que na nossa pesquisa é utilizada na edição de 2012.

contraditório, pois está articulado à *práxis* social (SILVA SOBRINHO, 2011).

Como a polissemia da palavra discurso traz tensões para a AD, faz-se importante retomá-la como filiada a uma posição teórica marxista que a articula à luta de classes e que traz os efeitos dessa luta nas práticas linguísticas (SILVA SOBRINHO, 2007).

O discurso é prática efetivamente determinada pelas relações históricas e não por uma reprodução aleatória de dizeres já-ditos (esquecidos-lembrados- esquecidos), mas uma produção especificamente humana, de sujeitos produtores e produzidos nas e pelas próprias práticas sócio-históricas em condições determinadas de reprodução/transformação das relações sociais de produção (SILVA SOBRINHO, 2011, p. 23).

Conforme Silva Sobrinho (2011, p. 27), “é das contradições sócio-históricas que brota a natureza conservadora e/ou revolucionária/transformadora de todo discurso”. As contradições do discurso somente aparecem quando articulamos o dizer com suas condições de produção. Deste movimento resulta o seu real, o caráter material do sentido (SILVA SOBRINHO, 2011).

Se a preocupação da AD é compreender o mecanismo de produção de sentidos, entende-se que a língua, também vinculada às práticas sociais, materializa o discurso e está sempre sujeita à falha, à incompletude e à opacidade (SILVA SOBRINHO, 2007).

Para compreendermos a materialidade do discurso, é preciso lançarmos mão dos conceitos de intradiscurso e interdiscurso que, no seu intercruzamento, mostra que “a produção de sentidos é dependente das relações interdiscursivas, e não propriedade da língua”, tornando os sentidos “atravessados por contradições, encobrimentos, pois são constituídos por discursos que expressam conflitos sociais e também retroagem sobre eles” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 45).

Esta condição se expressa na análise realizada por Pêcheux (1978, 2015) em “As massas populares são um objeto inanimado?”,

no qual o autor se propõe, a partir de uma experiência prática, determinar:

como as palavras, expressões, enunciados funcionavam em cada um dos corpora, com referentes ideológicos e políticos diferentes e eventualmente antagônicos: enfim, eram as características ‘semânticas’ e ‘argumentativas’ dos dois corpora que sobretudo [o] interessava. (PÊCHEUX, 1978, 2015, p. 255).

A partir do exposto no texto, resumidamente, podemos retomar alguns pontos, considerados por Silva Sobrinho (2017)⁷¹, trazendo para o debate Pêcheux (1998)⁷²: 1- a política interfere na linguagem e vice-versa; 2- todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes; 3- o funcionamento da instância ideológica dever ser concebido como ‘determinado em última instância’ pela instância econômica; 4- “o sentido (...) é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas, isto é, reproduzidas; 5- o sentido tem caráter histórico; 6- toda formação social (capitalista) tem controle sobre a interpretação.

Diante dos textos produzidos na experiência realizada por Pêcheux (1978, 2015), esse autor concluiu que: 1- havia uma dominação da direita sobre o discurso da esquerda; não havia a leitura objetiva de um texto político; 2- a semântica universal era incapaz de fixar o que dever ser entendido por planejamento, mudança política, reforma radical, ação governamental; 3- as contradições da luta de classes atravessaram e organizaram o discurso sem nunca serem claramente resolvidas; 4- o pensamento burguês oscilava na concepção de sociedade (coisa/agente animado); 5- ambiguidade política sintetizada pelo par

⁷¹ Palestra realizada na UFF para a disciplina Análise de Discurso em janeiro de 2017.

⁷² O autor refere-se à obra de PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. Na nossa pesquisa, utilizamos a mesma obra, porém, sua edição é datada de (1975, 1995).

economismo/humanismo era particularmente visível nos efeitos que produz em um texto.

Para finalizar, Pêcheux (1978, 2015) afirma:

No terreno da linguagem, a luta de classes é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história. Essa luta continua hoje como uma luta revolucionária incessante contra o estágio final do capitalismo (PÊCHEUX, 1978, 2015, p. 273).

É assim que entendemos a disputa pelos sentidos dentro do movimento das mulheres nas Marchas que se expressa no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) e que, como já afirmou Silva Sobrinho (2007), não é um mero esquecer-lembrar-esquecer, por isso, retorna a denominação de “mulheres rurais idosas” (CONTAG, 2015, p. 48), na SD 11, em disputa de sentidos com “mulher idosa do campo, das florestas e das águas” (CONTAG, 2015, p. 14), na SD 6, a seguir:

SD11: (...) No Brasil, a feminização da velhice fortalece a importância da extensão da seguridade social às trabalhadoras rurais, no entanto, as **mulheres rurais idosas** ainda **necessitam de políticas sociais** que tratem problemas **como abandono familiar e maus-tratos, com violência física, psicológica e social.** (...) (CONTAG, 2015, p. 48).

SD6: Diante dessa realidade, a Marcha das Margaridas cumpre um importante papel de trazer para o centro do debate as **especificidades da mulher idosa do campo, das florestas e das águas**, destacando os vários tipos de **conflitos vivenciados** por essas mulheres, e trazendo um olhar mais apurado para as suas **necessidades** e sua **forma de se relacionar com os outros** (CONTAG, 2015, p. 14).

Na SD 6, a denominação “mulher idosa do campo, das florestas e das águas” traz, ainda, uma contradição ao ser enunciada no singular “mulher idosa”, que torna homogêneos e estáveis os diferentes tipos de mulheres, suas ocupações e relações com os espaços e a natureza “dos campos, das florestas e das

águas”, apagando as especificidades e também a luta de reconhecimento das peculiaridades das “mulheres idosas dos campos”, das “mulheres idosas das florestas” e das “mulheres idosas das águas”, que desenvolvem relações de trabalho e afeto para com a natureza. Mulheres essas que são também negras, brancas, pardas, indígenas, pobres, hétero ou homossexuais, ou que têm outra sexualidade ainda silenciada, dentre tantas outras possibilidades de interseccionar os eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade.

A palavra “campo” também se apresenta no singular e torna homogêneos e estáveis os sentidos que não permitem abarcar todos os tipos de campos e os diferentes modos com as suas populações vivem neles, tais como povos indígenas, quilombolas, populações agroextrativistas (seringueiros, castanheiros) associados à agricultura ou à pecuária (faxinais, sertanejos, caipiras, sitiantes, campeiros, fundo de pasto, vaqueiros).

Queremos ressaltar que o discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) traz a denominação “mulher idosa do campo, das florestas e das águas” uma única vez, portanto, não há uma regularidade que, *a priori*, poderia constituir uma tomada de posição sujeito, ou seja, a contraidentificação ou a desidentificação em relação à forma-sujeito.

Na contraidentificação não há espaço para a plena identificação do sujeito do discurso e os saberes que emanam da forma-sujeito, constituindo, assim, o mau sujeito, a partir de um acontecimento enunciativo. Há uma relação tensa no interior da FD, na qual os saberes convivem de forma conflitante e tensa em relação à sua forma-sujeito e, no seu afrontamento, surge uma nova posição-sujeito (INDUSRKY (2008), lendo PÊCHEUX (1975, 1995)).

Já a desidentificação pode ocorrer de dois modos: a desidentificação do sujeito do discurso de uma forma-sujeito e sua identificação com uma outra forma-sujeito já existente. Isso se dá na condição do acontecimento discursivo, na qual há uma ruptura e o surgimento da nova forma-sujeito, novo domínio do saber, nova

FD e novo sujeito histórico, condição essa em que os saberes são excludentes (*idem*).

Observamos que o enunciado que acompanha a denominação de “mulher idosa do campo, das florestas e das águas” não nos permite compreender sobre as suas especificidades, os seus conflitos, as suas necessidades e a sua forma de se relacionar com os outros que ao mesmo tempo que anuncia o que pode ser. Ele dispersa os sentidos no seu “não dizer” sobre as especificidades, o que confirma que não podemos afirmar que há uma nova tomada de posição-sujeito no discurso.

5.2 As denominações e seus enunciados

Vamos agora compreender a construção das orações apositivas e relativas no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), uma vez que as nominalizações e a sua articulação com o enunciado estabiliza significações, reorganiza um domínio de memória e projeta o que virá no futuro.

Trazemos a seguir, as denominações e seus enunciados que recortamos do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), considerando as regularidades que são reunidas em conjuntos de identificação e explicação dos termos sobre a velhice e as mulheres velhas/envelhecidas do campo.

Como já trouxemos anteriormente alguns estudos que tratam da velhice e do (não) trabalho e das considerações sobre como o discurso do capitalismo interpela as mulheres, em geral, conforme demonstramos na seção 3, recortamos as SDs 13 e 20, nas quais observamos o funcionamento da contradição:

SD13- Outro aspecto importante a destacar diz respeito à discriminação sexual contra a mulher idosa. A sociedade considera a sexualidade da mulher idosa como inexistente ou desnecessária, mas acha normal que homens idosos usem Viagra e estejam sempre em busca de uma mulher mais jovem. Para as mulheres idosas,

continua reservado o lugar de cuidadora da família, dos(as) filhos(as) e netos(as). (CONTAG, 2015, p. 57-58).

SD 20: **Para nós, mulheres, falar de saúde é falar do cuidar de si e também do cuidar da saúde dos(as) outros(as), uma responsabilidade que, para as mulheres, começa bem cedo e continua por toda nossa vida. Cuidamos dos(as) filhos(as), dos(as) irmãos(ãs) mais novos(as), dos(as) avós, depois da mãe e do pai, do(a) companheiro(a), dos(as) netos(as), e, às vezes, dos(as) primos(as), dos(as) tios(as), das noras e dos genros também. Ajudamos a cuidar até da família das vizinhas. Somos responsáveis por organizar remédios caseiros, compartilhar dicas e receitas de cura. Mantemos as vacinas das crianças e dos(as) idosos(as) em dia, levamos os familiares ao médico, ajudamos na recuperação de cirurgias. Até dormimos nos hospitais quando é preciso.** (CONTAG, 2015, p. 71).

Na SD 13, temos uma crítica construída pelo discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) ao discurso defendido pela sociedade em relação ao “lugar” da mulher apenas como cuidadora das famílias, dos(as) filhos(as) e netos(as), produzindo efeitos de sentidos da maternidade, do cuidado, do zelo, atribuídos a elas. Esse discurso ignora as suas expressões de sexualidade e o desejo sexual, e, especialmente, ao se tratar da mulher velha, temos ainda uma memória construída de que, na velhice, as mulheres são assexuadas ou não possuem desejos sexuais e o que lhes resta é “cuidar”, apagando inclusive, esse ato como um trabalho.

Na SD 20, temos o encaminhamento para efeitos de sentidos diferentes em relação à SD 13, na qual o discurso das mulheres sobre as mulheres, produzido no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), (re)assume para si o discurso patriarcal que diz do seu “lugar” como cuidadora e do seu trabalho considerado como ajuda à família.

Na SD20, o enunciador se coloca no discurso utilizando a primeira pessoa do plural, assumindo para si a responsabilidade pelo que vai enunciar. Observa-se a naturalização do papel da

mulher advinda do patriarcado em relação ao ato de cuidar marcado no discurso, como podemos observar, a partir de “uma responsabilidade que, para as mulheres”, “começa bem cedo e continua por toda a nossa vida”, “cuidamos”, “ajudamos a cuidar”, “responsáveis por organizar remédios caseiros”, “compartilhar dicas e receitas de cura”. “Mantemos as vacinas das crianças e dos(as) idosos(as) em dia”, “levamos os familiares ao médico”, “ajudamos na recuperação de cirurgias”.

As tarefas elencadas estão relacionadas apenas às mulheres e fazem parte de uma lista de atividades ligadas ao cuidado e ao âmbito mais restrito da casa, na perspectiva de trazer a memória discursiva do trabalho da mulher e cerceá-la ao âmbito doméstico, proporcionando a perpetuação das suas funções para favorecer o capitalismo (MAGALHÃES, 2017).

Na SD 20, os(as) idosos(as) estão numa relação em que a sua posição é de passividade, de alguém que sofre a ação de ser cuidado por outrem, tais como as crianças. Compreendemos a partir dessa SD que os(as) velhos(as) são apagados na sua condição de trabalhadores. Mais uma vez, há um discurso do patriarcado que nega a atividade da mulher como sendo fundamental para o capitalismo, e, queremos frisar, inclusive, o trabalho da avó, que pode ser cuidada em alguns aspectos e continuar produzindo bens e serviços de outras formas.

É interessante notarmos que o trabalho da mulher no campo não aparece nas SDs 13 e 20, e sabemos que as mulheres trabalham até a velhice em atividades diversas no ambiente da roça que é um espaço comunitário. Na seção 3, apontamos os trabalhos de Magalhães e outros (2009, 2010a, 2011, 2012), que trazem os trabalhos realizados por mulheres discursivizados como sendo uma “ajuda” aos homens (pais, maridos, irmãos, filhos).

Essa condição se marca no discurso e nos remete à primeira mudança no conceito de formação discursiva que desloca gradativamente o foco da unidade da formação para seus interstícios, a interdiscursividade, já que, segundo Pêcheux (1975, 1995), é

(...) próprio de toda formação discursiva dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 162).

O interdiscurso é o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 162), portanto, é aquilo que está na diferença entre elas, que se situa em seus pontos de troca, de relação. A configuração do todo complexo com dominante é o interdiscurso e as suas regras determinam as formações discursivas que derivam das condições de produção (PÊCHEUX, 1975, 1995).

Ao mesmo tempo, é através das formações ideológicas (e, especificamente, do interdiscurso) que se realiza o funcionamento da Ideologia em geral, interpelando indivíduos em sujeitos. O interdiscurso constitui aquilo que determina o sujeito do seu discurso, fornecendo “‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 162).

A partir do interdiscurso, a memória do dizer, o que foi dito “antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, 1990, p. 162), esse dizer do “lugar” da mulher retorna no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) sem necessidade de explicação, provocando um efeito de estagnação e de não luta dessa mulher para ocupar outros “espaços”, que lhes confere outras funções e estabiliza o sentido de não trabalho relacionado ao ato de cuidar.

Em relação às demais SDs, temos, nas orações elencadas a seguir, três eixos que marcam no fio do discurso (intradiscurso) os efeitos de sentidos sobre as mulheres velhas/ envelhecidas do campo: **1. O eixo marcado pelo par “jovens/idosas; 2. O eixo marcado por “mulheres lésbicas, jovens e idosas”; e, 3. O eixo**

marcado por “beleza e juventude”. Nota-se, nelas, o efeito do urbano no discurso do campo.

No eixo 1, marcado pelo par “jovens/idosas”, temos as seguintes SDs:

SD1: Afirmamos que esse não é o verdadeiro retrato do mundo rural, que engloba o campo, a floresta e as águas: o rural é rico de conhecimentos, de produção, de belezas, de vidas. Lá vivem e trabalham muitas pessoas, com diferentes identidades: **jovens, idosas, mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, quebradeiras de coco, assentadas da reforma agrária, assalariadas rurais, agricultoras familiares, camponesas**. (CONTAG, 2015, p. 9-10).

SD8: A agroecologia como um modo de produzir, relacionar-se e viver na agricultura implica **relações respeitadas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens, idosas e destes(as) com a natureza**. Isso significa respeito à diversidade de tradições, culturas, saberes, bem como proteção à sociobiodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns (CONTAG, 2015, p. 11-12).

SD18: Gerofobia é o termo que se usa para descrever os preconceitos e estereótipos em relação às pessoas idosas, **com base unicamente em sua idade**. (CONTAG, 2015, p. 63).

Nas SDs 1 e 8, o par jovens/idosas se refere aos substantivos “pessoas” e “identidades”, e aponta para efeitos de sentidos que implicam pensar a partir do imaginário do que são “jovens” e “idosas”, referindo-se a fases diferentes do processo evolutivo da vida. Na SD18, há novamente o funcionamento da contradição quando, no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), há uma crítica ao discurso que enfatiza a gerofobia. A SD 18 aponta para efeitos de sentido reducionista ao trazer a questão da idade para denominar as pessoas idosas, condição bastante enfatizada nos discursos da biologia, da medicina, do direito (lembramos que os documentos e os direitos dos idosos são inicialmente definidos

pela condição de que ser idoso é ter idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos) (BRASIL, 2003⁷³).

Notamos que ambos os termos, jovens e idosas, não dialogam com o substantivo “mulheres”. Na SD1, por se tratar do termo associado a pessoas, podemos inferir que se trata de pessoas idosas (masc. e fem.), diferentemente da SD8, que parecia homens e mulheres, jovens e idosas (fem.), excluindo a proposta de pensar que o homem também envelhece, ou seja, não há a masculinização⁷⁴ da velhice.

Tal condição ocorre também na SD23, que aparece no final do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), em um questionário:

SD23: Quantas pessoas participaram das atividades? _

Quantos homens participaram? _____ E

quantas mulheres? _____

Dessas mulheres, quantas participantes eram sócias do sindicato? .

Das mulheres participantes, quantas eram jovens? _

Quantas eram idosas? _____

Quantas eram assalariadas? _

_____ (CONTAG, 2015, p. 82).

Na SD23, a expressão “das mulheres participantes” está segmentada em “jovens”, “idosas” e “assalariadas”, diferentemente do substantivo “homens”, que generaliza todos os homens. Dessa forma, podemos inferir que no discurso sobre o homem, não há marcas quanto à diferença da juventude e da velhice, assim como ocorre no discurso produzido sobre a mulher, perpetuando a discriminação quanto à velhice da mulher e a

⁷³ BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <planalto.gov.br>.

⁷⁴ Termo utilizado em relação à feminilização da velhice, nas SDs 6 e 11.

negação da velhice do homem, reforçados pela mídia de forma geral ao fazer o apelo aos processos de rejuvenescimento da mulher e à valorização da velhice do homem.

Com relação à territorialidade, na SD1, temos os efeitos de sentidos que não apontam para uma relação entre as idosas e as mulheres que têm as relações com a terra, a água e a floresta: “indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, quebradeiras de coco, assentadas da reforma agrária, assalariadas rurais, agricultoras familiares, camponesas”. Tal relação é anunciada, na SD8, com o termo “natureza”, mas ela não se efetiva na seleção dos substantivos: tradições, culturas, saberes, sociobiodiversidade, patrimônio genético e bens comuns.

No eixo 2, cujas marcas no discurso trazem as “mulheres lésbicas, jovens e idosas”, temos as SDs abaixo:

SD16: É preciso considerar que entre nós, mulheres, também existem desigualdades, entre rurais e urbanas; negras, indígenas e brancas; **discriminações em relação a mulheres lésbicas, jovens e idosas.** É preciso reconhecer que o protagonismo deve ser daquelas que vivenciam as opressões no combate a todas as formas de exclusão e desigualdade. (CONTAG, 2015, p. 63).

SD 22: Pensar a participação das mulheres apenas considerando os espaços de poder, tal qual existem hoje, restringe o alcance da mudança que desejamos. Trata-se de democratizar o Brasil, tarefa na qual as mulheres têm muito a contribuir, a partir dos horizontes utópicos do feminismo e da política. E para que se faça um país realmente democrático, há que se romper com as desigualdades e as discriminações vivenciadas pelas mulheres, **em particular pelas mulheres negras, indígenas, do campo e da floresta, trabalhadoras domésticas, lésbicas, com deficiência, jovens e idosas.** (CONTAG, 2015, p. 78).

Na SD16, temos:

Desigualdades→**entre** rurais e urbanas; negras, indígenas e brancas; Discriminações →**em relação a** mulheres lésbicas, jovens e idosas.

Na SD 22, temos:

Desigualdades e discriminações **vivenciadas pelas** → em particular, pelas mulheres negras, indígenas, do campo e da floresta, trabalhadoras domésticas, lésbicas, com deficiência, jovens e idosas.

Os efeitos de sentidos se diferem quando, no discurso, temos o termo “desigualdades” apontando para possibilidades de vantagens diferentes que favorecem um ou outro, e pelo uso da preposição “entre”, que assinala uma relação entre as categorias. Ou seja, ao considerarmos o sujeito da oração, “entre nós, mulheres”, compreendermos que as desigualdades se dão entre elas, numa ideia de favorecimento das mulheres urbanas e brancas.

Por outro lado, o termo “discriminação” produz efeitos de sentidos relacionados com afastamento, segregação, marginalização, que se conjuga com a expressão “em relação a”, que produz efeitos de sentido de comparação entre as condições que se referem à sexualidade e à idade. Entre nós, mulheres (sujeito da oração) estabelece uma referência “em relação a mulheres lésbicas, jovens e idosas”. Ou seja, inferimos que as mulheres heterossexuais discriminam as mulheres lésbicas, e as mulheres jovens discriminam as mulheres idosas.

Na SD 22, o sujeito indeterminado aponta para outros sentidos dos termos “desigualdade” e “discriminações”, associadas pela conjunção aditiva *e*, trazendo um efeito de universalização da questão (um país realmente democrático) juntamente com uma condição (e **para que se faça** um país realmente democrático, **há que se romper** com as desigualdades e as discriminações vivenciadas pelas mulheres).

Ainda considerando a SD 22, temos uma antecipação dos editores do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015)

particularizando os grupos de mulheres que sofrem desigualdades e discriminações: as negras e indígenas (étnico-racial), do campo e da floresta (territorialidade e relação com a natureza), trabalhadoras domésticas (territorialidade: campo ou cidade), lésbicas (sexualidade), com deficiência (condição física ou psíquica), jovens e idosas (par de oposição constituído pelo imaginário do que é ser jovem e ser idosa).

No aspecto étnico-racial, o discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) anuncia a desigualdade e a discriminação em relação às mulheres negras e indígenas que trazem o “já dito” dos sofrimentos impostos pela escravidão e pela colonização. Em relação à territorialidade e à natureza, ainda que os termos “campo” e “floresta” não deem conta das especificidades⁷⁵, há um apagamento da relação das mulheres das águas que pertencem aos grupos dos povos ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros e marisqueiros.

Em relação à sexualidade, a referência apenas às mulheres lésbicas produz um apagamento de outras possibilidades do ser feminino. Daí, apreendemos que, no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), temos apenas duas formas de manifestação da sexualidade que são a heterossexualidade e a homossexualidade.

Vamos agora encaminhar nossas análises para a construção de outro efeito de sentido que abre caminho para o terceiro eixo, que chamamos de **eixo da beleza e da juventude**, a partir do recorte das SDs 14 e 17 do Caderno da Marcha das Margaridas (2015) e de uma SD do Caderno da Marcha das Margaridas (2011)⁷⁶. Vejamos:

⁷⁵ Populações agroextrativistas (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu), grupos associados a ecossistemas específicos (pantaneiros, catingueiros vazanteiros, geraizeiros, chapadeiros) e grupos associados à agricultura ou à pecuária (faxinais, sertanejos, caipiras, sitiantes campeiros, fundo de pasto, vaqueiros), dentre outros.

⁷⁶ Como os sentidos são sustentados ao longo do tempo, trazer a SD do material da

SD14: O padrão de beleza e a ideia de saúde da mulher disseminados pela mídia revelam a mercantilização do corpo feminino, para o qual há um amplo mercado de produtos, desde a juventude até a terceira idade, abrangendo a maternidade e os ciclos da mulher, como a menstruação, o climatério (fase de transição do período reprodutivo fértil para o não fértil, quando a menstruação vai diminuindo e as mulheres sentem, por exemplo, ondas de calor e alteração de humor) e a menopausa (CONTAG, 2015, p. 58).

SD do Caderno da Marcha das Margaridas (2011): “135. As discriminações ao corpo e à sexualidade das mulheres, em grande parte resultam de desinformação e expressam tabus ainda vigentes na sociedade. **O padrão de beleza e saúde da mulher, disseminado pela mídia, revela a mercantilização do corpo das mulheres e para o qual há um amplo mercado de produtos desde a juventude à terceira idade**, abrangendo a maternidade e os ciclos da mulher, como a menstruação, o climatério e a menopausa” (CONTAG, 2011, p. 37)⁷⁷.

SD17: Envelhecer nessa sociedade que cultua a juventude e a beleza, no entanto, também é algo **extremamente desafiador para as mulheres**.

Conforme já dissemos na introdução desta seção, temos, no discurso sobre a velhice, sentidos que são produzidos em direção ao culto da juventude e da beleza e que nos remetem à memória da busca incessante pela eternização de um corpo perfeito. As duas categorias são exploradas pela mídia e no discurso urbano, criando mecanismos que favorecem o capitalismo, uma vez que as mulheres no seu processo de envelhecimento, para driblarem as rugas, os cabelos brancos, a flacidez da pele, dentre outros marcadores do

Marcha das Margaridas de 2011, juntamente com o nosso *corpus* de análise, do ano de 2015, possibilitou-nos compreender repetições e deslizamentos, conforme demonstrado.

⁷⁷ Fonte da SD: Caderno de Textos Marcha das Margaridas (2011) - Marcha das Margaridas 2011 – margaridas na luta por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, no Eixo V – Educação não sexista, sexualidade e violência.

envelhecimento, tornam-se consumidoras e consumistas de produtos e serviços diversos que fazem mover a máquina do capital, produzindo efeitos de ilusão da eterna idade jovial.

Destacamos que há, para nós, uma diferença entre um discurso produzido sobre os padrões de beleza vigentes que circulam na sociedade e as atitudes que as mulheres têm para se embelezar no seu cotidiano, que diz de uma expressão do modo de “ser” feminino. Ou seja, entendemos que todas as mulheres são interpeladas, em alguma medida, pelo discurso da beleza que aparece no discurso urbano, e a forma como cada uma irá se apropriar desse discurso irá individualizá-la. Entretanto, somos tentadas a acreditar que mais do que a beleza e a juventude, na maioria das vezes, a mulher do campo prioriza a força para o trabalho e a sua saúde.

Observamos, ainda, que apesar de anunciar a “ideia de saúde” com a conjunção aditiva (*e*) ao “padrão de beleza”, esse efeito de sentido sobre a ideia de saúde fica apagado, pois a “mercantilização do corpo feminino” se refere ao próprio corpo com o sentido de comercializável e consumidor de produtos. Os efeitos de sentido sobre a “ideia da saúde”, em especial, da saúde da mulher velha, não se sustentam na oração, uma vez que as marcas do discurso que revelam os efeitos de sentidos para a função reprodutiva da mulher nas palavras “maternidade”, “ciclos da mulher”, “menstruação”, “climatério” e “menopausa” não englobam a mulher velha pela sua impossibilidade de reproduzir filhos, como o defende e valoriza o capitalismo; e, ainda, reduz ao não incluir, por exemplo, o cuidado com as mamas, dentre outras propostas.

Considerando a SD do Caderno da Marcha das Margaridas (2011) e a SD 14, notamos a produção de efeitos metafóricos no deslizamento de sentidos, conforme mostrado a seguir:

SD do Caderno da Marcha das Margaridas (2011): “(...) O padrão de beleza e saúde da mulher, disseminado pela mídia, revela a mercantilização do **corpo das mulheres** e para o qual há um amplo

mercado de produtos desde a juventude à terceira idade (...). (CONTAG, 2011, p. 37).

SD14: O padrão de beleza e a ideia de saúde da mulher disseminados pela mídia revelam a mercantilização do **corpo feminino**, para o qual há um amplo mercado de produtos, desde a juventude até a terceira idade (...)

corpo **das mulheres**

↓

corpo **feminino**

Para Pêcheux (1969, 1990, p. 96), o “efeito metafórico [é] o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre x e y é constitutivo do “sentido” designado por x e y”. Na nossa análise, o termo “das mulheres” produz um efeito de sentido que retoma o binômio mulheres e homens, e reduz a compreensão da sexualidade a partir dessa perspectiva. Já o termo “feminino”, ainda que ressoe o termo anterior, possibilita outros efeitos de sentidos que colocam em destaque o feminino na direção das teorias feministas, pós-feministas, interseccionais e de identidade de gênero, e retoma, a nosso ver, os desafios de pensar o gênero enquanto representação, como propôs De Laurentis (1994), ao desafiar a reflexão da forma como ele é tratado pelos/nos aparelhos ideológicos do Estado.

Entender que o corpo feminino pode (ou não) ser o corpo de uma mulher transcende a discussão que se inaugura no discurso urbano e desafia a sua apropriação também pelos sujeitos do campo. Afinal, pensar tal condição para a juventude já nos é proporcionado pelos meios de comunicação; entretanto, pensar um corpo feminino transexual ou transgênero já é um exercício caro para toda a população, haja vista as marcas do tradicionalismo e do discurso médico/biológico que domina as explicações do que é e de quem é ou não normal. E pensar essa condição para uma pessoa

velha do campo marca o discurso dos gêneros e das sexualidades, que é ausente no cotidiano dos sujeitos do campo.

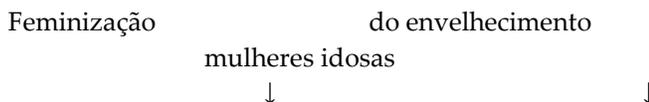
Nesse mesmo sentido, apresentamos as SDs 5 e 11:

SD5: No entanto, o que mais chama a atenção é a **feminização do envelhecimento**. O processo social de envelhecer tem um forte componente de gênero. As mulheres idosas estão vivendo mais que os homens. Há maior proporção de viúvas do que em qualquer outra faixa etária. (CONTAG, 2015, p. 14).

SD11: No Brasil, a **feminização da velhice** fortalece a importância da extensão da seguridade social às trabalhadoras rurais, no entanto, as mulheres rurais idosas ainda necessitam de políticas sociais que tratem problemas como abandono familiar e maus-tratos, com violência física, psicológica e sexual. Incidir sobre essa problemática torna-se fundamental em um país cuja longevidade média é de 74,8 anos, e mais de 23 milhões têm mais de 63 anos (IBGE/2013). (CONTAG, 2015, p. 48).

Nas SDs 5 e 11, o termo “feminização” produz efeitos de sentidos em direção à ação de tornar feminino o envelhecimento e a velhice, que se diverge da condição da “mulherização” e que significa aumento do número de mulheres. Sendo assim, o que seria essa feminização? A velhice não é feminina? É possível envelhecer feminina? Por que é preciso feminizar?

No efeito metafórico produzido pelo deslizamento de “envelhecimento” (processo) das mulheres idosas (generalizando todas elas) para “velhice” (fase da evolução da vida) para as mulheres rurais idosas (somente as que moram no campo), temos a produção de efeitos de sentidos da diferença de envelhecer feminina na cidade e no campo, cujos pilares estão na divisão de classes, assumido no termo “trabalhadoras” ao se tratar da mulher rural idosa, conforme esquema a seguir:





Nessa análise, relembramos Silva Sobrinho (2014) na sua afirmação de que as condições históricas podem produzir efeitos de sentidos diferentes ou até mesmo antagônicos para uma forma linguística. Assim, ao tratar do termo feminização para as mulheres idosas, trazemos o envelhecimento enquanto processo, o que permite inclusive o seu retardamento ou disfarce, como já tratamos anteriormente. Porém, o termo “feminização” para mulheres rurais traz a velhice enquanto fase já instaurada, com as marcas já definidas do “ser” velha.

Ao observar o uso da denominação “velhice”, que aparece uma única vez no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), conforme já demonstrado no Quadro 6, nessa SD 11 nos atentamos para outra denominação que disputa sentidos com essa, a saber: “terceira idade”. Vejamos as SDs:

SD2: No Brasil, um número significativo de **pessoas da terceira idade** continua vivendo na área rural. Contudo, a transição demográfica está ocorrendo rapidamente. Esses dados e projeções trazem para o centro do debate no MSTTR brasileiro a importância da ampliação das políticas públicas, a preocupação com o **envelhecimento** no campo e os impactos da sucessão rural, já que as estatísticas mostram um significativo êxodo da juventude no meio rural (CONTAG, 2015, p. 14).

SD4: Alguns aspectos devem ser considerados ao pensar políticas para a **terceira idade**, entre eles: aumento do número de **pessoas idosas** vivendo sozinhas (mais de 6,7 milhões), sendo 40% mulheres; importante contribuição da renda das **pessoas idosas** para compor a renda familiar em 53% dos domicílios; mais **idosos(as)** vivendo nas cidades: 21 milhões em áreas urbanas, 3,8 milhões na área rural; diminuição da parcela **da população idosa** vivendo em pobreza extrema; a maioria da **população idosa** é ativa (na área rural, 84,9% continuam trabalhando mesmo depois de aposentados); elevado

percentual de **peessoas idosas** analfabetas, sobretudo no campo. (CONTAG, 2015, p. 14).

SD13: (...) Outro aspecto muito citado são os casos de HIV em homens e mulheres, em função do não uso de preservativos nas relações sexuais na **terceira idade**. Geralmente, as mulheres denunciam que, com o uso do Viagra, os maridos passaram a ter relações sexuais fora do casamento, mas que não se previnem e acabam contaminando-as. (CONTAG, 2015, p. 57-58).

SD14: O padrão de beleza e a ideia de saúde da mulher disseminados pela mídia revelam a mercantilização do corpo feminino, para o qual há um amplo mercado de produtos, desde a juventude até a **terceira idade (...)** (CONTAG, 2015, p. 57-58).

SD15: 3) Como vocês avaliam as políticas de educação do campo? Elas garantem o acesso das mulheres e suas necessidades, das meninas, das jovens e da **terceira idade**? O que é preciso melhorar? Quais as suas sugestões? (CONTAG, 2015, p. 57- 59).

SD 21: (...) **Na terceira idade**, para mulheres com mais de 64 anos e que nunca realizaram o exame preventivo, deve-se realizar dois exames com intervalo de um a três anos. (...) (CONTAG, 2015, p. 73-74).

O deslizamento metafórico que se dá das denominações velhice para terceira idade, a substituição da denominação “velhas” por “idosas”, não permitindo a diferenciação entre os sujeitos, no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), está constituído, em primeiro lugar, pelas condições de produção do discurso que já apontamos desde os primórdios da história, a partir de Peixoto (2007) e Silva Sobrinho (2007), considerando inclusive que as paráfrases dependem das condições de produção do discurso e da interpretação, ou seja, da FD (HENRY, 1975, 1990). Em segundo lugar, pela disputa dos sentidos das palavras no interior da FD que denominamos de FD urbana e, em terceiro lugar, pelo silenciamento da velhice do campo.

Orlandi (2007) nos traz uma teorização sobre o estatuto explicativo do silêncio a partir da AD, diferenciando-o do implícito e da sua relação com a parte sonora da linguagem. Para a autora, o silêncio possui os seus próprios modos de significar, ele não deriva dos sentidos das palavras. Sendo assim, ele está em diferente campo teórico-analítico do implícito e não é transparente e, ainda, deve ser considerado na relação significativa som/sentido.

O silêncio, na AD pode assumir duas formas: o silêncio fundador e o silenciamento, que se refere à política do silêncio. Por sua vez, a política do silêncio possui duas formas de existência: o silêncio constitutivo e o silêncio local, e a diferença entre eles está na condição de que o silêncio fundador significa em(por) si mesmo, enquanto a política do silêncio produz um corte entre o que se diz e o que não se diz (ORLANDI, 2007).

Desta forma, compreendemos que ao utilizar a denominação “terceira idade” e não “velhice”, temos instaurada a política do silêncio, funcionando da seguinte forma:

se diz “x” para (não) deixar dizer “y”, este sendo o sentido a se destacar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer (ORLANDI, 2007, p. 73-4).

Entendemos que esse mesmo processo de silenciamento acontece com as denominações “idosas” e “velhas” no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), uma vez que o discurso urbano e as mídias utilizam as palavras “terceira idade” e “idosas” na tentativa de produzir efeitos de sentidos diferentes das denominações “velhice” e “velhas”, trazendo consigo as ideias de que a terceira idade é uma fase boa de se viver, apagando sentidos de cunho negativo que porventura se colocam

para o termo velhice e que poderiam inaugurar uma outra FD na referida materialidade.

Uma outra reflexão se faz presente ao tratar do funcionamento do silêncio na análise da interseccionalidade dos eixos sexualidades, raça, classe social e territorialidade, entendendo, assim como Ferrari (2017, p. 232), que “o silêncio é constitutivo da memória”. A memória individual e coletiva pode ser compartilhada pelas sociedades. A autora parte das reflexões sobre o silêncio na teoria de Orlandi (1997, 2007) e Zoppi-Fontana (2011) para falar dos silêncios dos quilombolas e do silêncio da Dona Amélia, no qual:

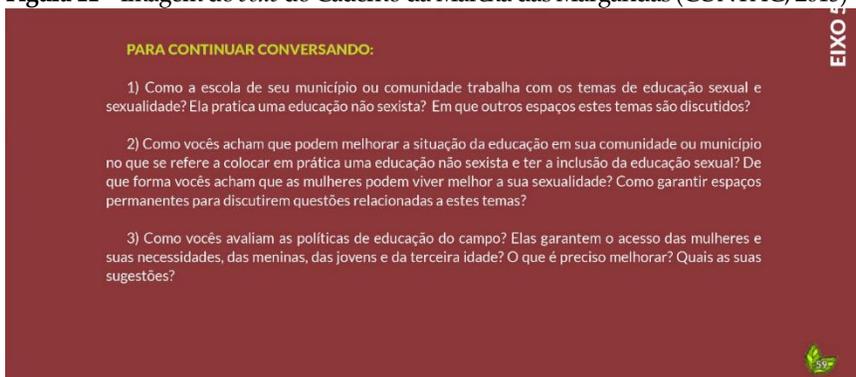
ele não é fundador, ele não é constitutivo nem se relaciona com a censura. Ele é a própria impossibilidade do dizer. O sujeito está em outro lugar, um lugar. O silêncio de D. Amélia é o silêncio do sofrimento, mas do sofrimento em um grau no qual não é possível simbolizar. Um silêncio que engole o sujeito ou um silêncio no qual o sujeito se perde, some, engolido por ele. Amélia, interpelada pela história, pelas questões de gênero, latifundiárias e de classe, sofre profundamente ao ponto de não poder dizer e adotar o silêncio como modo de significação (FERRARI, 2017, p. 244).

Esse silêncio que se constitui na impossibilidade do *dizer da* Dona Amélia, que aparece no meio das palavras da sua entrevista, é ausente nas SDs verbais do discurso sobre as mulheres velhas/envelhecidas do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), o que nos leva inclusive a refletir acerca da proposta dessa materialidade enquanto político-educativa e a função dos *boxes* no texto.

Segundo Baalbaki (2010, p. 154), os *boxes* “são a parte do artigo em que o divulgador introduz ilustrações, gráficos, comentários com diagramação diferenciada do restante do texto; (...) o *boxe* é um mecanismo de organização textual da dispersão do discurso e dos sujeitos”. Observamos no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2018) que, ao final de cada eixo temático, temos um *boxe* com o mesmo título, “Para continuar conversando”, constituído por 3

ou 4 perguntas referentes ao assunto do eixo. Apenas um *boxe* traz uma questão relacionada à terceira idade, SD 15 (vide Figura 11), entretanto, não sabemos como a próxima edição do Caderno da Marcha das Margaridas de 2019 trará as reflexões que ele suscita.

Figura 11 – Imagem do *boxe* do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015)



Fonte: Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015, p. 59).

Baalbaki (2010), baseada em Nunes (2001, p. 38), nos alerta para o fato de que o funcionamento dos *boxes* produz “um desligamento da linearidade do texto” e apresenta “propriedades enunciativas específicas”. Sendo assim, temos o chamamento do divulgador para o leitor, a fim de que esse participe de um diálogo, expondo as suas reflexões acerca do tema tratado.

Na SD 15, de forma mais pontual, observamos o silenciamento da denominação “velhas”, quando temos a formulação: “Elas garantem o acesso das mulheres e suas necessidades, das meninas, das jovens e da **terceira idade?**” Ainda, observamos o apagamento das mulheres adultas, que podem não ser jovens, mas também não são velhas.

5.3 Um destaque para as denominações “Mães” e “Avós”

Na SD9, temos o comparecimento uma única vez das denominações “mães” e “avós” (fem.), que mobilizam outros

efeitos de sentidos, diferentes de “idosas”, “mulher idosa”, “mulheres idosas”, mulher idosa do campo, da floresta e das águas” e “mulheres rurais idosas”, apesar de não se tratar da inscrição do sujeito em outra posição discursiva, pois não identificamos as possibilidades de contraidentificação e desidentificação com a formação discursiva que chamaremos de FD urbana, como explicaremos posteriormente. Vejamos:

SD9: As mulheres vêm construindo historicamente a agroecologia, assim como suas mães e avós a praticavam, mesmo sem conhecer esse nome. Mas foi a **resistência delas que garantiu a existência de diversidade de sementes e práticas** que hoje **permitem que estejamos aqui e que de outra forma teriam se perdido** pela difusão da revolução verde. (...) (CONTAG, 2015, p. 24-5).

As denominações “mães” e “avós” (fem.) produzem um efeito de sentido de ancestralidade, que traz à tona a memória de construção, de resistência, de tradição, de aprendizagens baseadas em uma prática no campo e de permanência nesse espaço, que passa ensinamentos de geração para geração, garantindo o envolvimento da família no trabalho agrícola, que é a marca da agricultura familiar e da agroecologia. Esse discurso filia-se ao campo de saber do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), uma vez que se trata do discurso da agroecologia e da agricultura familiar.

O nome “agroecologia”, por sua vez, nos remete ao reconhecimento do trabalho das mulheres e, nesse *corpus*, nos atentamos para as marcas no discurso “construindo historicamente”, “resistência delas”, “garantiu a existência”, “hoje permite que estejamos aqui”, que constitui as ações da mulher velha/envelhecida do campo e que – acrescida dos papéis basilares do patriarcado de avós e mães – se mostra ativa na possibilidade de construção de outros modos de (sobre)viver no campo.

Podemos afirmar que essa SD retoma o que tratamos na subseção 3.2 no que diz respeito à noção de movimento na sociedade

(ORLANDI, 2014) e à proposta de refletir sobre a noção de resistência (MODESTO, 2016) para as mulheres, avós e mães, de várias idades, sexualidades, raças, etnias, pobres, *do campo* e *no campo*.

Esse movimento na sociedade nos fala de mulheres, invisibilizadas, reconhecidas apenas pela sua “ajuda” aos homens no campo e que ocupa outros lugares, lá mesmo, no campo, trazendo novos sentidos para a sua constituição como sujeito (e, acreditamos, na possibilidade de sujeito do discurso, em materialidades outras), nos quais há a sua participação ativa no trabalho no campo, na sociedade e na história.

Entretanto, Modesto (2016) nos atenta para o fato de que a intenção de resistir não implica uma desidentificação do sujeito, nem garante a efetivação da resistência. No *corpus* em análise, vemos os diversos embates que acontecem na contradição que envolve a luta de classes, porém, nesse caso, a resistência produz transformações como a possibilidade de visibilidade e invisibilidade através da ocupação de espaços pelas mulheres do campo a partir do seu trabalho, da expressão das suas necessidades, da luta pelos seus direitos, da ocupação do “fora da casa” no campo e “fora da casa” na cidade, mas não produz a ruptura com o discurso hegemônico do capitalismo, garantindo a identificação do sujeito discursivo com esse discurso.

5.4 Retomando as questões para as análises (I)

No início desta seção trouxemos duas questões que constituem os nossos gestos de análise. A primeira delas diz respeito à posição sujeito no discurso e a segunda trata da interseccionalidade sexualidade, classe social, raça e territorialidade no discurso produzido sobre a mulher velha/envelhecida do campo. Pudemos observar que o discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), ao tratar da mulher velha do campo, filia-se a uma FD urbana que define diretrizes para o “ser” mulher velha/envelhecida, conforme as análises que apresentamos nesta seção.

A análise da materialidade verbal, que nos permitiu tomar as denominações mais generalistas e mais específicas sobre a velhice e as mulheres velhas, mostrou que as condições de produção do discurso que retoma a origem dos termos e os analisa, atravessando a opacidade da língua para cada materialidade, demonstrou que temos a posição sujeito mulher velha/envelhecida urbana no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) que vai sendo confirmada nos fios do discurso e nos eixos de análise que depreendemos na nossa leitura.

Gostaríamos, ainda, de tecer alguns comentários sobre o efeito sujeito leitor urbano que se marca na produção do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015). Como já apresentamos na subseção 3.2.1, em relação aos objetivos dessa marcha e à constituição desse material, podemos observar que ele é produzido para circular em diferentes espaços e para diversos públicos que se identificam com as causas do movimento, sejam mulheres (e homens) dos campos, das florestas e das águas, bem como para um público do espaço urbano, incluindo as autoridades em Brasília que podem assumir o compromisso de construção de políticas públicas que considerem as suas necessidades.

Essa filiação a uma posição sujeito urbana pode se dar em função da busca de uma identificação dos sujeitos da cidade com as necessidades das mulheres da Marcha, porém, ao fazê-lo, o discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) apaga os sentidos do envelhe(S)er que não se dá nesse espaço.

Temos, então, configurada, a necessidade de uma projeção do efeito-leitor referente aquele que está na cidade e que, possivelmente, lerá um material produzido por uma confederação também de representação urbana, com dizeres na maioria das vezes urbanos, e que, ao mesmo tempo, precisa fazer essa projeção para interpelar o efeito-leitor para quem ela pretende falar, uma vez que a mulher da cidade não sabe como vive a mulher do campo, buscando-se, assim, um espelhamento, uma antecipação que envolve o “fora do campo” na cidade, ou seja, estar na cidade também requer falar para a cidade.

Em tempo, queremos ressaltar que a própria denominação “idosa(s)” inaugura por si mesma a condição de urbanidade e de apagamento de velhices, como já apontamos na seção 3, a partir dos estudos de Peixoto (2007) e Silva Sobrinho (2007). Essa denominação se conjuga com outras, como “terceira idade”, que possui uma ocorrência no texto e que pode produzir efeitos de sentidos diversos. Entretanto, a análise das apositivas e das relativas nos permitiram confirmar que não há uma reapropriação e uma ressignificação dessas para um outro discurso que não o urbano.

A possibilidade da contraidentificação do sujeito no discurso poderia se dar com a denominação “avós”, porém, como ela não é uma denominação recorrente ao longo do texto, entendemos que ela aponta para outros efeitos de sentidos na direção da mulher do campo, mas não constitui uma nova posição sujeito do discurso.

Com relação à segunda questão, observamos que a intersecção dos eixos se faz presente nas SDs recortadas de forma reducionista. A sexualidade é polarizada entre hétero e homossexualidade, apagando as demais formas de expressão das sexualidades, como a bissexualidade e os demais tipos de identidade de gênero. Observamos o apagamento da condição da pobreza e dificuldades dessas mulheres velhas/envelhecidas dos campos, das florestas e das águas que não têm voz e que são pouco faladas no discurso produzido no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

Vimos nesta seção 5 o funcionamento e a circulação do discurso produzido sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo a partir da materialidade verbal. Na seção 6, analisaremos a materialidade imagética, compreendendo a sua produção de efeitos de sentidos no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

6. AS IMAGENS DO ENVELHE(S)ER

Na seção 5 analisamos as sequências discursivas recortadas do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), nas quais os termos mais generalistas sobre a velhice e sobre as mulheres velhas comparecem atrelados aos discursos urbano e patriarcal. Anteriormente, na seção 4, realizamos a análise das imagens das capas das revistas Globo Rural e Agriculturas, que constituíram o *corpus* auxiliar, considerando os efeitos de sentidos produzidos pelo “fora da casa” no campo, para dar sustentação às análises que realizaremos no *corpus* principal, nesta seção.

Como já é sabido, o *corpus* principal desta pesquisa também é constituído pelas imagens que compõem o Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), considerando os efeitos de sentidos produzidos pelo “fora da casa” na cidade para a constituição do sujeito discursivo mulheres velhas/envelhecidas do campo.

Sendo assim, interessa-nos saber se o *corpus* constituído pelas imagens produz os mesmos efeitos de sentidos que obtivemos nas análises do discurso verbal que o Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) apresenta sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo e do discurso imagético das capas das revistas.

Antes, porém, de nos dedicarmos às análises do *corpus* principal, queremos trazer algumas considerações teóricas sobre as imagens na AD e sobre o nosso desafio na seleção das imagens, no que se refere à definição de quais imagens tratavam de mulheres velhas/envelhecidas.

6.1 As imagens na AD e o desafio da seleção de imagens

Na AD, as imagens não são consideradas como adição ao verbal (ORLANDI, 2010,

p. 11) e o discurso também se materializa em imagens (SILVA SOBRINHO, 2016, p. 180). Tais colocações nos apontam para direções de interpretações que podem ser verificadas a partir de pesquisas de alguns autores que têm produzido importantes pesquisas para a execução dessa tarefa, dentre eles, Courtine (2013, 2016), Orlandi (1984, 2001), Lagazzi (2007, 2015a, b) e Souza (2001), que trouxeram propostas de análises de imagens sob o referencial da AD.

Em relação às imagens, Pêcheux (1969, 1990) já apontava para a necessidade de compreender o funcionamento dos gestos no nível simbólico. Conforme disse o autor:

Existe, por um lado um sistema de signos não-linguísticos tais como, no caso do discurso parlamentar, os aplausos, o riso, o tumulto, os assobios, os ‘movimentos diversos’, que tornam possíveis as intervenções indiretas do auditório sobre o orador; esses comportamentos são na maior parte das vezes, *gestos* (atos no nível simbólico) mas podem transbordar para intervenções físicas diretas; infelizmente, faz falta uma teoria *do gesto como ato simbólico* no estado atual da teoria do significante, o que deixa muitos problemas sem solução (...) (PÊCHEUX, 1969, 1990, p. 78).

Entendemos, a partir dessa citação, que os gestos no nível simbólico devem ser considerados pelo analista do discurso e, portanto, como a materialidade significante que considera imagens, vídeos, fotografias, dentre outros como possibilidade de análise na AD. Afirmo Pêcheux (1983, 1999, p. 55) que “a questão da imagem encontra assim a análise do discurso por um outro viés: não mais a imagem legível, na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda (...)”.

Para Orlandi (2010), a imagem pode ser considerada um texto que constitui um objeto simbólico, significante, diverso, e que produz efeitos de sentidos específicos a sua forma e sua materialidade. Nos termos da autora: “(...) há uma abertura do simbólico e as diferentes linguagens, as diferentes materialidades significantes atestam esta

abertura pelas suas distintas formas de significar, produzindo seus efeitos particulares” (ORLANDI, 2010, p. 11).

Silva Sobrinho (2016) nos alerta para o fato de as imagens estarem atreladas às condições de produção:

(...) como todo discurso, as imagens têm condições de produção. Elas, ainda que dispersas, têm seus pés fincados nas relações sócio-históricas, pois, assim como a língua se inscreve na história para significar, as imagens também se inscrevem enquanto efeito e trabalho, nas práticas sociais e vão historicizando sentidos, uma vez que sua produção e seus movimentos vão igualmente constituindo memória e esquecimento (SILVA SOBRINHO, 2016, p. 181).

Para o autor, a imagem deve ser tomada em sua opacidade e incompletude. Além disso, ela é atravessada pelos já-ditos produzidos por outras imagens que circulam nas práticas sociais. Por isso, as imagens, como realização de discursos e produção de sentidos, devem ser entendidas: 1. enquanto discurso; 2. em seu caráter sócio-histórico; 3. devem ser tomadas em sua formulação como acontecimento imagético discursivo; 4. devem compreender que o sujeito produtor da imagem também é interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente (SILVA SOBRINHO, 2016).

O primeiro desafio que nos foi colocado diante da escolha das imagens, considerando as capas das revistas e as imagens do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), foi o fato de tentar responder como o nosso olhar constitui o que é a mulher velha/envelhecida, já que não se tratava de uma evidência visual e, tampouco, de um consenso intersubjetivo mínimo (cf. PÊCHEUX, 1995), no qual funciona o teatro da consciência (ERNST-PEREIRA; QUEVEDO, 2014), ou seja, se assim o fosse, critérios como idade, rugas no rosto, cabelos brancos, mãos envelhecidas, postura corporal recurvada, corpo resistente, tipos de trajes – relacionados à dura vida e à sobrevivência no campo – bastariam para definir essa mulher.

Nessa perspectiva, Ernst-Pereira e Quevedo (2014) trabalham com a diferença entre as noções de imagem e materialidade visual.

Para os autores, a imagem pode ser concreta, empírica e objeto de trocas sociais ou pode ser aquela produzida pelo nosso olhar, que é produto de um trabalho discursivo de leitura a partir de um objeto discursivo.

A proposta dos autores refere-se a compreender a imagem como um gesto de leitura sobreposta à imagem concreta, que pressupõe considerar que “a imagem deve ser atravessada em sua opacidade historicizad(or)a. Precisa ser analisada em seu trajeto de leitura na memória em que se estabelece para aquela imagem-texto a condição do legível (visível) em relação ao próprio legível (visível)” (ERNST-PEREIRA; QUEVEDO, 2014, p. 15). Deve considerar também que o nosso olhar discursivo de analistas constitui o objeto de análise afetado pela memória discursiva e pela formação imaginária enquanto pesquisadoras urbanas sobre a mulher velha/envelhecida do campo.

Sendo assim, para Ernst-Pereira e Quevedo (2014, p. 16) “a imagem se nos apresenta sob o efeito de completude, de fechamento, de coerência, de transparência, de inequivocidade, etc.”, e por isso, segundo os autores, é preciso realizar a leitura da imagem enquanto (sobre)determinada pela formação discursiva a partir da qual o sujeito histórico a produz.

Quevedo (2012) propõe o gesto de “reparar” como gesto de análise que se refere a um metaolhar que interroga o próprio olhar e restaura o processo discursivo de constituição de sujeito e sentido. O reparar é então definido como:

Reparar ou metainterpretar envolve uma operação de desmontagem do texto e de desacomodação do jogo administrado, proposto, de (in)visibilidades. É nesse sentido que o trabalho de leitura do funcionamento de pistas analíticas como a do excesso se nos revelam produtivas, visto que constituem rastros da decalagem gerada pela superposição nunca plenamente coincidente entre discurso e texto e entre imagem e imagem empírica (ERNST-PEREIRA; QUEVEDO, 2014, p. 15).

Diante da tomada de posição do repara(dor), nos colocamos à desmontagem das imagens nos indagando o que se repete e o que não se repete nelas. Mais ainda: consideramos os diferentes, a interseccionalidade dos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade, para selecioná-las.

Queremos, nessa primeira visada sobre a imagem, chamar a atenção para a *escolha* das fotografias que compõem as materialidades da pesquisa. Na visão de Mariani (1999), ao refletirmos sobre a necessidade de questionar o caráter óbvio da fotografia, que constitui “uma metáfora produtiva para começar a discutir a relação *modos de ler o mundo pelo jornalismo/modos de ler o jornal pelo pesquisador*” (MARIANI, 1999, p. 103, grifos da autora), podemos observar que esse material não capta o real e que os limites da reconfiguração são dados pela história.

Sendo assim, a fotografia representa sentidos, pois “evoca, presentifica e ressignifica fragmentos de um movimento histórico” (MARIANI, 1999, p. 104). Assim como na fotografia, “os acontecimentos diários, tal [sic] como são cronologicamente fixados pela imprensa, também organizam sentidos do amplo processo de organização política e cultural de uma sociedade” (MARIANI, 1999, p. 105).

Considerando que o ato de observação da foto é um modo de significá-la e entendendo que o observador da foto é um sujeito-leitor, entende-se que o modo de ler o discurso jornalístico implica o trabalho com a multiplicidade e a dispersão de sentidos que percorrem tanto o texto como o leitor, e necessita de um campo teórico que considere a relação entre linguagem e história para se trabalhar com os processos de produção de sentidos (MARIANI, 1999). É nessa direção que trouxemos a análise das imagens das capas das revistas e da capa, da contracapa e do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), como veremos a seguir.

6.2 A capa e a contracapa

Para acessar o Caderno da Marcha das Margaridas, basta acessar o *site*⁷⁸ da CONTAG, no *link* 'Mobilizações', o ícone "2ª Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade e Idosos(as)". No mesmo *site* e *link* encontram-se as informações sobre a Marcha. Ao acessá-lo, à direita da tela, temos no *link* "Caderno de Textos" o acesso aos três Cadernos de Textos para Estudos e Debates: Marcha das Margaridas (2007, 2011 e 2015), conforme a Figura 12.

Figura 12 – Imagens da tela do computador do *site* da CONTAG e o *link* de acesso aos Cadernos de Textos.

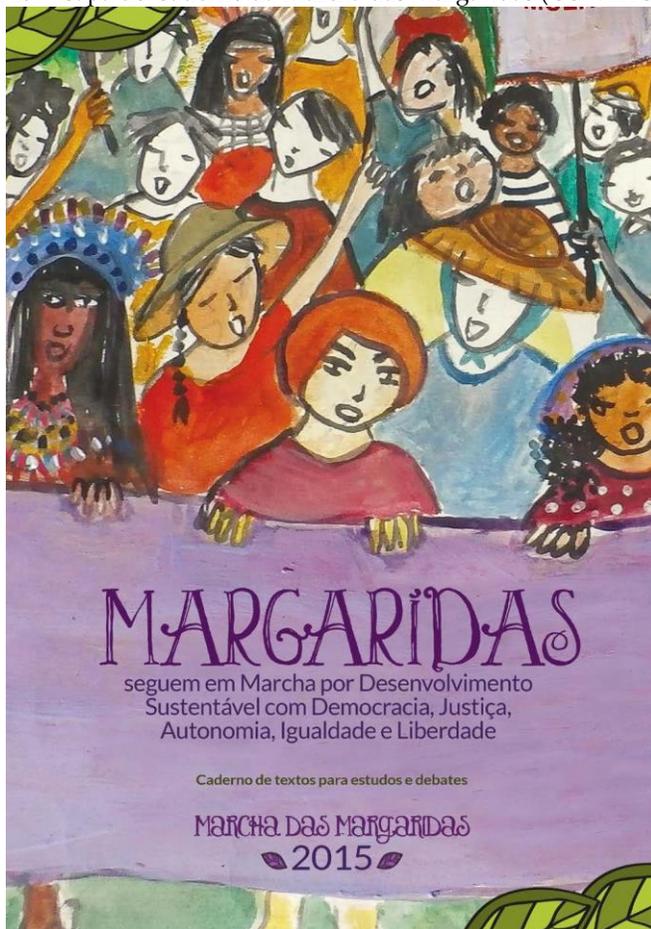


Fonte: Disponível em: <[http://www.contag.org.br/index.php? modulo=portal &acao=interna&codpag=402&dc=1&nw=1](http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=402&dc=1&nw=1)>.

Ao clicarmos no *link* "Caderno de Textos – 5ª Marcha das Margaridas", acessamos, na íntegra, o Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), cuja capa e contracapa do referido material estão ilustradas nas Figuras 12 e 13.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>>.

Figura 13 – Capa do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015)



Fonte: Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f24537_contag_livreto_marcha_2015_210x297_final-1.pdf>.

Este material, que tem uma circulação ampla, via *internet*, assume uma proposta educativa e política, marcada nas palavras “estudo” e “debates”, produzindo um discurso sobre a luta dos direitos das pessoas do campo organizadas em torno da agricultura familiar e da agroecologia, que o tomam como material para os encontros locais antes da realização da Marcha das Margaridas (2015).

Os editores do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) produzem uma imagem de defensores das causas

das pessoas que vivem no/do campo que precisam lutar por direitos marcados por um discurso sindicalizado e composto de diversos outros discursos de diferentes ONGs e movimentos de mulheres e feministas. Temos, então, o efeito de cumplicidade que ocorre da identificação do sujeito, na função-autor com o sujeito leitor ao longo de todo o texto desse material.

Para Pêcheux (1975, 1995), esse modo de funcionamento pode ser explicado da seguinte forma:

(...) uma espécie de *cumplicidade* entre o locutor e aquele a quem ele se dirige, como condição de existência de um *sentido* da frase. Essa cumplicidade supõe de fato, uma *identificação do locutor*, isto é, a possibilidade de pensar o que ele pensa em seu lugar (PÊCHEUX, 1975, 1995, p. 111, grifos do autor).

Nessa identificação do locutor com as pessoas a quem ele se dirige convergindo nas mesmas causas, temos sua função tomada como porta-voz. Sendo assim, o discurso produzido é dependente de uma formação ideológica cujos enunciados se filiam a uma formação discursiva dada e conclamam aqueles que se identificam e lutam por causas diversas⁷⁹ para a rua.

Na capa, temos em caixa alta a denominação MARGARIDAS, como se chamam as mulheres do movimento. Como a denominação encontra-se no plural, entendemos que se faz menção às diferentes mulheres que constituem e são constituídas na/pela Marcha. Mas, uma vez que a capa não está no plano geral, os desenhos não dão conta de englobar a vastidão de mulheres que estão sendo representadas nesse termo.

Chama-nos a atenção o fato de termos uma capa cuja imagem não é de mulheres, como nas capas das revistas que trouxemos anteriormente, e sim, de desenhos que representam as mulheres. Entretanto, ao observarmos as personagens desenhadas, não temos a representação da mulher velha, assim

⁷⁹ A Marcha das Margaridas assume outras questões em torno de mulheres urbanas que se identificam com algumas causas do movimento.

como a reconhecemos em suas condições físicas como cabelos brancos, rugas, encurvamento dos ombros, aumento da gordura abdominal, caracterização essa que remete novamente ao conceito formação imaginária de Pêcheux (1969, 1990), uma vez que o editor(es) supõe(m) que as mulheres se identificarão com alguma mulher desenhada na capa. Em contrapartida, notamos que em alguns desenhos podemos observar diferentes cores de pele, de regionalidades, de juventude de corpos em luta por seus direitos marcados na faixa em lilás: MARGARIDAS seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade.

A capa do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) (Figura 13) é um recorte (marcado em cor preta) da imagem da contracapa (Figura 14) a seguir, que, vista no plano geral, à frente, temos um traçado mais próximo da imagem de mulheres, diferentemente dos traços do meio para o fundo, cujo efeito visual é ampliar os traços e nos dar a impressão de adesão de uma maior diversidade de mulheres ao movimento.

Figura 14 – Contracapa do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015)



Fonte: Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f24537_contag_livreto_marcha_2015_210x297_final-1.pdf>.

Além da imagem, temos a faixa em lilás à frente dos desenhos identificando a Marcha das Margaridas 2015 em letras bordadas, que se repete na faixa no meio da capa. Entre ambas se encontra a bandeira com a logomarca da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), envolta pelo símbolo do feminino (Vênus), trazida em destaque na Figura 15:

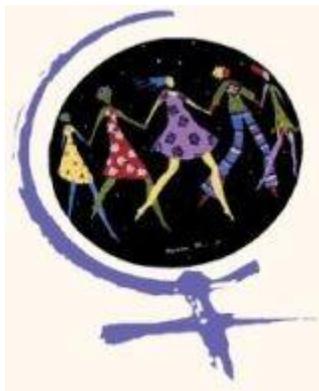
Figura 15 – Logomarca da Marcha das Margaridas



Fonte: http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=57

Para Aguiar (2015), a Marcha de 2003 apresenta um movimento de diferenciação da Marcha Mundial das Mulheres, entretanto, ainda guarda marcas textuais (em relatórios) e na própria bandeira que remete à memória desse evento maior. Na Figura 16 temos a logomarca da Marcha Mundial das Mulheres:

Figura 16 – Logomarca da Marcha Mundial das Mulheres



Fonte: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>

Observamos que nas duas logomarcas temos marcado o feminino, com os efeitos de sentidos dos símbolos que a biologia utiliza para designar “mulheres”, e no seu interior, na logo da Marcha das Margaridas, temos o símbolo da flor “margarida”, simbolizando as mulheres e em menção a Margarida Alves, com folhas que se encontram, mas não se entrelaçam, tendo as cores da terra e do sol marcantes que nos remetem ao trabalho no campo. Diferentemente, na logo da Marcha Mundial das Mulheres temos a representação de mulheres de cores e modos de vestir diferentes, produzindo efeitos de diversidade e união, marcados no enlace das mãos e das pernas com menção ao movimento de caminhada. O fundo preto dessa logo nos remete a efeitos de sentidos de luto, perdas, dificuldades por que passam todas as mulheres, atribuídos aos já-ditos nos discursos de elaboração de perdas.

Chama-nos ainda a atenção a semelhança dessa capa do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) com a foto do lançamento da Marcha Mundial das Mulheres, no Brasil, que traz as mulheres marchando, com a faixa de identificação da Marcha nesse país, na linha de frente, e outras mulheres segurando bandeiras e faixas com dizeres de lutas políticas, conforme a Figura 17:

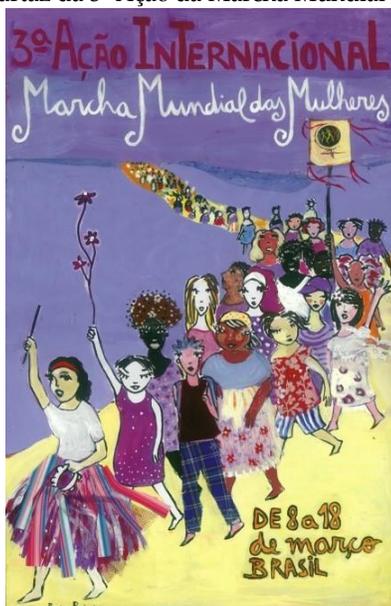
Figura 17: Imagem da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil



Fonte: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>

Em extensão, apontamos ainda a semelhança da contracapa do Caderno da Marcha das Margaridas com um dos cartazes da Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, conforme Figura 18, que traz as mulheres em marcha, com seus corpos representados por desenhos, demonstrando uma maior diversidade de mulheres e o efeito de amplitude do movimento ao final do desenho.

Figura 18 – Cartaz da 3ª Ação da Marcha Mundial das Mulheres



Fonte: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>.

Diante dessas semelhanças que nos trazem a memória do já dito da Marcha das Mundial das Mulheres, que se marcam na Marcha das Margaridas, voltamos o nosso foco para a análise da capa e contracapa do Caderno.

Temos, na contracapa do Caderno, bandeiras seguradas pelas mulheres que trazem palavras que representam alguns eixos e direitos da mulher: “FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”, “REFORMA POLÍTICA”, “PARIDADE”, “DEMOCRACIA”, “EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA”, “TERRA, ÁGUA E

AGROECOLOGIA". As bandeiras marcam com a escrita em letra de forma, em caixa alta, que chama a atenção do interlocutor. As letras são marcadas por diferentes cores e estão em negrito. Em contraste, temos a segunda faixa com o enunciado "Marcha das Margaridas", no meio da imagem, escrita em letra cursiva, cujas letras produzem efeitos de sentidos de pertencimento em função da produção manual das próprias participantes da Marcha. A cor lilás marca a escrita das letras e o fundo da faixa, o que também é presente na faixa à frente, na qual se misturam letras maiúsculas e minúsculas em um traçado bordado, produzindo o mesmo efeito de pertencimento, ainda que diferentemente da faixa do meio.

Baalbaki (2018) considera, na análise das regularidades das faixas da passeata organizada pelo "Movimento Surdo em favor da Educação e da Cultura Surda", que o traço e o formato da letra também podem ser considerados um elemento simbólico na construção do coletivo, e questiona se a partir do traço da letra há um apagamento de um gesto de autoria singular para construir um "coletivo". Sendo assim, na capa do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), temos as faixas com letras bastão que antecipam esse efeito de sentido de apagamento da autoria das próprias mulheres e as faixas com as letras cursivas que apontam para esse efeito de autoria dessas mulheres. Essa autoria se dá mediada pelas mãos, ou seja, o significante é significado com as mãos, logo, o corpo está implicado na produção do significante.

O traçado manual vai além das marcas na escrita e nos remete às mãos que seguram as faixas, visivelmente marcadas na faixa da frente e que levantam bandeiras, cartazes e bastões. Mãos que aparecem com punhos cerrados para o alto, retomando uma memória discursiva construída socialmente de sentidos de resistência; mãos para o alto com ou sem bastões; mãos que possuem suas funções na Marcha.

Nas imagens nos interessa, especificamente, o comparecimento das mãos, tomadas enquanto traços do imaginário do corpo das mulheres velhas/envelhecidas do campo, assim como o fez Lunkes (2014), baseada em Courtine e Vigarello

(2008), para analisar os traços do imaginário do sujeito deprimido, considerando, a saber, os olhos, as mãos, a boca e os braços, que ao se repetirem no modo como se inscrevem e como inscrevem o corpo discursivo, atuam na cristalização de sentidos para o sujeito melancólico.

Observamos, assim, que na capa e na contracapa do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), os efeitos de sentidos de luta são mobilizados a partir do corpo discursivo, nos gestos que se inscrevem em uma memória de intensidade e de adesão à luta. As mãos, por exemplo, retomam a memória construída em função do seu posicionamento, seja segurando cartazes, seja com os punhos cerrados levantadas para o alto, produzindo efeitos de sentidos de luta, resistência e protestos, em que elas comparecem na sua regularidade, posicionadas do centro do corpo em direção à cabeça.

Em outra perspectiva, os efeitos de sentidos produzidos para as mãos das imagens das mulheres que aparecem nas capas das revistas Globo Rural e Agriculturas mobilizam a memória da maternidade, do trabalho braçal, e estão posicionadas do centro do corpo em direção aos pés, seja na sua visibilidade ou não, como nas Figuras 5 e 9 das capas da revista Agriculturas.

Desta forma, na subseção 6.2 vamos analisar as imagens das mulheres velhas/envelhecidas que constituem o interior do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), considerando os efeitos de sentidos no “fora da casa” na cidade a partir da compreensão dos processos de repetição e deslocamentos produzidos nessas imagens.

6.3 As imagens do interior do material

Antes de adentrarmos as análises das imagens, temos que considerar algumas particularidades da materialidade imagética: 1. a não referência, na própria materialidade, dos direitos autorais das fotos, nos impediu de citar os seus créditos autorais, e, quando o fizemos, retiramos de outras fontes a informação de sua origem.

Entretanto, sabemos, pelas informações do próprio Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), que elas estão em acervos da CONTAG, da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Articulação Nacional de Agroecologia, da Marcha Mundial das Mulheres, do Projeto Dom Helder Câmara, ESPLAR⁸⁰ e deles foram selecionadas para compor o material; 2. que as fotos se referem às imagens das Marchas e de outros eventos anteriores ao ano de 2015; e, sendo assim, quando nos foi possível, identificamos o ano e/ou evento ao qual elas se referem; 3. algumas fotos não publicadas no Cadernos da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) foram trazidas juntamente com as imagens que selecionamos para compor a análise.

Para a análise das imagens que faremos nesta seção, consideraremos as imagens do *corpus* auxiliar analisadas na seção 4, na intenção de compreendermos os efeitos de sentidos produzidos no “fora da casa” no campo para o “fora da casa” na cidade a partir da compreensão dos processos de repetição e deslocamentos produzidos nas imagens. Sendo assim, diante dessa proposta, partimos de alguns recortes:

1. das marcas que mostram o efeito de uniformidade do movimento, tais como chapéus, bonés, camisas, logomarca, dentre outros;

2. dos dizeres das faixas, bandeiras e cartazes que circulam nesse acontecimento e da imagem das mãos da mulher velha/envelhecida do campo.

As perguntas que nos orientaram desde o início desta pesquisa – que se referem à posição sujeito no discurso e à interseccionalidade das categorias idade, sexualidade, raça, classe social e territorialidade – persistem para a busca da compreensão da constituição dos efeitos de sentidos, e são tomadas nas subseções que seguem.

⁸⁰ ESPLAR: ONG do Ceará que desenvolve atividades em agroecologia e agricultura familiar.

6.3.1 Do efeito de uniformidade das marchas

Para a realização das análises das marcas de uniformidade e dos dizeres das faixas, bandeiras e cartazes da Marcha das Margaridas, tomamos como referencial teórico alguns autores que dialogam com/a partir da AD francesa, como Nunes (2013) e Baalbaki (2018).

Nunes (2013) nos apresenta os diferentes sentidos de “marcha” para diferentes manifestações de rua e, posteriormente, analisa os sentidos de “marcha” no *corpus* da Marcha da Maconha, a partir da sequência do texto de abertura no *site* do movimento. Em seguida, o autor analisa os deslocamentos que se dão no processo entre a escrita digital e a escrita do acontecimento, considerando os dizeres dos *sites* e como os cartazes comparecem nas marchas desde a sua forma, cor, traçados, até os dizeres que eles fazem circular na sociedade. Sobre essa última proposta, Nunes (*idem*) propõe uma análise em duas partes: a) das marcas linguísticas do *corpus* de cartazes, que produzem certos efeitos de sentidos; b) a divisão do *corpus* em séries de acordo com regularidades para compreender os discursos ligados a representações coletivas mais amplas e movimentos sociais específicos, e o modo como a sociedade comparece representada nesses discursos.

Baalbaki (2018) se propôs a compreender a resignificação do Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda e realizou uma análise a partir de autores como Nunes (2013), tomando como *corpus* as notícias sobre a passeata organizada por esse movimento e os relatos dos surdos publicados em uma edição da revista da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). A autora partiu do histórico do movimento social surdo para analisar as materialidades linguísticas e a realização de performances e exposições de características lúdicas presentes na passeata como folder, vestígios simbólicos, faixas e bandeiras. Em seguida, ela realizou a análise de recortes de jornais sobre a passeata de 2011, organizando três eixos temáticos resultantes do

seu gesto de interpretação, demonstrando os vários efeitos (e disputas) de sentidos produzidos e a incompletude da linguagem, que se fazem presentes na manifestação da militância surda.

Diante da proposta desses dois autores, iniciamos as nossas análises dos elementos simbólicos e dos dizeres das faixas, bandeiras e cartazes segurados pelas mulheres velhas/envelhecidas.

Podemos considerar que a Marcha das Margaridas pode ser tomada como uma “passeata”, um acontecimento público e de reivindicações (NUNES, 2013), e, sendo assim, ela evoca e atualiza a memória política de lutas por direitos para as mulheres que vivem no campo, nas florestas e nas águas. Por serem atravessadas por discursos políticos e militantes de diversas organizações de mulheres, de feministas e de sindicatos e federações que envolvem também as questões relacionadas à luta pela agricultura familiar e a agroecologia, temos discursividades que produzem efeitos de adesão a essas entidades e, ao mesmo tempo, produzem efeitos de uniformidade e pertencimento à Marcha. Sendo assim, destacamos alguns elementos simbólicos usados pelos integrantes da Marcha, como chapéus, bonés, lenços, adereço para o braço (pulseiras de cor lilás), embornais, botons, camisas com a logomarca da Marcha ou em referência a ela⁸² que produzem efeito de apagamento do “ser” mulher, ao mesmo tempo que a particulariza em um determinado grupo.

As mulheres usam um ou mais desses objetos simbólicos que aparecem nas Marchas e que eles são modificados de acordo com a regionalidade, movimento ou organização representada. Por exemplo, os chapéus ganham cores diferentes e são produzidos com materiais diferentes; os botons representam movimentos específicos de acordo com cada região; as camisas trazem a logomarca da Marcha acrescentadas com símbolos das regiões; os lenços (sob a cabeça ou no pescoço) representam as siglas das confederações e sindicatos; dentre outros.

Então, nos perguntamos sobre o símbolo que traz de fato a uniformidade da Marcha e observamos que a flor “margarida” comparece com mais frequência, fazendo funcionar e circular a

memória da luta de Margarida Alves, tomada por cada grupo de integrante com a sua peculiaridade, e que por isso são as “margaridas”, como dissemos na análise da capa do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

Nessa Marcha, que se propõe como feminista, a mulher imprime seu modo de “ser” usando esses elementos simbólicos de várias formas. Especialmente, as mulheres velhas/envelhecidas aparecem utilizando saias, calças, bolsas, chinelos de dedo e sandálias que marcam o modo de viver no campo e que comparecem também nas capas das revistas Globo Rural e Agriculturas já analisadas, fazendo circular o efeito de sentido de imbricamento do ser do campo e do estar na cidade. Entretanto, no discurso produzido pelo Caderno, as fotografias das mulheres velhas/envelhecidas trazem como regularidade apenas uma parte dos seus corpos, geralmente da cintura para cima, ou os corpos parcialmente tampados com faixas, apagando algumas dessas marcas do feminino da velhice *do* campo no fora da casa na cidade.

Os lenços e os chapéus na cabeça, indispensáveis para o trabalho no campo, sol a sol, funcionam na Marcha como o registro do campo na cidade, mas nas materialidades analisadas na Figura 7, na capa da Revista Agriculturas e na Figura 24, que será analisada na subseção 6.3.2.3, o chapéu proporciona outro efeito de sentidos: o apagamento do rosto.

Nesse cenário de cores, encenações, músicas, símbolos como cruces, cartazes coloridos e enfeitados, bonecas gigantes, dentre outros, temos as marcas do discurso lúdico que irrompe na tensão da Marcha e que ganha destaque em uma foto do Caderno. Chamou-nos a atenção a Figura 19, na qual temos duas imagens postas lado a lado, conforme edição do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), na qual a mulher negra envelhecida da imagem à esquerda olha para o alto, sorri e bate palmas e, na imagem à direita, o que sobressai é a boneca gigante preta, vestida para a Marcha, produzindo o efeito de identificação e admiração da mulher negra em relação à boneca gigante preta.

Figura 19 – Imagens de mulheres velhas na Marcha das Margaridas 2000 (à esquerda) e da multidão, na Marcha das Margaridas de 2007, com destaque para a boneca gigante (à direita).



Fonte: Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015, p. 10-11).

Para uma melhor visualização da imagem à direita recorreremos a duas outras imagens auxiliares (Figuras 20 e 21) que não se encontram no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), mas que nos permitem ampliar o foco para a análise das imagens.

Figura 20 – Imagem auxiliar (1) para análise. **Figura 21** – Imagem auxiliar (2) para a análise da imagem da boneca preta.



Fonte (figura 20): Contag (2007). Foto de César Ramos. Fonte (figura 21): CONTAG (2007). Foto de César Ramos.

No discurso produzido pelo Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), a boneca gigante representa o discurso lúdico, que é “aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando a sua relação com os sentidos” (ORLANDI, 2001, p. 86). Em meio a outras imagens do material, essa é a única em que temos a representação da mulher de cor preta através de uma boneca gigante e colorida em meio à multidão na Marcha e, ao ser colocada ao lado de uma outra fotografia com uma mulher negra a aplaudindo, produz efeitos de sentidos da força que tem essa representação de uma mulher de cor preta, representante do campo, vestida para a marcha na cidade. Discursivamente, podemos considerar a boneca como a representação da inclusão dessa mulher na marcha.

6.3.2 Dos dizeres da Marcha e das mãos como traço do imaginário do corpo

Diferentemente do que nos propõe os efeitos de polissemia, observamos as paráfrases das faixas, bandeiras e cartazes das Marchas, e nos interessa analisar aquelas que são seguradas ou que aparecem como plano de fundo nas imagens de mulheres velhas/envelhecidas do campo nas fotografias do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015). Entretanto, antes de realizarmos as análises dos dizeres, trazemos algumas considerações sobre o corpo discursivo, pois trataremos das análises dos dizeres dos materiais da Marcha juntamente com as análises das mãos enquanto traço do imaginário do corpo.

6.3.2.1 O corpo discursivo

Nesta pesquisa, consideramos o corpo de maneira diferente dos estudos que o abarcam sob o prisma bio-psico-social, estendendo as considerações de Pêcheux sobre a crítica à noção

de sujeito, explanadas na seção 2.1.2, às considerações que faremos sobre o corpo discursivo. Ou seja, se o sujeito da Psicologia era estudado sob o prisma comportamental e epistemológico, ao mudarmos o foco para os estudos de AD, tomamo-lo na posição sujeito do discurso, como já vimos. Logo, essa transposição é feita também em relação ao corpo.

Diante da nova proposta, não deixamos de considerar as marcas da vivência do feminino do campo (no campo ou na cidade) que se tornam (in)visibilizadas nas sexualidades, nas cores de peles, na classe socioeconômica e nas lutas cotidianas que se fazem nos territórios e nas relações com a natureza, nos campos, nas florestas e nas águas, pois, como afirma Pêcheux (1983, 2015):

De nada serve negar essa necessidade (desejo) de aparência, veículo de disfunções e categorizações lógicas: essa necessidade universal de um 'mundo semanticamente normal', isto é, normatizado, começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores, imediatos (e antes de tudo com a distribuição de bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela distribuição entre alimento e excremento) (PÊCHEUX, 1983, 2015, p.34).

Sendo assim, os corpos de velhas nos espaços do campo e da cidade devem ser considerados como linguagem e como forma de subjetivação (LEANDRO-FERREIRA, 2013), e estão atravessados por falhas, o que inaugura outro conceito: o real do corpo, que é definido por Leandro-Ferreira (2013, p. 78), da seguinte forma: “a exemplo do que singulariza o registro do real, o real do corpo seria o que sempre falta e o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste” na nossa concepção, nas marcas da velhice e na nossa própria dificuldade de definir as imagens a serem selecionadas das mulheres velhas/envelhecidas, como já anunciamos anteriormente.

Em Baldini e Leonel (2012), podemos pensar discursivamente as marcas, os vincos, as manchas e as texturas como um *texto da pele* no qual podemos ler a idade, o sexo, a saúde, os cuidados pessoais,

as rugas de preocupação, as mãos de trabalhador braçal ou intelectual etc. Nesse caso, ao falarmos de mulheres do campo, estamos trazendo uma reafirmação do *texto da pele* que se opõe à onda de negação dele mesmo com o uso do Botox, muito próprio do aprisionamento dos sujeitos aos discursos capitalistas e urbanos que interpela as mulheres em envelhecimento.

Concebemos o corpo enquanto produzido no processo de significação, onde trabalha a ideologia e a história. Assim, conforme Orlandi (2012a), a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia produz uma forma histórica e social do sujeito com o seu corpo. Por isso, podemos pensar que as imagens dos corpos das mulheres velhas/envelhecidas desta pesquisa estão atadas aos campos, às florestas e às águas, significando-o em outro espaço de existência. Afirma Orlandi (2012) que o corpo é atravessado pela memória, pelo discurso social, pela forma como ele se individualiza, mas ele sempre está posto à falha, ao impossível.

Como já dissemos, ao seguirmos os caminhos trilhados por Lunkes (2014) para a análise dos traços do imaginário do corpo, tomamos as mãos como recorte nas imagens que analisamos. Justificamos a nossa escolha desse traço em função de as mãos trazerem as marcas do feminino; de serem instrumento para os tipos de trabalho realizados em ambientes diversos; do ato de segurar as faixas, bandeiras e cartazes, e do ato de se (re)significar a partir da escrita desses materiais.

Diante desse nosso posicionamento teórico, vamos então retomar a nossa proposta de análise das imagens que trazem os dizeres dos materiais da Marcha das Margaridas e das mãos das mulheres velhas/envelhecidas do campo.

6.3.2.3 Dos dizeres das faixas, bandeiras e cartazes e das mãos das mulheres

Diante da perspectiva discursiva, conforme Nunes (2013) e Baalbaki (2018), ao analisar as regularidades que circulam nos dizeres nas faixas e bandeiras que são exibidas pelos

manifestantes e que fazem com que eles sejam fotografados no coletivo ou na individualidade, temos que os enunciados escritos nas faixas representam a voz coletiva das mulheres (e, em alguns casos, também dos homens). Entretanto, cabe-nos algumas perguntas que não poderemos responder: a mulher velha/envelhecida que carrega a faixa ou a bandeira ou se apresenta diante dela sabe ler o que está escrito? Quem produziu esse material? Como essa mulher se apropria desse discurso?

Diante dessa nossa limitação, nos colocamos, na perspectiva do discurso produzido, para questionar: como funcionam os efeitos de sentidos produzidos nos dizeres das faixas e bandeiras? Sendo assim, temos as marcas linguísticas que nos permitem dividir os enunciados em uma série de três blocos de dizeres das faixas, cartazes e bandeiras carregadas ou que aparecem como pano de fundo junto à imagem de mulheres velhas/envelhecidas: a) termos e orações prontas; b) comparecimento das denominações “mulher” e “mulheres”; c) comparecimento do par de oposição: violência e paz.

Com relação ao primeiro bloco de dizeres, recortamos os seguintes termos e orações prontas: “Sou feliz! Na melhor idade”; “O mundo não é mercadoria nós mulheres também não” e “É o querer das Margaridas”, que passamos a analisar a seguir.

Figura 22 – Imagens que aparecem na subseção: Somos margaridas de todas as idades



Fonte: Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas (2015, p. 14).

Na imagem da Figura 22, o enunciado: **“Sou Feliz! Na Melhor Idade”** aparece na 1ª pessoa do singular, enfatizando modo de enunciação em que se dá o processo de individuação dos sujeitos: “Sou Feliz!”.

O sentido de felicidade mobilizado no enunciado e nos traços do imaginário do corpo discursivo, a saber, a boca e o sorriso esboçado de uma mulher e o sorriso entredentes da outra, e as mãos que seguram a bandeirola, por meio dos dedos, caminha no sentido oposto ao tomarmos a imagem ao lado, ainda que consideremos dois enquadramentos diferentes, em que temos duas mulheres velhas/envelhecidas, de cor parda, cabisbaixas e sem o sorriso no rosto. As mãos funcionam, enquanto tomadas nas pontas dos dedos, produzindo efeitos de sentidos de não apropriação do que está escrito, diferentemente das mãos que envolvem a haste da bandeira em familiaridade com a forma como se carrega a enxada, após um dia de trabalho no campo.

Baalbaki (2010) nos remete ao funcionamento do ponto de exclamação sob a perspectiva do discurso, que pode funcionar como força de interpelação e a ordem do absurdo. Neste caso, observamos que “encena-se um chamado, no qual o leitor é convocado a filiar-se à mesma rede de dizeres do autor. O autor funda-se sobre a imagem daquele que pode conclamar o leitor para uma tomada de posição” (BAALBAKI, 2010, p. 130). Ou seja, as mulheres são convocadas para identificar-se com os dizeres que as senhoras da imagem proclamam. Perguntamos, então: qual é a melhor idade?

Nós inferimos que ao se falar sobre a “melhor idade”, trata-se da fase da velhice, pois a faixa é segurada por duas senhoras e porque esse termo “melhor idade” passou a ser utilizado em referência à fase da velhice. Na “melhor idade” é uma expressão que substitui outras: na “terceira idade” e na “velhice”. Sendo assim, podemos observar um efeito metafórico e o deslizamento de sentidos referente ao que os sujeitos significam na memória, constituída pela historicidade. A “melhor idade”, como já apontamos nos estudos de Silva Sobrinho (2007), produz efeitos

de sentidos diferentes para as pessoas velhas do campo e da cidade. Questionamo-nos: existe uma idade considerada melhor? Melhor em *relação a quê?*

Ao observarmos a denominação “melhor idade” na bandeirola, retomamos o conceito de formação imaginária (PÊCHEUX, 1969, 1990) que o Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) projeta para seus leitores, considerando a expressão que designa a formação imaginária I A(B), cuja questão implícita refere-se a: “quem é ele para que eu lhe fale assim?”

Salientamos que essa é a única faixa que aparece entre as fotos do material analisado que traz a perspectiva da “velhice”, e ressaltamos que a denominação “melhor idade”, veiculada pela mídia, funciona apagando outros sentidos relativos a essa fase da vida que dizem respeito ao adoecimento, aos direitos invadidos, às explorações do Estado e da família, dentre outras; fato esse que favorece o Estado, pois cria o imaginário da ideia de que envelhecer é algo prazeroso e isento de problemas e, conseqüentemente, não há do que se queixar e exigir dos poderes públicos os direitos para uma vida digna. Além disso, apaga as lutas das mulheres não brancas em sua história de conquistas por um espaço na sociedade.

Vamos agora analisar a segunda oração pronta, trazida na Figura 23:

Figura 23 – Imagem que aparece na subseção: Eixo 3: Biodiversidade e acesso aos bens comuns



Fonte: Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas (2015, p. 35).

Na Figura 23 temos uma faixa com o enunciado “O mundo não é mercadoria nós mulheres também não!” que comparece na cor branca, com letras maiúsculas, e está sob um tecido chapiscado de cor lilás e é carregada por mulheres (pela fotografia não nos é possível saber se a pessoa com a blusa verde que cobre seus cabelos e, parcialmente o seu rosto, é mulher). Todos os corpos estão cobertos pela faixa e a senhora de blusa amarela está segurando a faixa de forma que a região da sua genitália se encontra coberta. Suas mãos estão com o punho serrado para baixo, produzindo um efeito de sentido de proteção.

Nessa faixa, o enunciado que se apresenta na forma de um *slogan* – “o mundo não é mercadoria” – utilizado em protestos contra o capitalismo e assumido na primeira pessoa do plural “nós”, se apresenta na Marcha assumindo afirmações de representantes de órgãos como, nesse caso, da Central Única dos

Trabalhadores (CUT) – “O mundo não é uma mercadoria, as mulheres também não!”⁸¹ –, que se apaga enquanto divulgadora.

Baalbaki (2010) em seu estudo, faz algumas observações sobre a enunciação tomada a partir da primeira pessoa do plural, partindo da teoria de Benveniste (não pessoa) e traçando as considerações de Pêcheux e Indursky (não pessoa discursiva). Não temos, nas faixas escolhidas para a nossa análise, a recorrência do “nós” em que o divulgador se inscreve no discurso.

A seguir, na Figura 24, temos a terceira oração pronta: “É o querer das Margaridas”.

Figura 24 – Imagem que aparece na subseção: Conhecendo a Marcha das Margaridas



Fonte: Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas (2015, p. 12).

Na Figura 24, temos as mulheres velhas/envelhecidas de cores parda e preta, à frente, que seguram os dois lados da bandeira com as pontas dos dedos, inclinando-os para baixo de forma que todos a visualizem. As letras do enunciado da bandeira foram construídas com letras em caixa alta, coloridas, e traz a flor margarida em tamanho maior ao centro, ladeada por margaridas

⁸¹ Publicado como: “O mundo não é uma mercadoria, as mulheres também não!”, no artigo assinado por Rosane da Silva, em março de 2009, no site da CUT. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/artigos/o-mundo-nao-e-uma-mercadoria-as-mulheres-tambem-e1d7>>.

menores que representam as (divers)idades das mulheres ao serem pintadas de cores diferentes. Notamos que os corpos das flores são de cores variadas, porém, as pétalas, representando os cabelos, são brancas, produzindo um efeito de sentidos do envelhecimento de todas as mulheres, considerando que o branco das pétalas pode representar a tonalidade dos cabelos brancos das mulheres velhas e em envelhecimento.

O enunciado “É o querer das margaridas” compõe o refrão do Hino “O canto das Margaridas”, que é cantado como chamamento para a Marcha e ao longo da sua realização. Ei-lo:

Hino – O Canto das Margaridas⁸²

Música e letra: Loucas de Pedra Lilás⁸³ **Ano:** 2003

Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida
É o querer, é o querer das Margaridas

Somos de todos os novelos
De todo tipo de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos nós as Margaridas

Nós que vem sempre suando
Este país alimentando
Tamos aqui para lembrar
Este país tem que mudar!

Olha Brasília está florida...
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida...
É o querer, é o querer das Margaridas

⁸² http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139.

⁸³ ONG de Recife (PE), criada em 1996, que a partir do teatro trata de questões de gênero.

Água limpa sem privar
Sede de todos acalmar
Casa justa pra crescer
Casa justa pra crescer
Saúde antes de adoecer

Terra sadia pra lucrar
Canja na mesa no jantar
Um mínimo para se ter,
Um mínimo para se ter
Direito à paz e ao prazer

E dentro e fora punição
Pra quem abusa do bastão
Do ser patrão, do ser machão
Não pode não, não pode não
Não pode não, não pode não!

Olha Brasília está florida ...
Estão chegando as decididas

Olha Brasília está florida ...
É o querer, é o querer das Margaridas!
É o querer, é o querer das Margaridas! (bis).

Algumas marcas no discurso como “alimentando”, “água limpa”, “sede”, “casa justa”, “saúde”, “terra sadia”, “mínimo”, “direito”, “paz”, “prazer”, “abusa do bastão”, “patrão”, “machão”, tratam do “querer” das margaridas que comparecem nas seções do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), conforme demonstrado no Quadro 1. Observamos que alguns enunciados das capas das revistas *Agriculturas*, trazidas na seção 4, subseção 4.1.2, como: segurança alimentar (Fig. 5); água nos agroecossistemas (Fig. 6) e superação da pobreza (Fig. 7) caminham na mesma direção de sentidos das necessidades defendidas pelos modelos da agricultura familiar e agroecologia.

A faixa, produzida com desenhos e cores vibrantes, revela uma elaboração realizada por um grupo específico de mulheres da Marcha, que falam por todas as margaridas e expressam o seu “querer”, que, no primeiro momento, diz de necessidades como comida, água, saúde e terra; e, ainda, do combate à violência de um sistema patriarcal e machista. O endereçamento dessas necessidades dá-se em relação ao Estado enquanto instituição.

Além disso, nas marcas do discurso, as Margaridas são: “as decididas”, “de todo tipo de cabelo”. “grandes, miúdas e bem erguidas”, “que suam”, “que lutam por seus direitos”, são formulações que apontam para efeitos de sentidos de resistência e luta das “margaridas” que, como já analisamos na capa do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), são as diferentes mulheres que constituem e são constituídas na/pela Marcha.

Passemos agora para a análise dos termos “mulher” e “mulheres” que aparecem em várias faixas, cartazes e bandeiras. Alguns desses materiais são produzidos pelos sindicatos, confederações e ONGs e, nessa perspectiva, temos um efeito de sentidos dessas denominações atreladas a questões políticas com interesses próprios, inclusive de dar um “lugar” para essas mulheres.

No Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), nas faixas, bandeiras e cartazes que selecionamos, os termos “mulher” e “mulheres” comparecem grafados em letras de forma, geralmente em caixa alta e com cores distintas, como na Figura 25.

Na Figura 25, temos dois cartazes portados pelas mulheres (à direita), produzindo o efeito de sentido de participação e autonomia com relação ao direito ao voto, que já se faz ver na imagem à esquerda, na qual as mulheres exercem o direito de manifestação contrária ou a favor de alguma questão posta em votação.

Figura 25 – Imagens que aparecem no Eixo 8, Democracia, poder e participação



Fonte: Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas (2015, p. 80-81).

Temos na Figura 25 dois cartazes que trazem a regularidade da palavra “MULHER”, no singular, em letras maiúsculas, seguidas de um ponto de exclamação, manuscritas, sob um fundo verde com molduras que funcionam como adorno, marcando a produção feminina da materialidade. Para Orlandi (2004), a letra representa nossa entrada no simbólico e marca o sujeito na sua possibilidade de autoria. Conforme Nunes (2013), como a marca da singularidade, do gesto de autoria, como modo de identificação dos sujeitos de (carne e osso) na multidão. Nessa condição, observamos que essa é a única imagem recortada na qual os cartazes manuscritos são segurados por mulheres cujos dedos produzem efeitos de sentido de escrita própria, marcados pela memória construída da importância do movimento de pinça, considerado umas das condições para a alfabetização de crianças pequenas.

Como já analisamos anteriormente, de acordo com Baalbaki (2010), considerando o conceito de ideologia de Althusser (1972, 1985)⁸⁴, podemos tomar o ponto de exclamação como uma força de interpelação que funciona como um mecanismo de identificação. Diz a autora: “Encena-se um chamado, no qual o leitor é convocado a filiar-se à mesma rede de dizeres do autor. O autor funda-se sobre

⁸⁴ Trata-se da obra: Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.

a imagem daquele que pode conclamar o leitor para uma tomada de posição” (BAALBAKI, 2010, p. 130).

Sendo assim, podemos nos perguntar: qual “mulher” é convocada a se identificar com a rede de dizeres daqueles(as) que produziu/produziram os cartazes? O comparecimento da palavra no singular traz novamente, na circulação de dizeres da Marcha, um apagamento das especificidades da diversidade de mulheres que participam desse evento.

Diferentemente da Figura 25, nas Figuras 26 e 27, a seguir, temos o comparecimento da denominação “mulheres”, atrelada aos órgãos representantes do Governo⁸⁵ e à CONTAG, respectivamente.

Figura 26 –: Imagem que aparece na subseção: Eixo 4: Autonomia econômica: trabalho e renda



Fonte: Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas (2015, p. 45).

⁸⁵ “A Assistência Técnica e Extensão Rural ATER são atribuições regimentais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme estabelece a Lei nº 10.683/2003, e o Decreto nº 8852/2016, que trata da estrutura regimental deste ministério. Deste modo, compete à Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (CGATER/DIMS/SMC) coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades relativos a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)”. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/ater>>.

Nessa faixa da Figura 26, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se faz presente via a ATER. Porém, a denominação “mulheres”, seguida de “para as”, retira as “mulheres” da condição de sujeito da oração e faz comparecer a terceira pessoa do plural, assumindo o discurso do outro. Podemos observar os efeitos de sentidos de não adesão ao discurso do outro uma vez que a mulher velha/envelhecida, que está à esquerda na imagem, segura a faixa com apenas uma das mãos, sendo três dedos de sustentação (dois à mostra) e a outra mão ao lado do seu corpo, no sentido da cintura para baixo, diferentemente da mulher mais jovem (à direita) que segura a faixa com mais propriedade.

Na faixa da Figura 27, temos o comparecimento de “para as mulheres” acrescido de “e homens”. De um lado da faixa, temos a logomarca da CONTAG, FETAES, STRs e filiados e, do outro, a logomarca da Marcha das Margaridas, indicando “quem” assume a luta por uma reforma agrária ampla e massiva para mulheres e homens.

Figura 27 – Imagem que aparece na subseção: Eixo 2: Terra, água e agroecologia



Fonte: Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas (2015, p. 30).

A constituição da discursividade da mulher se realiza junto à constituição da discursividade do homem no enunciado dessa faixa, que diz de uma luta que é comum a ambos, homens e mulheres. Entretanto, notamos a perspectiva de se fazer representar enquanto voz masculina, pela via dos órgãos

representados, (re)produzindo efeitos de sentidos de dependência da mulher e do controle do seu dizer.

No terceiro bloco de dizeres das faixas, bandeiras e cartazes que aparecem do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), temos a regularidade das palavras “violência” e “paz” seguradas por mulheres velhas/envelhecidas ou que aparecem em segundo plano na imagem delas, reunidas, a partir dos diferentes eixos desse material, conforme podemos observar na Figura 28.

Figura 28 – Imagens de diferentes eixos do Caderno nas quais comparecem os termos “paz” e “violência”





Fonte: *corpus* dessa pesquisa.

A escrita das palavras “paz” e “violência” nas faixas e cartazes das imagens selecionadas apresentam a regularidade da grafia em letra de forma e com cores diferentes. Na imagem que traz o enunciado: “Basta de violência”, a faixa com o fundo de cor preta e as escritas em vermelho trazem a memória de sangue escorrendo, produzindo efeitos de sentidos de luto e morte.

As cruzes, por sua vez, estão na região de sentidos do discurso religioso, no qual o cristianismo atualiza a memória do sofrimento e morte de Cristo e a sua salvação. No caso das mulheres em marcha, espera-se que a sua salvação em relação às dificuldades enfrentadas no campo, na floresta e na água não venha com a morte, mas com medidas governamentais que possam evitá-la.

A montagem dessa imagem nos proporcionou constatar que o par de oposição “paz” e “violência” comparece relacionado às imagens de mulheres de diversas idades, raças, regiões, na qual podemos observar uma maior intersecção entre esses eixos, conforme definiu Crenshaw (2002), demonstrando as desigualdades e a necessidade de ações e políticas públicas que se façam valer como uma das formas de combate das opressões.

A palavra “violência” comparece associada à fome e à pobreza (Eixo: Conhecendo a Marcha das Margaridas), à idade (Eixo: Somos Margaridas de Todas as Idades), à regionalidade (Eixo: Violência Sexista); sendo que as cruzes também comparecem nesse último eixo. A palavra “paz”, por sua vez, comparece nas imagens do eixo violência sexista. Sendo assim, podemos depreender que há uma

memória discursiva funcionando nessas imagens das mulheres que produzem e fazem circular um discurso pela paz.

Considerando as imagens que apresentam as mulheres da raça negra, temos a memória discursiva da escravidão, dos estupros e das coerções sexuais que se confirmam nos enunciados que pedem “paz” e nos traços do imaginário do corpo: olhos e lábios cerrados expressando tristeza e dor.

Em Davis (2016), sob o título “O legado da escravidão: parâmetros para uma nova constituição da mulher”, temos a constatação de inúmeras opressões sofridas pelas mulheres negras em relação aos seus proprietários e às mulheres brancas que se transmitiram de geração para geração, fazendo funcionar a memória de violências em diversos âmbitos. Sendo assim, discursivamente, temos condições de produção distintas para os dois enunciados: o que já apresentamos na Figura 14: “Sou feliz! Na melhor idade”, e os enunciados com os termos “paz” e “violência”, da Figura 21, uma vez que temos as posições mulher branca e mulher negra determinadas historicamente.

As mulheres negras, vítimas de muitos estupros e mães de filhos não desejados, na sua condição de direito e de desejo, apresentam-se nas ruas, nas Marchas, fazendo com que, na dispersão dos sentidos, a palavra “violência” e o símbolo das cruzes tenham outros efeitos de sentidos no comparecimento do termo “aborto”, conforme a Figura 29, a seguir:

Figura 29 – Imagem que aparece no Eixo 7, Direito à saúde e aos direitos reprodutivos



Fonte: Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas (2015, p. 70).

Na Figura 29 temos uma mulher negra segurando um cartaz com as mãos e braços para o alto e o punho cerrado, que traz o enunciado: “Em 74% do mundo, o aborto não é crime”, conclamando os dizeres da Marcha Mundial das Mulheres que ecoa na Marcha das Margaridas. O termo “aborto” inaugura outra região de efeitos de sentidos de propriedade sobre o próprio corpo, pois a morte e a violência são vistas pelas mulheres em relação aos seus corpos que muitas vezes foram tomados como objetos e iniciaram uma vida sem a sua permissão.

Ressaltamos que o termo “aborto” aparece também em uma bandeira, ao lado da boneca preta, na Figura 19, com os dizeres: “Aborto público seguro, legal. É direito de toda mulher.”. Ao seu lado, ao fundo, temos outra faixa com a palavra aborto.

Nessa regularidade, na qual aparece a bandeira com o termo aborto e uma mulher negra segurando-a, temos então reforçados

não apenas a memória do sofrimento dessas mulheres, como já o dissemos, como também os efeitos de sentidos de propriedade do seu corpo.

Com relação às mãos, enquanto traço do imaginário do corpo, observamos o seu comparecimento nas imagens do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), posicionadas da cintura para cima, em direção à cabeça, correspondendo à formação imaginária desse material acerca de como se espera essas mulheres na Marcha, conforme explicamos ao analisar a capa e a contracapa.

6.3.2.3 Um corpo de mulher velha e o enunciado da faixa: produção de efeitos de sentidos

Diante das condições de produção do discurso tomadas a partir da tese de Aguiar, no item 3.2.1, e baseadas em outros autores e em depoimentos de mulheres que participam da CONTAG e das Marchas, desde os primórdios, acerca da influência dos movimentos feministas no movimento de mulheres do campo, nos atentamos para a faixa da Figura 30, que comparece no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), mas é a única que não foi produzida em Marchas, compondo um plano de fundo que traz dizeres expressos em palavras e mediado por um corpo de mulher velha.

Figura 30 – Imagem que aparece na subseção: Eixo 2: Terra, água e agroecologia



Fonte: Caderno de Textos para Estudos e Debates Marcha das Margaridas (2015, p. 24).

A partir de uma busca que realizamos no *Google*, inferimos que a imagem da Figura 30 foi produzida no III Encontro Nacional de Agroecologia, e, possivelmente, compõe o acervo de fotos da Articulação Nacional de Agroecologia, uma das parceiras que organizaram a Marcha das Margaridas de 2015. No Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), não temos o registro da informação da sua origem e nem dos créditos da foto, que foram conseguidos a partir de uma busca mais apurada, demonstrada adiante.

Nessa foto temos uma mulher velha do campo à frente de uma faixa, com o rosto sob efeito de sombra, vestida com uma camisa de algum movimento, chapéu e crachá, trazendo em uma das mãos, um microfone próximo à boca, que produz efeitos de sentidos de discursar para uma plateia, uma vez que há o efeito de ampliação do som da voz com o uso desse instrumento. A outra mão está tomada por um livro e folhas, indicando que o discurso é respaldado por um saber que é retomado por uma memória construída do livro às mãos. As mãos como traço do imaginário do corpo comparecem na posição da cintura para cima, em direção à cabeça, de acordo com a regularidade desse traço nas imagens das mulheres do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

Essa imagem é bastante significativa, pois se trata de uma senhora fazendo o uso do microfone e dos livros que funcionam como marcas da resistência da mulher velha do campo. Assim, como discutimos em relação à denominação “avós” na perspectiva de Modesto (2016), consideramos que, apesar das marcas da resistência, não podemos afirmar que há uma transformação e uma ruptura com o discurso hegemônico do capitalismo.

Na luta que se faz no limiar entre a visibilidade e a invisibilidade, sob o prisma da AD, podemos considerar, conforme propõe Souza (2001), a policromia como sendo uma “rede de elementos visuais” que envolve o jogo de cores, imagens, luz e sombra, dentre outros, e que torna o invisível da imagem em visível “a partir da possibilidade de cada um projetar as imagens possíveis que, necessariamente não compõem a estrutura visual do texto não-verbal em si, mas compõem a rede de imagens mostradas,

indicadas, metaforizadas ou silenciadas” (SOUZA, 2001, p. 80-1). Assim, os efeitos de sentidos se dão na intersecção dos elementos dessa rede visual e outros que surgem na materialidade, abrindo possibilidades para que o leitor, ao olhar a materialidade visual, venha a interpretá-la de diferentes maneiras.

Assim, temos na imagem a produção de efeitos de sentidos de invisibilidade dada a sombra no rosto e nas mãos da mulher velha em oposição aos efeitos de luz que incide sobre o corpo da senhora e a faixa, tornando visível o enunciado.

A imagem também nos chamou a atenção em função do posicionamento do corpo da mulher velha, produzindo efeitos de sentidos na (possível) relação feminismo e agroecologia, na faixa ao fundo da fotografia. Ainda, em função dessa foto aparecer em outras mídias, sob ângulos diferentes e, ser a foto *escolhida* para compor o Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015).

A imagem trabalha com o efeito de evidência e completude da língua, que nos leva a ler: sem feminismo não há agroecologia, sendo que o traçado da letra “o” instiga o leitor nesse efeito de evidência. Entretanto, o corpo da senhora nos coloca diante de um outro possível sentido: “sem feminismo não agroecologia”. Assim, fomos levadas a realizar uma busca no *Google* de imagens a partir da formulação “sem feminismo não há agroecologia”, e achamos outras imagens que parecem ser registradas em momentos, ângulos fotográficos e fontes diferentes da imagem da Figura 30. Vejamos as imagens auxiliares, trazidas nas Figuras 31, 32, 33 e 34, a seguir:

Figura 31 – Imagem auxiliar 1



Fonte: <https://marchamulheres.wordpress.com/2017/11/12/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>.

Na Figura 31, o posicionamento do fotógrafo e o meio de divulgação da foto nos permitem fazer outra leitura dos dizeres da faixa: “sem feminismo não agroecologia”. Entretanto, temos o traçado de parte da letra “H” que favorece o efeito de incompletude ainda produzido pelo posicionamento do corpo da mulher velha que está em pé. Nessa imagem, o seu rosto, com olhar rebaixado para o papel, está sombreado pelo chapéu, porém em condições de sombra que o torna mais visível que na Figura 30. Nessa foto, a senhora de camisa verde aparece juntamente a uma jovem de camisa azul diferentemente da foto da Figura 30 em que somente parte do chapéu, cabelo e ombro da senhora de verde apareceram.

A fotografia da Figura 31, encontra-se sem legenda e direitos autorais no *blog* da Marcha Mundial das Mulheres, em um texto assinado por Sarah Luiza e Liliam Telles, publicado em 12 de novembro de 2017.

Encontramos também a Figura 32, no *site* “Centro de Estudos Bíblicos”, em um artigo intitulado “Da Agropornografia ao Agroerotismo: conhecer os desejos da terra”, assinado pela

pastora Nancy Cardoso Pereira⁸⁶. E temos, ao final do artigo a menção aos direitos autorais da foto: “Foto de capa: Plenária de Mulheres no ENA⁸⁷ – Foto: Fabio Caffè”.

Figura 32: Imagem Auxiliar 2



Fonte: <https://cebi.org.br/noticias/genero/da-agropornografia-ao-agroerotismo-conhecer-os-desejos-da-terra/>

Na imagem da foto 32, a senhora que estava em pé nas Figuras 30 e 31 aparece sentada e as duas mulheres que estavam sentadas, estão de pé para discursar, considerando a direção do olhar delas para um público e, ainda, porque na foto temos uma mulher sentada com a camisa do Programa Juçara em posição de ouvinte. Aparece então a faixa com os dizeres: “Sem feminismo não há agroecol”, e o traçado da metade da letra “O” aparece na faixa.

Em uma busca ainda mais detalhada, encontramos outra foto pelas lentes do fotógrafo Fabio Caffè, vide Figura 33:

⁸⁶ Texto completo: PEREIRA, N. C. Da agropornografia à agroecologia: uma aproximação *queer* contra as elites vegetais. In: André Musskopf; Márcia Blasi. (Org.). História, saúde e direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. 1ed.São Leopoldo, RS: CEBI, 2016, v. 1, p. 35-41.

⁸⁷ Sigla que se refere ao Encontro Nacional de Agroecologia (ENA).

Figura 33: Imagem auxiliar 3 - Foto (1) tirada em 17 de maio de 2014 por Fábio Caffé
Evento: Plenária de Mulheres III ENA. Tenda Central, UNIVASF, Juazeiro (BA).



Fonte: <https://www.flickr.com/search/?text=f%C3%A1bio%20caff%C3%A9>.

Na Figura 33, o close na senhora nos permite visualizar melhor o seu semblante, seu chapéu, camisa e crachá referente ao movimento – ENA – e o material em sua mão direita, que sugere ser um jornal ou folheto com uma foto de um grupo de pessoas. Nessa imagem, a boca da senhora nos permite, junto ao microfone, tomá-la como uma mulher que discursa para o público em uma atitude ativa que se confirma na Figura 34, na qual ela olha empolgadamente para frente e levanta uma das mãos:

Figura 34: Imagem auxiliar 4 - Foto (2) tirada em 17 de maio de 2014 por Fábio Caffé
Evento: Plenária de Mulheres III ENA. Tenda Central, UNIVASF, Juazeiro (BA).



Fonte: <https://www.flickr.com/search/?text=f%C3%A1bio%20caff%C3%A9>.

Na imagem da Figura 34 temos efeitos de sentidos de motivação ao analisarmos a postura corporal da senhora que discursa para um público. Os cartazes da Marcha das Margaridas, com a imagem do rosto de Margarida Alves, estão sobre o chão, compondo o cenário e produzindo efeitos de sentido de adesão à Marcha, que traz a faixa com os dizeres: Sem feminismo ... há agroecologia. O sinal de (~) na grafia da letra “a” da palavra “não” aparece acima do chapéu da senhora e a letra “O” está com o seu traçado quase completo. O cartaz está escrito com a letra de cor lilás e abaixo da faixa temos um pano cobrindo uma mesa em cor vermelha mobilizando a memória construída da cor dos movimentos de esquerda.

Diante das diferentes imagens de uma mesma faixa, com uma mesma mulher velha e com enunciados produzindo diferentes efeitos de sentidos, nos reportamos a Mariani e Medeiros (2011), no intuito de analisar a *escolha* da foto para o Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) e,

consequentemente, os seus dizeres. As demais fotos que aparecem em outros *sites* serão consideradas imagens auxiliares para a análise.

Em um primeiro momento, percebemos que os sentidos de (não) equivalência entre os termos “feminismo” e “agroecologia”. O ângulo das fotos nos permite essa compreensão:

sem feminismo nã agroecologia
sem feminismo não agroecologia
sem feminismo não há agroecologia
sem feminismo há agroecologia

A inclusão ou supressão do advérbio de negação “não” e/ou do verbo “haver” tomado na terceira pessoa do singular (“há”), produz diferentes efeitos de sentidos para os dizeres das faixas. Podemos concordar com Soares (2007, p. 85): “os sentidos se darão não apenas pela foto em si, mas pela relação dela com o meio de comunicação que a veicula, a sua edição além das esferas de intenções do fotógrafo e de todas as instâncias envolvidas na circulação dessa imagem”. Ou seja, quais sentidos são possíveis ao tomarmos o Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) ao nos depararmos com a Figura 23? Por que ela foi a *escolhida*? Quais outros sentidos ela apaga?

Soares (*idem*) propõe que se questione qual intencionalidade a foto pretende exibir, uma vez que há intenção em tudo que se produz. E que, diferentemente do que propõe o discurso jornalístico quanto à objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade das fotos, existe, nelas, uma incompletude da linguagem. Para ele:

o fotógrafo registra, mas isso não significa dizer que as imagens sejam despidas de intenção: do lugar que se ocupa, do que pode e deve ser dito desse lugar, dos sentidos determinados pela formação discursiva a que se está assujeitado, dos agendamentos e das seleções estabelecidas pelo editor”. (SOARES, 2007, p. 85).

florestas e das águas, como já mencionamos na introdução. Sendo assim, nessa fotografia, observamos um gesto de resistência realizado por uma mulher que não se silencia, dado o uso do microfone e a exposição de suas ideias para uma plateia.

Ainda, considerando as condições de produção do discurso, tentemos compreender o feminismo a partir das entidades promotoras. Sabemos sobre a disputa de poder e de espaço que é travada nesses “espaços”, assim como a disputa pela ocupação masculina e feminina. Podemos nos perguntar: de quem é a Marcha das Margaridas? Até que ponto a Marcha é da CONTAG e das demais entidades promotoras, parceiras e apoiadoras? De que forma essa linha tênue entre o que é das mulheres do campo, das florestas e das águas, das mulheres da cidade e das organizações se manifestam no discurso verbal, nas imagens, nos diferentes instrumentos simbólicos presentes na materialidade do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) e nas imagens produzidas em outros contextos que se fazem presentes nas imagens nesse material?

Quando investigamos sobre as funções das entidades promotoras, no *site* do Observatório Marcha das Margaridas temos a seguinte informação:

As parceiras que compõem a coordenação ampliada da Marcha das Margaridas são grupos comprometidos com uma visão feminista da transformação social, que não admitem a violência, e que lutam por relações mais democráticas, por espaços e políticas que reconheçam as mulheres como sujeitos capazes de autodeterminar suas vidas, capazes de interferir e participar no mundo público e que precisam ser respeitadas, reconhecidas e valorizadas.

As parceiras da Marcha cumprem o papel essencial de dialogar em espaços e instancias que qualificam ainda mais a agenda de mobilização e proposição política. Juntas, mobilização e construção da plataforma política caminham juntas para fortalecer o movimento feminista e de mulheres.

Em nossa história, muitas são as parceiras que fazem o trabalho nos seus locais de atuação, e algumas são aquelas que constituem em

âmbito nacional a coordenação ampliada da Marcha das Margaridas⁸⁸.

Sendo assim, podemos nos perguntar: qual é o feminismo que circula na Marcha a partir das entidades parceiras? Como o feminismo é discursivizado? Como ele comparece atrelado à imagem da mulher velha do campo, das florestas e das águas?

Não vamos esmiuçar sobre cada entidade que compõe a Marcha, mas podemos considerar as condições de produção do discurso feminista que surge nas Marchas, nos anos de 1980, que possui um laço com o feminismo urbano, que influenciou as mulheres do campo envolvidas com os sindicatos e que se identificavam com as lutas desses ideais. Essas mulheres liam materiais específicos, inseriam-se em discussões políticas, participavam de grupos de formação (AGUIAR, 2015).

Nos anos de 1990, a IV Conferência Mundial da Mulher em Beijing (1995), a Declaração de Pequim instituído o Dia Mundial da Mulher Rural – 15 de outubro – e a preparação para a Marcha Mundial das Mulheres de 2000, configuram, junto a uma série de ações de âmbitos internacional, nacional, estadual e municipal, um cenário de debates das/para as mulheres. Nos anos 1990, no movimento feminista que influenciou as mulheres do campo, temos ainda a presença marcante da igreja católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), da Teologia da Libertação e das pastorais, bem como uma participação das mulheres nos sindicatos que foi crescendo paulatinamente, na luta por cargos e direitos⁸⁹. Muitos desses movimentos, em tempos posteriores, se tornaram autônomos em relação à igreja e ao sindicato (*idem*).

Em relação às ONGs feministas que desenvolviam trabalhos formativos com as mulheres do campo, temos: SOS Corpo, MMTR-Sertão Central (PE), Movimento Feminino de 8 de março

⁸⁸ Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=23>.

⁸⁹ Nos anos de 1980, a luta das mulheres era pelo direito de se sindicalizarem.

(RN), Casa da Mulher do NE, Sempre Viva Organização Feminista (SOF). Nesse cenário, é preciso ressaltar que o MST e a CUT atuaram como interlocutores das questões de classe e gênero e foram criticados por seus (não) posicionamentos sobre os conflitos de gênero, e que, ainda em 2000, o Movimento de Mulheres Camponesas, aliado à Vila Camponesa, começou a atuar separadamente ao MMTR-NE. Assim, tivemos duas direções para os movimentos: de um lado, o sul do país tentando fortalecer os próprios movimentos em relação ao Estado e, de outro, o nordeste, tentando fortalecer a participação da mulher na estrutura sindical, trazendo também diferentes formas de inserção dos Estados na Marcha das Margaridas (*ibidem*).

À imagem da Figura 30 (em extensão às demais Figuras, de 31 a 34, ainda que não *escolhidas* para constar no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), queremos dar um crédito extra, pois iniciamos esta pesquisa trazendo as críticas aos estudos feministas que ignoram as mulheres velhas/envelhecidas do campo, das florestas e das águas e nos apropriando das afirmações de Spivak (2010) de que o subalterno pode falar, mas muitas vezes ele não fala. Assim, “nos colocamos na plateia” para, diante do jogo de luzes e sombras, de dizeres e silenciamentos que envolvem a imagem da senhora protagonista dessas Figuras, “ouvirmos a sua voz”.

6.4 Retomando as questões para as análises (II)

No início desta seção, colocamo-nos duas questões, a saber: 1) Os efeitos de sentidos produzidos pelo “fora da casa” na cidade corroboram os resultados das análises da materialidade verbal que apresentamos na seção 5? 2) Quais são os efeitos de sentidos produzidos nas imagens que constituem o sujeito discursivo mulher velha/envelhecida do campo, da floresta e das águas? Além disso, continuaram postas as questões relacionadas com a posição sujeito discursiva e com a interseccionalidade dos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade.

O percurso que escolhemos para a realização das análises envolveu os recortes que mostravam as marcas de efeitos de sentidos de uniformidade do movimento, dos dizeres das faixas, bandeiras e cartazes e das mãos enquanto traços do imaginário do corpo que produzem significantes.

Na análise da materialidade verbal, depreendemos a posição sujeito do discurso a partir de uma FD urbana marcada pelo discurso urbano e do patriarcado, que favorece de alguma forma o apagamento do sujeito discursivo mulheres velhas/envelhecidas dos campos, das florestas e das águas. Na análise da materialidade imagética, a partir de uma *posição do sujeito no urbano*, nós temos marcas de um discurso que, em alguns momentos, recupera a memória do patriarcado; e, em outros, tenta romper com as possibilidades de violências diversas vividas pelas mulheres ao longo da sua história.

O pensar nas mulheres velhas no seu estar “fora da casa” na cidade constitui, por si, um movimento de rupturas com o imaginário e com as tradições de que velhas só ficam em casa, que não conseguem lidar com as condições próprias da Marcha (p. ex.: andar muito, ficar muitas horas em pé, dormir, comer e banhar-se em condições diferentes daquelas da sua residência) e, principalmente, que não podem lutar por seus direitos. Há um rompimento da ordem da realidade.

Entretanto, a partir das proposições de Modesto (2016), entendemos essas resistências que também se marcam na língua e precisam produzir rupturas, e como isso não foi depreendido da nossa análise, não podemos tratar de uma nova posição do sujeito no discurso.

Nas imagens recortadas do *corpus* principal, a posição das mãos, tratadas como traços do imaginário do corpo, produzem efeitos de sentidos de resistência, de luta, de proteção, apresentadas na regularidade, em referência ao corpo, posicionadas da cintura em direção à cabeça, diferentemente da forma como analisamos as mãos recortadas nas imagens das capas das revistas.

Com relação à segunda questão, temos nas imagens uma maior intersecção dos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade. Em relação a esse último eixo, observamos que há mais marcas na materialidade imagética de imagens de mulheres de diferentes regiões do país, oportunizando a identificação do leitor com algumas delas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção faremos algumas considerações sobre o encerramento de um percurso analítico que se iniciou com a proposta de analisar os efeitos de sentidos das denominações, dos enunciados e das imagens das mulheres velhas/envelhecidas do campo que representam a agricultura familiar e a agroecologia no discurso produzido pelo Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015). Tivemos como dispositivo teórico-metodológico a AD francesa fundada por Michel Pêcheux e desenvolvida, no Brasil, por Eni Orlandi e demais pesquisadores contemporâneos da área.

Ao retomarmos a epígrafe de Beauvoir e os discursos produzidos sobre a mulher velha/envelhecida do campo, das florestas e das águas que apresentamos neste estudo, podemos observar que o processo do envelheSer é permeado por efeitos de sentidos distintos que trazem as marcas das suas condições de produção, da FI patriarcal e da FD urbana, que se fizeram presentes na nossa análise.

Os objetivos propostos trataram de trazer uma reflexão sobre as críticas de Pêcheux à Psicologia (1) para apresentar nosso deslocamento teórico-metodológico para a AD e considerar a posição sujeito discursiva para a realização das análises; (2) para compreender a velhice e a posição discursiva mulher velha/envelhecida do campo, considerando a AD em diálogos pontuais com algumas teorias de gênero, principalmente, aquelas que interseccionam os eixos gênero, sexualidade, classe social, raça e territorialidade; (3) para analisar como os espaços “fora da casa” no campo nas capas das revistas *Globo Rural* e *Agriculturas* e “fora da casa” na cidade no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015) produzem diferentes efeitos de sentidos para a constituição do sujeito mulher velha/envelhecida do campo.

Diante desses objetivos específicos, três questões se colocaram como gestos de leitura que direcionaram as análises das

materialidades verbal e imagética: como as diferentes denominações e imagens de mulheres velhas/envelhecidas constituem diferentes posições-sujeito no discurso? Como a interseccionalidade dos eixos gênero, sexualidade, classe social, raça e territorialidade é marcada no discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), no que se refere a essas mulheres? Como os espaços “fora da casa” no campo e na cidade produzem diferentes efeitos de sentidos para a constituição das mulheres velhas/envelhecidas do campo?

No desenvolvimento deste texto, logo na seção 2, trouxemos as bases da teoria da AD a partir das críticas de Pêcheux ao uso dos instrumentos pela Psicologia Social e da noção de sujeito da Psicologia, para apresentarmos, em seguida, os principais conceitos que mobilizamos para compreender a posição sujeito mulher velha/envelhecida no discurso. Sendo assim, nosso gesto analítico se voltou não mais para os sujeitos empíricos, como tratava aquela ciência, mas para o sujeito discursivo.

Na seção 3, tratamos dos estudos que abordam sobre a questão da velhice na AD bem como daqueles que tratam da interseccionalidade de eixos que tratam de dominações de gênero, sexualidade, raças, classes sociais e territorialidades. Fizemos aproximações e deslocamentos em relação a esses estudos, considerando nosso objeto de pesquisa. Nessa visada, empreendemos esforços para traçarmos algumas considerações sobre os possíveis efeitos de sentidos sobre a mulher dos/nos espaços “fora da casa” no campo e na cidade. Ainda nessa seção, apresentamos a Marcha das Margaridas e o Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), que constituiu nosso *corpus* principal.

Para a análise dos efeitos de sentidos do “fora da casa” no campo, constituímos, na seção 4, a partir de um percurso no arquivo virtual das revistas Globo Rural e Agriculturas, um *corpus* de análise que considera as imagens das mulheres velhas/envelhecidas do/no campo em relação aos enunciados das capas. O *corpus* auxiliar recortado para a análise nos serviu de

contraponto em relação ao *corpus* principal, uma vez que tínhamos, na revista Globo Rural, um discurso do agronegócio tomado enquanto ponto de inércia do pêndulo (PETRI, 2013). Por outro lado, tivemos o efeito de proximidade funcionando no discurso da revista Agriculturas em relação ao Caderno das Marchas das Margaridas (CONTAG, 2015).

Em seguida, na análise da materialidade verbal, na seção 5, observamos as disputas de sentidos que ocorrem entre as diferentes denominações construídas por condições de produção do discurso, memória discursiva e silenciamentos, sendo que fizemos um destaque para as denominações “mães” e “avós” que produziram efeitos de sentidos de ancestralidade, tradição e resistência filiados ao discurso do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), diferentemente das demais denominações.

Ainda na seção 5, realizamos as análises de algumas orações e constituímos três eixos de produção de efeitos de sentidos: par jovens/idosas; mulheres lésbicas, jovens e idosas; beleza e juventude, que se filiam a uma FD (que chamamos de FD urbana) e apagam outros efeitos de sentidos sobre a velhice e as territorialidades diferentes da urbana. Entendemos que seria interessante que os editores do Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), pudessem compor esse material trazendo os discursos das mulheres velhas/envelhecidas produzidos nas reuniões, nos encontros e na própria Marcha. Dessa forma, acreditamos ser possível fazer circular discursos que de fato possam produzir efeitos de sentidos sobre a subalternidade dessa mulher (SPIVAK, 2010).

Na construção das análises dos efeitos de sentidos do “fora da casa” na cidade, na seção 6, recortamos as imagens de mulheres velhas/envelhecidas que constam no Caderno da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), priorizando os dizeres das faixas, bandeiras e cartazes e as mãos enquanto traços do imaginário do corpo. Observamos as marcas dos efeitos de uniformidade das marchas, as regularidades nas escritas das faixas e a posição das

“mãos”, pensadas discursivamente. Em seguida, demos ênfase para a imagem de uma senhora cujo corpo se colocou entre as letras do enunciado de uma faixa que diz de uma (não) equivalência entre feminismo e agroecologia.

Na relação entre a materialidade verbal e imagética, constatamos que na análise da materialidade verbal, depreendemos a posição sujeito do discurso a partir de uma FD urbana marcada pelo discurso urbano e do patriarcado, que favorece, de alguma forma, o apagamento do sujeito discursivo mulheres velhas/envelhecidas dos campos, das florestas e das águas. Na análise da materialidade imagética, nós temos, a partir de uma *posição do sujeito na cidade*, as marcas de um discurso que, em alguns momentos, recupera a memória do patriarcado; e, em outros, tenta romper com as possibilidades de violências diversas vividas pelas mulheres ao longo da sua história.

Observamos também que a materialidade imagética nos permite depreender as marcas do discurso que consideram a interseccionalidade dos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade, possibilitando efeitos de produção dos sentidos para o sujeito discursivo mulher velha/envelhecida dos campos, das florestas e das águas.

Sendo assim, esta pesquisa nos permitiu compreender os discursos que são produzidos e que circulam na sociedade, que dizem sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo e que, para nós, demonstram a sua invisibilidade na produção de efeitos de sentidos no “fora da casa” no campo e no “fora da casa” na cidade. Consideramos, nesse processo, as marcas da FD urbana, os silenciamentos e o seu processo de resistências nos diferentes espaços que implicam algumas mudanças, mas não em rupturas que possibilitam outra tomada de posição sujeito discursiva. Ao final desta pesquisa, entendemos que mudanças pontuais nos discursos se fazem presentes, e que mudanças de posição sujeito mulher, seja no discurso, seja na realidade, convocam-nos à participação nos movimentos na sociedade, conforme propôs Orlandi (2014).

Por isso, entendemos que a nossa contribuição ao falarmos da vida das mulheres subalternas, marcadas nessa condição pelo gênero e pelas condições da subalternidade, como já definimos recorrendo à Spivak (2010), coloca-nos nessa posição discursiva que produz, para nós, efeitos de sentidos de uma contribuição embrionária, ao pesquisarmos sobre essas mulheres que trouxemos neste estudo.

Deixamos em aberto algumas possibilidades de futuras pesquisas a partir do que já trouxemos nessas análises no que se refere a explorar outros discursos, considerando as territorialidades/relação com a natureza (campos, florestas e águas), ainda pouco desenvolvidas nas pesquisas de AD. Destacamos a importância de se trazer outros recortes para se pensar a mulher velha/envelhecida dos campos, das florestas e das águas como, por exemplo, a categoria trabalho, bem como ampliar a questão do ato de reparar, proposto por Ernest-Pereira e Quevedo (2014), na seleção dos recortes das imagens das mulheres velhas/envelhecidas, enquanto discurso transversal que permite a compreensão sobre a sua invisibilidade.

Por fim, consideramos que este estudo permitiu circular outros efeitos de sentidos no espaço acadêmico sobre a mulher velha/envelhecida dos campos, das florestas e das águas, e que podem ser ampliados por novas pesquisas para “dar-lhes voz” nesse espaço em que ainda se fala pouco delas.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO E SOUZA, L. **Sobre o real e o imaginário na AD.** Palestra realizada no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem para a disciplina: (Re)leituras de Michel Pêcheux, Universidade Federal Fluminense, em outubro de 2016.

AGRICULTURAS: experiências em agroecologia. Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>>. Acesso em mar. 2015.

AGUIAR, V. V. P. A. **Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeitos políticos.** 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/?jspui/handle?REPOSIT/281133>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

ALTHUSSER, L. (1970). **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.** 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1980.

ALVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicología Social: perspectivas psicológicas e sociológicas.** Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de España, 2003

BAALBAKI, A. C. F. **A Revista Ciências Hoje das Crianças e o discurso de divulgação científica: entre o ludicismo e a necessidade.** 308f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2010.

_____. O “Movimento surdo em favor da educação e da cultura surda”: uma questão de militância no espaço urbano? *In:* AQUINO, Z.G.O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P.R.; PINTO, M.A.G. (orgs). **O poder do discurso e o discurso do poder.** v. 1. São Paulo: Editora

Paulistana, 2018. p. 64-84. Disponível em: <<http://cied.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

BALDINI, L.; LEONEL DE SOUZA, L. Os sentidos tomando corpo. *In: AZEVEDO, A. F. de (org). **Sujeito, corpo e sentido***. Curitiba: Appris, 2012, p. 69-88

BOCCHI, A.F.de A. *et al.* WC e gênero: discursos em movimento. *In: RUA* [online]. n. 24, v. 1, p. 281-304, jun. 2018. Disponível em: Portal Labeurb – Revista do laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Acesso em: 13 dez. 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 14 dez. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas**: direitos e participação social. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <bvms.saude.gov.br>. Acesso em: 04 nov. 2017.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher no Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004, p. 205-227.

CALDART, R. S. *et al.* (orgs.) **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CINTRÃO, R.; SILIPRANDI, E. O progresso das mulheres rurais. *In*: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA/Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 187 – 234.

CONTAG, Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais. **Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade**. Caderno de textos para estudos e debates: Marcha das Margaridas. 2015. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

CORTEN, A. Discurso e representação do político. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p. 37 – 52.

COURTINE, J-J. (1981). **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. HAROCHE, C. **História do rosto: exprimir e calar as emoções (do século 16 ao começo do século 19)**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. p. 171-188. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 04 março 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LAURENTIS, T. A tecnologia de gênero. *In*: HOLANDA, H. B. de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242

DELA-SILVA, S. C. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia**. 237 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/271055>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

_____. A análise do discurso e a formação do jornalista. **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, v.7, jul.2013, p.1-4. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/152.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2018.

_____. Sobre a mídia e seus arquivos: o sujeito mulher como acontecimento jornalístico. *In*: VII SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2015, Recife-PE. **Anais do VII SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico]**. Recife-PE: SEAD, 2015. v. 1. p. 1-9.

FERRARI, A.J. Da minha parte ao trabalho: uma análise do significante “trabalho” em falas de mulheres trabalhadoras rurais quilombolas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 45, n. 3, 2016, p. 705-716.

FERREIRA, A.P.L.; MATTOS, L.C. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, abr. 2017. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2018.

GADET, F.; LÉON, J.; MALDIDIER, D.; PLON, M. (1969) Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. *In*: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios), p. 39-60.

GARCIA, D. A.; ABRAHÃO E SOUSA, L. M. A Marcha das Vadias nas redes sociais: um discurso de militância? **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1041-1055, set./dez, 2014a.

_____. A Marcha das Vadias e a posição-sujeito-mulher: uma resistência constitutiva. **Anais do XVII Congresso Internacional Asociación de Linguística y Filología de América Latina (ALFAL 2014)**. João Pessoa, 2014b.

GARCIA, D. A. A mulher no idioma: efeitos de silenciamento e resistência. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 40, jul./dez. 2017, p. 69-87. Disponível em: <<http://revistalinguas.com/edicao40/artigo3.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

_____; LUNKES, F. L. **Sujeitos, corpos, sexualidades em (dis)curso?** *In*: Anais do XIII Seminário Nacional de Literatura, História e Memória, IV Congresso Internacional de pesquisa em Letras no Contexto Latino-americano, III Seminário Internacional e IV Congresso Nacional em Estudos da Linguagem, III Seminário Internacional de Etnia, Diversidade e Formação, II Congresso Internacional de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil da Rede Paranaense de Leitura. Cascavel: UNIOESTE, nov. 2017.

GLOBO RURAL: Edição Especial de 16^º aniversário. Rio de Janeiro: Editora Globo, n. 192, out. de 2001. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI344727-18096,00-ANOS+DE+GLOBO+RURAL+AS+CAPAS+DOS+ANOS.html>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. O conhecimento sobre a linguagem. *In*: PFEIFFER, C.C.; NUNES, J.H. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem** – Linguagem, história e conhecimento. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 143-157.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. **Linguagem**, São Carlos, 3. ed., 1971. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php>. Acesso em: 20 set. 2018.

HENNING, C.E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, F.; HAK (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). p. 13- 36.

HERBERT, T. [PÊCHEUX, M.]. Reflexões sobre a Situação Teórica das Ciências Sociais, especialmente da Psicologia Social (1966). *In*: ORLANDI, E. (org.). **Análise de Discurso de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017**: resultados preliminares. v. 7. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In*: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. **Práticas**

discursivas e identitárias: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2008. p. 10- 32.

KEHL, M.R. **Deslocamentos do feminino**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LAGAZZI, S. **O recorte significante na memória**. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/SuzyLagazzi.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

_____. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 11, n. 3, p. 497-514, set./dez, 2011.

_____. A imagem em curso. A memória em pauta. In: TASSO, I. CAMPOS, J. (orgs.). *Imagem e(m) discurso: a formação das modalidades enunciativas*. V. 8. Campinas: Pontes Editores, 2015a, p. 51-95.

_____. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: FLORES, G.G.B.; NECKEL, N.R.M.; GALLO, S.M.L. *Análise do discurso em rede: cultura e mídia*. V. 1. Campinas: Pontes Editores, 2015b, p. 177-190.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova visão de homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 10-19.

LEANDRO-FERREIRA, M.C. Linguagem Ideologia e Psicanálise. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, jun. 2005, p. 69-75.

_____. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v.4, n.48, 2010.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. O corpo como materialidade discursiva. **Caderno de Estudos do Discurso e do Corpo**, v. 02, p. 77-82, 2013.

LUNKES, F. **O Discurso sobre depressão na Revista Veja (1968-2010) em materialidades verbais e não-verbais: o triunfo dos efeitos de sentidos de medicalização**. 303f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense – Instituto de Letras, 2014.

LUNKES, F.; MARCILESE, M.; DELA-SILVA, S. O discurso: um novo objeto, uma nova disciplina? *In*: BAALBAKI, A. *et al.* **Linguística III**: volume 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015. p. 109-140.

MACHADO, M. N. da M. Análise do discurso e Psicologia Social: um vínculo esquecido. **Mnemosine**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, 2008, p. 20-37.

MAGALHÃES, B. Da fala da vítima ao discurso do opressor. **Rev. Anpoll**, n. 21, jul./dez. 2006. p. 29-62.

_____; SILVA SOBRINHO, H. da. Sujeito e Velhice: a particularidade das relações de gênero afetando a formulação do dizer. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 2, n. 2, p. 236-250, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/512/318>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

MAGALHÃES, B. Ideologia e inconsciente: entre a trabalhadora e a mãe. **Abralin – 40 anos**, João Pessoa, 2009, p. 508-512.

_____; MARIANI, B. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v10n2/v10n2a08.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

_____. **Capitalismo, Trabalho, Gênero e Educação.** In: VII Seminário do Trabalho, Marília, 2010, p. 1-19.

_____. CABRAL, O. O rompimento (im)possível da lógica patriarcal nas sociedades de mercado: uma análise do conto “A Sopa”, de Dalton Trevisan. **Scripta Uniandrade**, n. 8, 2010, p. 11-21.

_____; SILVA, G. A mulher no trabalho, na família e na universidade. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**. n. 2, mar. 2010, p. 177-193.

_____; SILVA, G.; MOTTA, F.T.S. Gênero, trabalho e ação política no setor agrícola alagoano. **Latitude**, v. 5, n. 1, 2011, p. 85-111.

_____; SILVA, G. Q. L. Trabalho e movimento feminista: uma articulação necessária. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 1, jan./jun. 2012, p. 17-27.

_____. **Discurso, Mídia e Gênero.** Palestra proferida no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, 07 nov. 2017.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso:** (re)ler Michel Pêcheux Hoje. Trad.: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. S.C. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (192-1989).** 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Estudos da Linguagem, 1996. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270690>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

_____. Sobre um discurso de análise do discurso jornalístico – a revolução de 30. In: MARIANI, B. S.C. **Os múltiplos territórios da análise do discurso.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 102-121.

_____. Subjetividade e Imaginário Linguístico. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 3, número especial, 2003, p. 55-72. Disponível em: <file:///C:/Users/alxlo/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/246-265-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 19/11/2018.

_____. Textos e conceitos fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan. *Alfa*, São Paulo, n. 54, v. 1, p. 113-127. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2873>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MODESTO, R. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. **Fórum Linguístico**. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 1083-1093, jan./mar, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n1p1083/31474>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

NUNES, J. H. A semântica e o corte saussureano: língua, linguagem, discurso. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M.C. (orgs). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 99-104.

_____. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, F.; FERREIRA- LEANDRO, M.C. (orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 373-379.

_____. O discurso documental na história das idéias linguísticas e o caso do dicionário. *Alfa*, São Paulo, n. 52, v. 1, p. 81-100. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468/0>>. Acesso em 03 jan. 2019.

_____. Marchas urbanas: das redes sociais ao acontecimento. In: PETRI, V.; DIAS, C. (orgs). **Análise do Discurso em Perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: UFSM, 2013. p. 65-83.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba, 1984, p. 9-26. (Série Estudos, 10).

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Michel Pêcheux e a análise do discurso. **Estudos da Lingua(gem)**. Vitória da Conquista, n.1, p.9-13, 2005. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/4/3>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. **Revista Rua**, Campinas, v. 2, n. 16, nov. 2010, p. 5-17.

_____. A cidade como espaço político-simbólico: textualização e sentido público. *In: Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012a, p. 185-202.

_____. Entremeio e discurso. *In: ORLANDI, E. P. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012b. p. 23-35.

_____. Dispositivos da interpretação. *In: ORLANDI, E. P. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012c. p. 79-98.

_____. A casa e a rua: uma relação política e social. *In: ORLANDI, E. P. Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012d. p. 199-212.

_____ Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias? *In:* ____ (Org.). **Linguagem, sociedade, políticas.** [Coleção Linguagem & Sociedade] Pouso Alegre: UNIVÁS/CAMPINAS: RG Editores, 2014. p. 29-38. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?r=paginasartigo%2Fviewpagina&numeroPagina=11&artigo_id=37>. Acesso em: 02 fev. 2018.

PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). *In:* GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios), p. 61-162.

_____ (1969). As Ciências Humanas e o “momento atual”. *In:* ORLANDI, E. (org). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux:** textos selecionados. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 175-202.

_____; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. *In:* GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios), p. 163-235.

_____ (1975). **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____; GADET, E. (1977). Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologicismo?. *In:* ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso:** Michel Pêcheux – textos selecionados. 4.ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 295-310.

_____ (1978). Anexo 3: Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. *In:* PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. p. 293-307.

_____ (1981). Análise de discurso e informática. *In: ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux – textos selecionados. 4.ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 275-294.*

_____ (1982). Ler o arquivo hoje. *In: ORLANDI, E. P. et al. (orgs.). **Gesto de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 55-66. (Coleção Repertórios).*

PÊCHEUX, M. (1982). Leitura e memória: projeto de pesquisa. *In: ORLANDI, E. (org). **Análise de Discurso de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 141-150.*

_____; LÉON, J. (1982). Análise Sintática e Paráfrase Discursiva. *In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 163-173.*

_____ (1983). A análise do discurso: três épocas. *In: GADET, F.; HAK, .T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios), p. 311-318.*

_____ (1984). **Papel da Memória**. *In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. 1. ed. Campinas: Pontes, 1999, p.49-57.*

_____ (1984). Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. *In: ORLANDI, E. (org). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 283- 310.*

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. *In: BARROS, M. M. L. de. **Velhice ou Terceira Idade?** 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 69-84.*

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental”

da análise do discurso. *In*: PETRI, V.; DIAS, C. (orgs.). **Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: UFSM, 2013. p. 39-48.

PITANGUY, J.; BARSTED, L. L. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. *In*: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPPIA/Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 15 – 18.

QUEVEDO, M. Q. Do gesto de reparar a (à) gestão dos sentidos: um exercício de análise da imagem com base na análise do discurso. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguística Aplicada) – Universidade Católica de Pelotas, 2012

ROMÃO, L.M.S.; LEANDRO-FERREIRA, M.C.; DELA-SILVA, S. Arquivo. *In*: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. (orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: FAPERJ/ 7 Letras, 2012. p. 11- 37.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, S. E. V. da. **Agronegócio e agricultura familiar: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital**. Maceió: EDUFAL, 2015.

SILVA SOBRINHO, H. F. da. **Discurso, velhice e classes sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. O discurso sobre velhice e as tentativas do capital de tornejar suas contradições. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1118-1128, set./dez. 2014.

SILVA SOBRINHO, H. F. da. Imagens e não-imagens da velhice na imprensa: formulações que encarnam o discurso, efetivam sentidos e delimitam sujeitos. *In*: BERNARDO-SANTOS, W.J.; TFOUNI, F.E.V. (orgs.). **Discurso, mídia e ensino**: entrecruzamentos de abordagens. São Cristóvão: Editora UFS, 2016. p. 179-200.

SOARES, A. S. F. As fotografias na mídia, a que(m) servem? **Espaço Plural**, n. 17, p. 83-90, 2007.

SOUZA, T. C.C.de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação.
Revista Rua, n. 7, p. 65-94, 2001

SOUZA, E. L. da C.; STADUTO, J.A.R.; KRETER, A. C. Previdência rural e mulher: uma análise inter-regional a partir da perspectiva de gênero. **Revista da ABET**, v. 16, n. 1, jan./jun. 2017.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

STREY, M.N. Gênero. *In*: JACQUES, M. da G. C. **Psicologia Social Contemporânea**: livro- texto. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 181-198.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Objetos paradoxais e ideologia. **Estudos da Língua(gem)**.
Vitória da Conquista, n. 1, jun. 2005a, p. 41-59. Disponível em:
<<http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/8/12>>. Acesso em: 04 set. 2016.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do *corpus* discursivo e sua descrição/interpretação. *In*: GUIMARÃES, E.; PAULA, M. R. B. de. **Sentido e memória**. Santa Maria: UFSM/Pontes, 2005b, p. 93-115.

ANEXOS

ANEXO 1

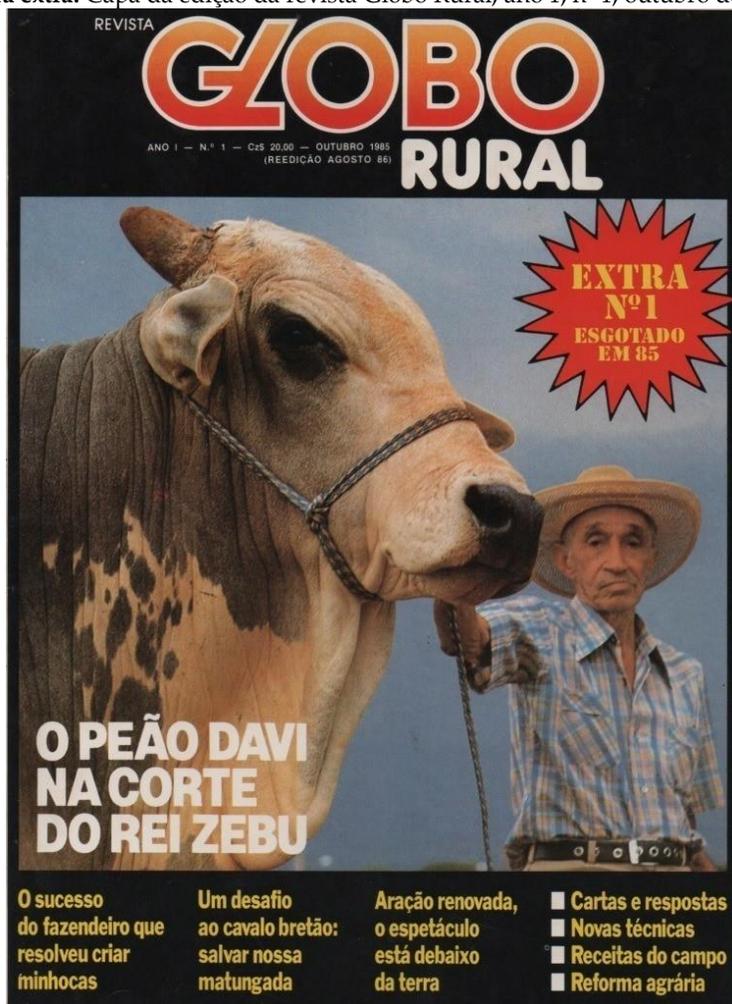
**Tabela 9 - Sexo, alfabetização, idade e cor ou raça do produtor,
segundo as Unidades da Federação - 2017**

(continua)

Unidades da Federação	Sexo		Sabe ler e escrever		Idade		
	Homem	Mulher	Sim	Não	Menor que 30 anos	De 30 a menos de 60 anos	De 60 anos e mais
Brasil	4 100 900	945 490	3 883 033	1 163 354	276 319	3 040 403	1 729 653
Rorônia	76 828	14 327	81 659	9 494	5 803	60 940	24 410
Acre	29 740	7 541	25 534	11 747	4 598	25 001	7 682
Amazonas	63 861	16 899	60 405	20 355	9 726	53 345	17 689
Roraima	13 125	3 660	12 927	3 858	1 655	10 831	4 298
Pará	223 642	57 487	221 330	59 779	26 380	187 140	67 589
Amapá	8 485	1 986	6 737	1 734	997	5 388	2 086
Tocantins	53 105	10 337	52 158	11 284	2 364	37 856	23 221
Maranhão	174 461	44 942	132 838	86 465	17 309	141 292	60 702
Piauí	190 893	54 334	142 596	102 831	17 224	149 197	78 806
Ceará	317 403	76 239	226 217	167 425	26 062	240 574	127 005
Rio Grande do Norte	53 086	10 014	37 887	25 213	2 699	37 848	22 553
Paraíba	125 272	37 697	96 881	66 088	9 140	95 650	58 179
Pernambuco	204 627	76 289	169 495	111 421	20 923	170 800	89 193
Alagoas	75 245	22 935	52 849	45 331	7 206	60 756	30 217
Sergipe	71 966	21 051	57 578	35 439	5 300	55 663	32 054
Bahia	565 840	194 533	516 097	244 276	39 828	447 164	273 379
Minas Gerais	517 374	86 683	528 251	75 805	20 400	344 738	238 916

ANEXO 2

Figura extra: Capa da edição da revista Globo Rural, ano 1, nº 1, outubro de 1985



Fonte: Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI344727-18096,00-ANOS+DE+GLOBO+RURAL+AS+CAPAS+DOS+ANOS.html>>.

ANEXO 3

Sequências discursivas recortadas do texto: “Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade” - Caderno de textos para estudos e debates: Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015)

SEÇÃO/ SUBSEÇÃO	DENOMINAÇÕES	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDS)
<p style="text-align: center;">Conhecendo a Marcha das Margaridas</p> <p>Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p>	<p style="text-align: center;">Idosas (1)</p>	<p>SD1: Afirmamos que esse não é o verdadeiro retrato do mundo rural, que engloba o campo, a floresta e as águas: o rural é rico de conhecimentos, de produção, de belezas, de vidas. Lá vivem e trabalham muitas pessoas, com diferentes identidades: jovens, idosas, mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, quebradeiras de coco, assentadas da reforma agrária, assalariadas rurais, agricultoras familiares, camponesas. (CONTAG, 2015, p. 9-10).</p>

<p>Conhecendo a Marcha das Margaridas Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p>	<p>Pessoas da terceira idade (1)/ envelhecimento (1)</p>	<p>SD2: No Brasil, um número significativo de pessoas da terceira idade continua vivendo na área rural. Contudo, a transição demográfica está ocorrendo rapidamente. Esses dados e projeções trazem para o centro do debate no MSTTR brasileiro a importância da ampliação das políticas públicas, a preocupação com o envelhecimento no campo e os impactos da sucessão rural, já que as estatísticas mostram um significativo êxodo da juventude no meio rural (CONTAG, 2015, p. 14).</p>
<p>Conhecendo a Marcha das Margaridas Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p>	<p>População idosa (1)/ Envelhecimento (1)</p>	<p>SD3: As políticas públicas não estão dando conta de acompanhar esse acelerado envelhecimento, já que a população idosa é a que mais cresce no Brasil, configurando um fenômeno novo e desafiador para governo, sociedade e famílias. (CONTAG, 2015, p. 14).</p>
<p>Conhecendo a Marcha das Margaridas Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p>	<p>Terceira idade (1)/ Pessoas idosas (3)/</p>	<p>SD4: Alguns aspectos devem ser considerados ao pensar políticas para a terceira idade, entre</p>
<p>Conhecendo a Marcha das Margaridas</p>	<p>População idosa (2)</p>	<p>eles: aumento do número de pessoas idosas vivendo sozinhas (mais de 6,7 milhões), sendo</p>

<p>Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p>		<p>40% mulheres; importante contribuição da renda das peessoas idosas para compor a renda familiar em 53% dos domicílios; mais idosos(as) vivendo nas cidades: 21 milhões em áreas urbanas, 3,8 milhões na área rural; diminuição da parcela da população idosa vivendo em pobreza extrema; a maioria da população idosa é ativa (na área rural, 84,9% continuam trabalhando mesmo depois de aposentados); elevado percentual de peessoas Idosas analfabetas, sobretudo no campo. (CONTAG, 2015, p. 14).</p>
<p>Conhecendo a Marcha das Margaridas Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com</p>	<p>Envelhecimento (1)/ Envelhecer (1)/ Mulheres idosas (1)</p>	<p>SD5: No entanto, o que mais chama a atenção é a feminização do envelhecimento. O processo social de envelhecer tem um forte componente de gênero. As mulheres idosas estão vivendo mais que os homens. Há maior proporção de viúvas do que em qualquer outra faixa etária. (CONTAG, 2015, p. 14).</p>

<p>democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p>		
<p>Conhecendo a Marcha das Margaridas Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p>	<p>Mulher idosa do campo, da floresta e das águas (1)</p>	<p>SD6: Diante dessa realidade, a Marcha das Margaridas cumpre um importante papel de trazer para o centro do debate as especificidades da mulher idosa do campo, das florestas e das águas, destacando os vários tipos de conflitos vivenciados por essas mulheres, e trazendo um olhar mais apurado para as suas necessidades e sua forma de se relacionar com os outros. (CONTAG, 2015, p. 14).</p>
<p>Conhecendo a Marcha das Margaridas Margaridas seguem</p>	<p>Mulheres idosas (1) Mulher idosa (1)</p>	<p>SD7: As mulheres idosas enfrentam muitos desafios gerados por uma sociedade gerofóbica e sexista, por meio de suas leis e políticas públicas. O contexto social vem</p>

<p>em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p>		<p>ensinando e perpetuando o descrédito na mulher idosa, que é parte de uma maioria invisível, cujas necessidades emocionais, econômicas, sociais e físicas permanecem, em sua maioria, ignoradas. (CONTAG, 2015, p. 15).</p>
<p>Eixo 2 – Terra, Água e Agroecologia As Margaridas na defesa da agroecologia</p>	<p>Idosas (1)</p>	<p>SD8: A agroecologia como um modo de produzir, relacionar-se e viver na agricultura implica relações respeitadas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens, idosas e destes(as) com a natureza. Isso significa respeito à diversidade de tradições, culturas, saberes,</p>
		<p>bem como proteção à sociobiodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns.</p>
<p>Eixo 2 – Terra, Água e Agroecologia As Margaridas na defesa da agroecologia</p>	<p>Avós (fem.). (1)</p>	<p>SD9: As mulheres vêm construindo historicamente a agroecologia, assim como suas mães e avós a praticavam, mesmo sem conhecer esse nome. Mas foi a resistência delas que garantiu a existência de diversidade</p>

		<p>de sementes e práticas que hoje permitem que estejamos aqui e que de outra forma teriam se perdido pela difusão da revolução verde. Elas usam critérios que não se referem somente a dinheiro, elas valorizam o autoconsumo e o fato de suas famílias comerem bem, com qualidade (sem veneno), um alimento que faz bem para a saúde. Junto com o conhecimento e o plantio de plantas medicinais, as mulheres valorizam o fato de elas e seus filhos não precisarem ir ao médico. (CONTAG, 2015, p. 24-5).</p>
<p>Eixo 4 - Autonomia econômica: trabalho e renda</p> <p>Como é visto pela sociedade o trabalho realizado pelas mulheres</p>	<p>Idosos(as) (1)</p>	<p>SD10- O modelo capitalista de desenvolvimento valoriza apenas produtos que podem ser comercializados. Produtos para o autoconsumo, a produção extrativista, as trocas solidárias não são consideradas como parte da economia. Da mesma forma, o trabalho realizado pelas mulheres, em casa e</p>

		<p>nos cuidados com filhos(as) e idosos(as), não é reconhecido. É preciso rever esse conceito limitado da economia para formar uma concepção mais ampliada voltada para o bem-estar de todas e todos. (CONTAG, 2015, p. 41).</p>
<p>Eixo 4 – Autonomia econômica: trabalho e renda</p> <p>Direitos</p> <p>Previdenciários</p>	<p>Velhice (1)</p> <p>Mulheres rurais e idosas (1)</p>	<p>SD11- A garantia dos direitos previdenciários faz parte da história de luta das trabalhadoras rurais. A previdência social tem sido a política pública de maior impacto econômico e social no meio rural e na vida econômica da maioria dos municípios brasileiros. A principal questão a ser enfrentada é a da sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro, sem comprometer as conquistas históricas dos(as) trabalhadores(as) rurais, especialmente as mulheres. No Brasil, a feminização da velhice fortalece a importância da extensão da</p>

		seguridade social às trabalhadoras rurais, no entanto, as mulheres rurais idosas ainda necessitam de políticas sociais que tratem
		problemas como abandono familiar e maus-tratos, com violência física, psicológica e sexual. Incidir sobre essa problemática torna-se fundamental em um país cuja longevidade média é de 74,8 anos, e mais de 23 milhões têm mais de 63 anos (IBGE/2013). (CONTAG, 2015, p. 48).
<p>Eixo 5 – Educação</p> <p>não sexista, educação sexual e sexualidade</p> <p>As Margaridas e a demanda por educação do campo</p>	População idosa (1)	<p>SD12- Quanto à escolarização de adulto(as), sabemos que o número de analfabetos(as) no campo ainda é elevado, sobretudo, entre a população idosa. A maioria dos(as) analfabetos(as) brasileiros(as) vive na área rural. A taxa de analfabetismo nesses locais chega a 19%. Os homens têm situação educacional ainda pior: 21% são analfabetos. Entre as mulheres, o índice é de 16,9% (IBGE, 2012). O acesso à escolarização no campo ainda é precário. É preciso garantir políticas de</p>

		elevação de escolaridade em todos os níveis de ensino, no meio rural. (CONTAG, 2015, p. 56).
Eixo 5 – Educação	Mulher idosa (2)/	SD13- Outro aspecto importante a destacar diz respeito à discriminação sexual contra a mulher idosa . A sociedade considera a sexualidade da mulher idosa como inexistente ou desnecessária, mas acha normal que homens idosos usem Viagra e estejam sempre em busca de uma mulher mais jovem. Para as mulheres idosas , continua reservado o lugar de cuidadora da família, dos(as) filhos(as) e netos(as). Muitas mulheres idosas são vítimas de violência sexual, mas não denunciam por temerem ser ridicularizadas ou por acharem que ninguém acreditará nelas. Outro aspecto muito citado são os casos de HIV em homens e mulheres, em função do não uso de
não sexista, educação	Mulheres idosas	
sexual e sexualidade	(2)/	
Sexualidade	Homens idosos (1)/ Terceira idade (1)	

		preservativos nas relações sexuais na terceira idade . Geralmente, as mulheres denunciam que, com o uso do Viagra, os maridos passaram a ter relações sexuais fora do casamento, mas que não se previnem e acabam contaminando-as. (CONTAG, 2015, p. 57-58).
Eixo 5 – Educação não sexista, educação sexual e sexualidade Sexualidade	Terceira Idade (1)	SD14- As discriminações ao corpo e à sexualidade das mulheres, em grande parte, resultam de desinformação e expressam tabus ainda vigentes na sociedade. O padrão de beleza e a ideia de saúde da mulher
		disseminados pela mídia revelam a mercantilização do corpo feminino, para o qual há um amplo mercado de produtos, desde a juventude até a terceira idade , abrangendo a maternidade e os ciclos da mulher, como a menstruação, o climatério (fase de transição do período reprodutivo fértil para o não fértil, quando a menstruação vai diminuindo e as mulheres sentem, por exemplo, ondas de calor e alteração de humor) e a menopausa. (CONTAG, 2015, p. 57-58).

<p>Eixo 5 – Educação não sexista, educação sexual e sexualidade</p> <p>Boxe: Para continuar conversando</p>	<p>Terceira Idade (1)</p>	<p>SD15: 3) Como vocês avaliam as políticas de educação do campo? Elas garantem o acesso das mulheres e suas necessidades, das meninas, das jovens e da terceira idade? O que é preciso melhorar? Quais as suas sugestões? (CONTAG, 2015, p. 57-59).</p>
<p>Eixo 6 – Violência Sexista</p>	<p>Idosas (1)</p>	<p>SD16: É preciso considerar que entre nós, mulheres, também existem desigualdades, entre rurais e urbanas; negras, indígenas e brancas; discriminações em relação a mulheres lésbicas, jovens e idosas. É preciso reconhecer que o protagonismo deve ser daquelas que vivenciam as opressões no combate a todas as formas de exclusão e desigualdade. (CONTAG, 2015, p. 63).</p>
<p>Eixo 6 – Violência Sexista</p>	<p>Envelhecer (1)/ Pessoas idosas (1)/ Idosas (1)</p>	<p>SD17: Envelhecer nessa sociedade que cultua a juventude e a beleza, no entanto, também é algo extremamente desafiador para as mulheres.</p> <p>SD18: Gerofobia é o termo que se usa para descrever os preconceitos e estereótipos em relação às pessoas idosas, com base unicamente em sua idade.</p> <p>SD19: Hoje as idosas têm sofrido diferentes formas de violência, além da física, como a expropriação de sua aposentadoria para a manutenção da família, muitas vezes sem que essa seja uma decisão dela, e também o uso de seu nome para o pagamento de</p>

		créditos consignados sem sua autorização. Essa realidade é dura e ainda invisível. (CONTAG, 2015, p. 63).
Eixo 7 – Direitos à saúde e direitos reprodutivos	Idosos(as) (1) Dos(as) avós (1)	SD 20: Para nós, mulheres, falar de saúde é falar do cuidar de si e também do cuidar da saúde dos(as) outros(as), uma responsabilidade que, para as mulheres, começa bem cedo e continua por toda nossa vida. Cuidamos dos(as) filhos(as), dos(as) irmãos(ãs) mais novos(as), dos(as) avós,

		<p>depois da mãe e do pai, do(a) companheiro(a), dos(as) netos(as), e, às vezes, dos(as) primos(as), dos(as) tios(as), das noras e dos genros também. Ajudamos a cuidar até da família das vizinhas. Somos responsáveis por organizar remédios caseiros, compartilhar dicas e receitas de cura. Mantemos as vacinas das crianças e dos(as) idosos(as) em dia, levamos os familiares ao médico, ajudamos na recuperação de cirurgias. Até dormimos nos hospitais quando é preciso. (CONTAG, 2015, p. 71).</p>
<p>Eixo 7 – Direitos à saúde e direitos reprodutivos A violência ameaça a saúde das mulheres</p>	<p>Terceira idade (1)</p>	<p>SD 21: O câncer de colo do útero, também chamado de cervical, pode ser prevenido facilmente no exame preventivo (conhecido também como Papanicolau), e são curáveis na quase totalidade dos casos. Por isso é importante a realização periódica desse exame a partir dos 25 anos de idade. O exame preventivo deve ser realizado anualmente; depois de dois resultados negativos, deve-se seguir com exames a cada 3 anos até os 64 anos de idade. Na terceira idade, para mulheres com mais de 64 anos e que nunca realizaram o exame preventivo, deve-se realizar dois exames com intervalo de um a três anos. Se ambos forem negativos, essas mulheres podem ser dispensadas de exames adicionais, estão fora de</p>

		risco. (CONTAG, 2015, p. 73-74).
<p>Eixo 8 - Democracia, poder e participação Reformar o sistema político para mudar a sociedade do jeito que a gente quer</p>	Idosas (1)	SD22: Fazer uma reforma política democrática exige muito mais do que algumas mudanças no sistema partidário-eleitoral, vigente no país. É mudar tudo do nosso sistema político, das emendas parlamentares ao orçamento, inclusive a forma de definição dos(as) dirigentes de altos cargos públicos, que é profundamente permeada por mecanismos clientelistas. Pensar a participação das mulheres apenas considerando os espaços de poder, tal qual existem hoje, restringe o alcance da mudança que desejamos. Trata-se de democratizar o Brasil, tarefa na qual as mulheres têm muito a contribuir, a partir dos

		horizontes utópicos do feminismo e da política. E para que se faça um país realmente democrático, há que se romper com as desigualdades e as discriminações vivenciadas pelas mulheres, em particular pelas mulheres
		negras, indígenas, do campo e da floresta, trabalhadoras domésticas, lésbicas, com deficiência, jovens e idosas . (CONTAG, 2015, p. 78).
Registrando nossos estudos e debates Sobre as atividades	Idosas (1)	SD23- Quantas pessoas participaram das atividades? Quantos homens participaram? E quantas mulheres? _ Dessas mulheres, quantas participantes eram sócias do sindicato? _ Das mulheres participantes, quantas eram

	jovens? _____ Quantas eram idosas ?_
	Quantas eram assalariadas? - _____(CONTAG, 2015, p. 82).

SOBRE A AUTORA

Doutora em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da professora Dra. Silmara Cristina Dela da Silva, sendo seus estudos financiados pela CAPES e pelo recurso próprio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IF Sudeste MG *campus* Barbacena.

Mestra e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Membro associado do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP).

É professora de Psicologia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IF Sudeste MG *campus* Barbacena.

/

O estudo que apresentamos neste e-book está filiado ao aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, que tem Pêcheux como fundador e visa compreender como são produzidos os efeitos de sentidos sobre as mulheres velhas/envelhecidas do campo, representantes da agricultura familiar e da agroecologia, no discurso do material “Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade” – Caderno de Textos para Estudos e Debates: Marcha das Margaridas (CONTAG, 2015), a partir das denominações e seus enunciados sobre a velhice de forma geral e sobre a mulher velha e, ainda, pelas imagens de mulheres velhas/envelhecidas que o compõem.

As questões colocadas como gestos de leitura que direcionaram as análises das materialidades verbal e imagética foram: como as diferentes denominações e imagens de mulheres velhas/envelhecidas constituem diferentes posições-sujeito no discurso? Como a interseccionalidade dos eixos gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade é marcada no discurso do referido Caderno (CONTAG, 2015) no que se refere a essas mulheres? Como os espaços “fora da casa”, no campo e na cidade, produzem diferentes efeitos de sentidos para a constituição das mulheres velhas/envelhecidas do campo?

Entendemos que, ao falar sobre a vida dessas mulheres subalternas (SPIVAK, 2010), a partir dos discursos de diferentes materiais, acreditamos ter contribuído para criar outros espaços que proporcionam “ouvir as suas vozes”.



ISBN 978-58-5869-235-5



9 785858 692355 >